

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

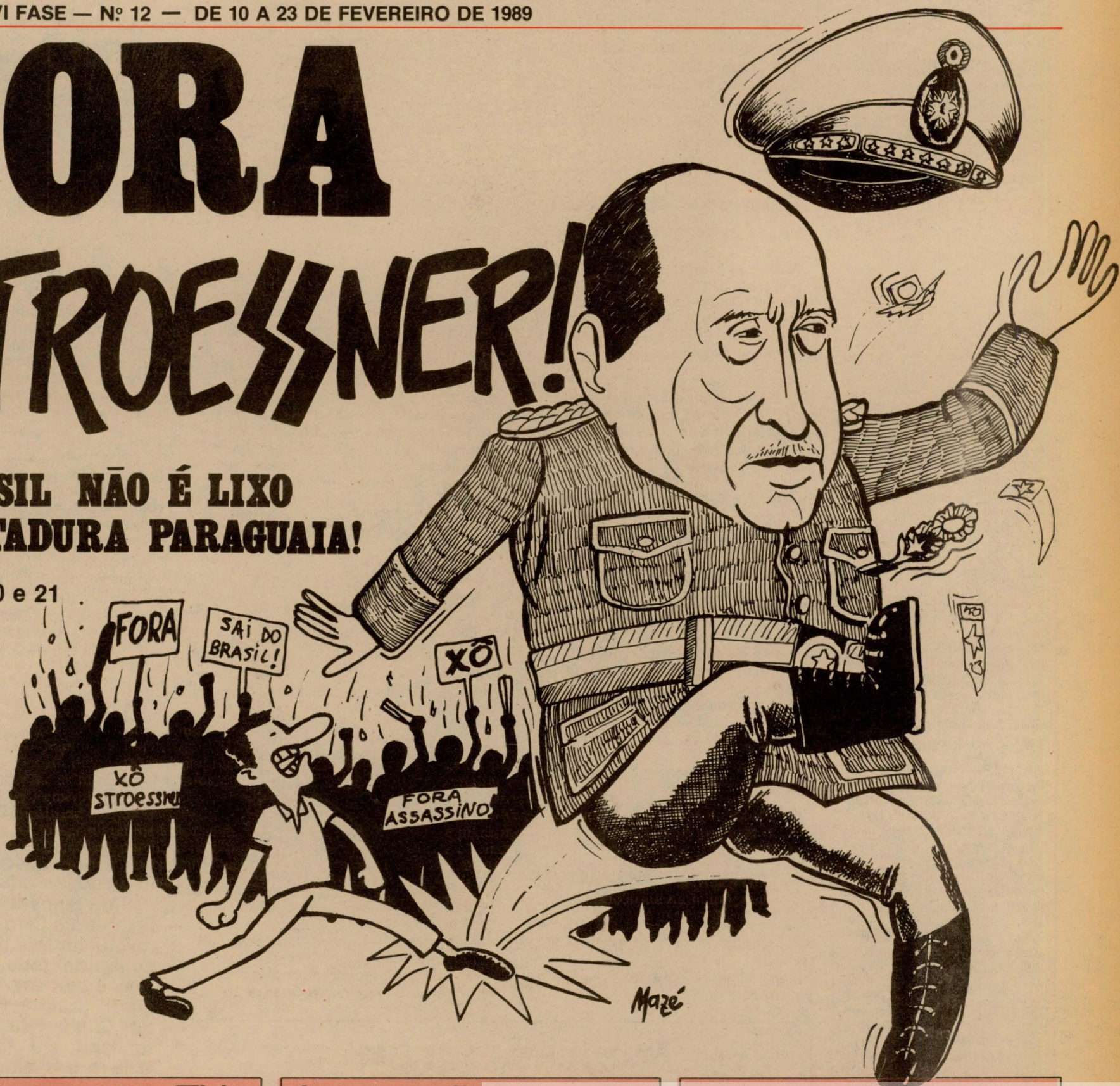
NCz\$ 0,40

ANO 64 — VI FASE — Nº 12 — DE 10 A 23 DE FEVEREIRO DE 1989

FORA STROESSNER!

O BRASIL NÃO É LIXO DA DITADURA PARAGUAIA!

Páginas 20 e 21



Amazonas na TV fará debate político

O presidente do PCdoB, João Amazonas, é o principal convidado do programa "Vamos sair da crise", da TV Gazeta de São Paulo, canal 11, dia 16 de fevereiro. O programa vai ao ar às 22h30m e a população pode participar fazendo perguntas por telefone.

A sucessão e a crise estrutural brasileira

A corrida à presidência começa esquentar. Analisamos o pano de fundo e as características dessa luta, a estratégia das classes dominantes e as possibilidades da esquerda.

Págs. 4 e 5

Mais verdades sobre o "Plano Verão"

A "Classe" denuncia a privatização escandalosa do Lloyd Brasileiro (págs. 6 e 7).
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Págs. 22 e 23

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antônio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: Mazé Lopes Leite

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Jeosafá Gonçalves

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — CEP 01318 — S. Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espíndola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



O abraço de João Ubaldo Ribeiro

Muito obrigado pela gentileza do envio da matéria. E obrigado pela homenagem, eu não mereço. Gostei muito da matéria. Um abraço e sucesso continuado para vocês. (João Ubaldo Ribeiro — Itaparica, BA)

Operários sem salário há dois meses

Na Toyama, onde eu trabalho, nós operários estamos há dois meses sem receber o salário. Deram um "vale" pra gente de 22 cruzados novos, o que não dá nem para condução. Ainda por cima, não sabemos quando vamos receber.

Estamos cheios de dívida e com o aluguel atrasado. Pra completar essa situação, dez operários foram despedidos porque reclamaram do atraso no pagamento, e os que ficaram, uns receberam, outros estão chupando o dedo. É uma situação muito sufocante. (Eduvirges, operária metalúrgica de S. Paulo, SP)

Uma homenagem a Chico Mendes

O grito do Chico o mundo inteiro ouviu. E o que resta da floresta sua luta aplaudiu.

A defesa da natureza era o seu dia-a-dia. Mostrando fundo ao mundo tanta vida em agonia.

Vendo o verde morrer, o Chico também morria.

Mas a ânsia da ganância com coragem combatia.

Sua voz fez eco em nós e aumentou nossa consciência.

Dizer não à devastação é questão de sobrevivência.

Por ver a luta crescer, um grupo de radicais.

Minoria inimiga da ecologia apelou para atos brutais.

O crime para quem oprime serve de ameaça e solução.

Triste enredo do medo de quem age sem razão.

Impune como de costume eles não podem permanecer.

essa guerra em nossa terra, o verde tem que vencer.

Mataram mas não calaram, porque o Chico está vivo na mente de toda a gente permanecerá sempre ativo.

(Olinos Ribeiro Andrade — Fazenda Boa Vista, Cruz Alta, RS)

É preciso aumentar a venda da "Classe"

Inegavelmente, a "Classe Operária" mudou. Expressando resolução do 7º Congresso do PCdoB, está de parabéns a equipe do jornal que, com maestria, conseguiu dar vida nova à imprensa oficial do Partido.

Quem abre as páginas da "Classe", sem dúvida nenhuma, encontra uma variedade de temas que são abordados com uma profundidade muito grande. Ainda há pouco, assistimos a um debate atualíssimo acerca do conteúdo do rock, onde várias opiniões interessantes foram expressas através da "Classe".

Aumentar a venda! Este ano, com a sucessão presidencial, a luta política em nosso país deve alcançar um patamar bastante elevado. E já assistimos a burguesia organizando todo um aparato no sentido de confundir, desviar o povo brasileiro da sua marcha rumo a um Brasil livre e independente. Portanto, neste ano estarão colocadas as grandes questões de fundo da vida nacional. Por isso, o papel da "Classe" se eleva muito mais. Então deveremos aumentar nossos esforços para levar a mensagem de um novo Brasil que a "Classe" vem trazendo quinzenalmente. Vamos à luta, companheiros! (Ademilson de Sousa — Golfinho — estudante de Economia na UFBA — Salvador, BA)

Meus parabéns à redação

Rubra emoção ao ler todas as páginas da "Classe Operária". Parabéns à redação! (Alberto Santos — Rio de Janeiro, RJ)

Docentes lutam pela arte nas escolas

Um estado de grande perplexidade envolve todos os que vivem e se interessam por educação. Pessoas imersas no pragmatismo de uma sociedade que cada vez mais caminha para um individualismo competitivo, cultuam uma relação de educação e mão-de-obra, educação e desenvolvimento, baseados em uma racionalidade econômica e numa pseudo-objetividade, sem maiores compreensões sobre a importância da arte no processo de educa-

ção do povo, defendendo a retirada do componente Educação Artística dos currículos de 1º e 2º graus.

Para todos que se interessam pela formação de gerações cujos homens não sejam máquinas, a importância da Educação Artística se justificaria até pelo próprio nome. Inserida como obrigatória nos currículos, veio atender a uma grande aspiração de todos aqueles que pugnam por uma educação humanista, possibilitando a expressão na linguagem musical, plástica, cênica ou qualquer outra.

Entende-se que, em um específico momento do país, cujos slogans alardeados eram Segurança e Desenvolvimento, Educação e Desenvolvimento, a inclusão desta disciplina soava como estranha e ilusória.

A oposição entre educação geral, onde se insere a Educação Artística, e a prática não se justifica. É no contexto de educação geral que a Educação Artística vem colaborar com a formação de pessoas perceptivas, analíticas, críticas, capazes de desenvolver pensamentos divergentes, objetivos que têm sido negados por visões essencialmente tecnicistas de filósofos e legisladores da educação. É preciso buscar a integração do homem que sabe com o homem que faz, o homem que cria.

O ensino da música, das artes plásticas, das artes cênicas ou de outra linguagem artística propicia aos indivíduos oportunidades de recriação do real, expressando as percepções e necessidades do homem, possibilitando-o desenvolver seu potencial criativo.

Somente através da liberdade na educação, cujo processo se dá mais eficazmente através da Arte, não para formar artistas, mas para fazer a fusão da expressão com o conhecimento e com a técnica, isto será alcançado. E, à medida que seja permitida a criação própria, independente, também o professor libertará sua própria força de ação, sua própria liberdade, intermediando o individual e o social-cultural.

Nossa luta é por uma Sociedade melhor! E uma sociedade melhor não pode prescindir da Educação Artística nos currículos escolares.

(Prof. Sílvio Augusto Merhy — Presidente em Exercício da Associação de Docentes da Universidade do Rio de Janeiro — Carta enviada ao presidente nacional do PCdoB, com pedido de divulgação.)

A Política Revolucionária do PCdoB

Será lançado no final de fevereiro o livro "A política revolucionária do PCdoB", contendo todos os informes e mensagens levados ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em maio de 1988. O livro traz ainda 19 fotos do Congresso, e tem 232 páginas.

O preço de lançamento é NCz\$ 7,00, e os pedidos podem ser feitos para a Editora Anita Garibaldi, rua Bororós, 51, 1º andar, CEP 01320, com o endereço de entrega e o nome de quem receberá o cheque nominal no valor da compra.

Assine já o seu jornal "A Classe Operária"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A Classe Operária" custa muito pouco:

Assinatura trimestral: Cz\$ 2.400,00 Trimestral de apoio: Cz\$ 4.800,00

Assinatura semestral: Cz\$ 4.500,00; Semestral de apoio: Cz\$ 9.000,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — Cep 01318 S. Paulo

CDM
Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois



EDITORIAL

Urgente a mobilização

Passado o carnaval, o povo brasileiro volta a escutar, no lugar do frevo e do partido alto, o velho cantochão da angustiante tragédia do seu cotidiano.

O "Plano verão" castiga os assalariados e deixa apreensiva toda a nação, com as novas ameaças de intensificação da pilhagem neocolonialista. Janeiro fechou com uma inflação de mais de 70% e a "reposição salarial" arranjada pelo dr. Ulysses Guimarães nem de longe corresponderá às perdas acumuladas pelos trabalhadores e à diminuição do seu poder de compra. Aproveitando-se da indigência a que o governo levou o país, os círculos imperialistas, ávidos de transformá-lo em colônia, orquestram uma ofensiva para realizar um velho sonho: internacionalizar a Amazônia. O pretexto é a proteção ao meio ambiente, a preservação do "pulmão do mundo", argumento demagógico para encobrir a verdadeira intenção de alienar parte do território nacional.

Certamente a política governamental não é o melhor exemplo de seriedade. Talvez esteja mais habilitada a se distinguir na arte circense. O presidente da República, depois de fazer previsões apocalípticas e editar as medidas do "pacote" econômico, realizou duas viagens internacionais, absolutamente dispensáveis, e deixou nas mãos do dr. Ulysses Guimarães o encargo de viabilizar sua aprovação. Este, por sua vez, em função das ambições presidenciais, excedeu-se em maneirismos e preparou o mais escandaloso conchavo para, às pressas e na calada da noite, fazer aprovar as Medidas Provisórias. O Congresso, alheio às suas responsabilidades para com a nação e o povo, agiu como uma espécie de superlativo do "centrão", retocou superficialmente o "pacote" e o aprovou como o governo queria. Mais uma vez imperou o "consenso" dos representantes das classes dominantes, incapazes de

administrar o país, embora muito sequisas de exercer e desfrutar o poder que tudo dá e permite.

Silenciados os tamborins, esquentam agora o ritmo das baterias dos concorrentes ao palácio do Planalto. Afloram mais candidaturas, intensificam-se as negociações para a formação das chapas. Ulysses tenta ajeitar a situação interna do PMDB, anunciando que vai adotar postura de centro-esquerda. Quem quiser que se iluda, supondo ser "histórico" ou "autêntico", mas acompanhar o dr. Ulysses hoje equivale a marchar com a direita, com o homem dos militares e contribuir para fortalecer uma das opções continuístas. Ao lado das movimentações para encontrar uma solução de "centro", a direita mais empedernida também faz seus ensaios gerais. Maluf comparece à passarela, Jânio, como sempre procurando manchetes, anuncia do exterior a edição para breve de sua plataforma.

A esquerda, ainda dividida, busca elaborar um programa comum e realizar coligações. A grave situação do país, a necessidade imperiosa de uma mobilização cívica nacional comandada pelas forças populares e progressistas, determina que o esforço pela unidade das esquerdas se intensifique e que se caminhe para definições concretas a curto prazo.

O lançamento de uma candidatura única das esquerdas para começar a campanha desde já, interligada com o combate à situação que o país atravessa, com a resistência aos efeitos do pacote econômico e a luta contra a entrega do país, é uma tarefa inadiável. O povo brasileiro tem amplas possibilidades de avançar em sua caminhada libertadora e de conquistar uma importante vitória na sucessão presidencial. Mas tudo dependerá do seu grau de unidade e da elevação do nível de sua luta.

O "Plano Verão Moreno" do prefeito do Rio

Maria Dolores Bahia*

Infelizmente já faz muito tempo que não se pode mais cantar "O Rio de Janeiro continua lindo". Neste carnaval o carioca foi embalado pelo refrão "O Rio continua em crise".

Passados mais de 30 dias do início da administração do prefeito Marcello Alencar (PDT), nada de significativo aconteceu que indicasse a luz no túnel para enfrentar a falência da cidade, decretada por seu antecessor, Saturnino Braga.

É claro que não se pode analisar o dramático quadro econômico-social do Rio de Janeiro circunscrito aos umbrais da administração local.

O governo federal continua afundando ainda mais o país. Continua discriminando o Rio, não liberando os empréstimos solicitados pela prefeitura e não faz uso de sua competência de poder central para adotar medidas que enfrentem a verdadeira calamidade pública que se prolonga desde o final da administração anterior.

O governo estadual, omissivo, também não toma medidas.

A Política de Marcello Alencar, repetindo o erro de seu antecessor, consiste em, ao invés de mobilizar o povo para exigir do

palácio do planalto o atendimento das necessidades do Rio, viajar para Brasília de pires na mão feito mendigo.

O plano de Marcello Alencar até parece o "Plano Verão Moreno" do PDT. Aumentou o IPTU (elevando a UNIF); pagou a 1ª parcela da dívida externa; demitiu alguns milhares de funcionários; arrocha os minguaços salariais; sempre atrasados, do funcionalismo; não negocia com grevistas, de modo atender as suas reivindicações.

Nessas primeiras semanas do governo de Marcello Alencar o que se percebe é uma administração de vitrine, dando maior importância àquilo que aparece aos olhos do eleitor, tal como a decoração das ruas para o carnaval e a operação tapa-buracos nas ruas, que, embora necessária, não cobre o grande buraco que é hoje a cidade do Rio de Janeiro.

Afinal, depois de 16 de novembro passado, quando o país acordou sob a avalanche de votos na esquerda, é imperioso que os mandatários sufragados por esses votos governem sintonizados com o comportamento radical do eleitor.

*Presidente do Diretório Regional do PCdoB (RJ) e membro da Direção Nacional.

Lamentações e política desastrosa em Salvador

Javier Alfaya*

O prefeito Fernando José completou melancolicamente o primeiro mês de sua até aqui desastrosa administração em Salvador. Obrigado a cumprir acordos de campanha que o transformaram em um marionete nas mãos do ex-prefeito Mário Kértész e do superempresário Pedro Irujo, governa com uma equipe formada, em sua maioria, por integrantes da administração anterior. Não indicou um secretário sequer e não dá um passo sem consultar seus patrões.

As primeiras iniciativas do prefeito vêm provocando grande desgaste à sua imagem populista, especialmente entre as camadas mais pobres da população, de onde retirou a maioria dos votos para se eleger. De saída, demitiu quase mil funcionários públicos contratados por "prestação de serviços".

Enfrenta a insatisfação de moradores de cinco "invasões" no bairro do Stiep, que quer transferir para atender aos interesses do ex-prefeito numa negociação de terras praticada por Kértész no ano passado.

O novo prefeito gastou o primeiro mês da sua gestão em lamentações, entremeadas por afirmações de que a cidade está ingo-

vernável e com a maioria das obras iniciadas por seu antecessor, que ele tanto defendeu, praticamente paralisadas. Por fim, Fernando José decidiu transformar a maior festa popular da Bahia, o carnaval, numa coisa insossa, sem brilho, loteando-a entre grandes empresas a quem pediu o dinheiro que alega não ter. Extinguiu o carnaval nos bairros populares.

Ao lado disso, Fernando José revela perfeita sintonia com a articulação conservadora em que estão envolvidos Kértész e Irujo a nível estadual e nacional. Informado com antecedência do "Pacote de Verão", aumentou as tarifas de ônibus antes do congelamento. Gastou boa parte de suas aparições em entrevistas à imprensa para atacar o governador Waldir Pires, adversário de Kértész. Este, por seu turno, está cada vez mais próximo do ministro Antônio Carlos Magalhães.

A bancada do PCdoB na Câmara Municipal está atenta e tem denunciado as arbitrariedades do prefeito. Luta pela consolidação do bloco oposicionista, em defesa dos interesses da cidade e do povo.

*Líder do PCdoB na Câmara Municipal e membro do Diretório Regional da Bahia

O "xis" do problema da sucessão

Foto: Arquivo

José Reinaldo Carvalho



As articulações em andamento tendo em vista a sucessão presidencial configuram um processo político complexo, sinuoso,

pleno de ensinamentos e possibilidades de sucesso para as forças progressistas. Mas também cheio de riscos. Sucessão presidencial no Brasil, nestes 100 anos de República, nunca foi um episódio simples. Pela forma como o poder político está organizado, a disputa pela Presidência sempre ocorreu em meio a crises e confrontos de envergadura entre as diferentes facções das classes dominantes.

Por uma série de razões, na eleição deste ano os conflitos políticos tendem a ser bem maiores, uma espécie de guerra incruenta cujo desfecho terá enorme influência no futuro do país. Não somente pelo fato de ser a primeira eleição para presidente, depois de um jejum de quase 30 anos e da vigência, por mais de duas décadas, do tirânico regime militar. Há motivos mais importantes, causas mais profundas a conferir caráter de excepcionalidade à atual campanha sucessória.

O epicentro da batalha

É que ela ocorre num momento de grave crise política, quando o governo atinge o maior grau de desmoralização, corrupção, desídia, traição nacional e distanciamento do povo, crise que, em vista de algum acontecimento extraordinário, ainda que fortuito, pode se transformar em **crise de poder**. Desse modo, a luta sucessória se desenrola em meio a ameaças constantes à legalidade democrática e constitucional, o que de saída coloca

para as forças populares a tarefa de participar dela mantendo ao mesmo tempo vigilância e oposição quanto às investidas golpistas.

Mas a situação conjuntural não explica tudo. Ela é apenas o sinal, a manifestação do epicentro da batalha sucessória. Na verdade, estamos diante de um problema histórico de dimensões maiores: o esgotamento das estruturas e superestruturas do país, ultrapassadas em face de uma sociedade civil moderna e portadora de exigências progressistas. O Brasil vive um momento especial, de falência do regime político, do modelo econômico e da estrutura social, incapazes de responder às demandas da sociedade. Enquanto permanecem, a tendência do país é prolongar a sua agonia, deteriorar-se mais e mais e gerar torrentes de conflitos de envergadura cada vez maior. É o que o Partido tem chamado de encruzilhada histórica.

Aparece, assim, como fenômeno objetivo, que o pano de fundo da sucessão presidencial será a luta aberta entre dois grandes projetos políticos: de um lado, o das forças populares — o proletariado, o campesinato, as camadas médias urbanas, a intelectualidade e os profissionais liberais progressistas, em busca da libertação nacional e social, da construção de um país avançado, próspero, livre, independente, justo. De outro, o das forças conservadoras, das elites, as de sempre, cegas às mudanças da realidade, aferradas aos privilégios, procurando a manutenção do Brasil arcaico, latifundiário, paraíso do capital estrangeiro, "vacas de divinas tetas" nutrindo uma burguesia decadente, corrupta e perdulária. As formas políticas que este embate assumirá ainda não estão totalmente delineadas em plataformas eleitorais, candidaturas e legendas. Mas bem pesadas as coisas nele re-

side a essência da luta de classes no Brasil de hoje.

Fator novo: a debacle do centro

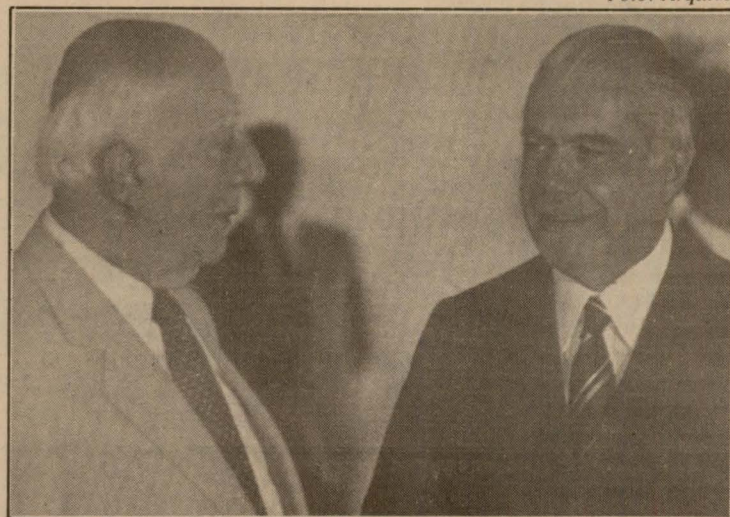
Não é uma luta recente. Arrasta-se há décadas. Já produziu grandes movimentos de caráter democrático, nacional e popular. Em diversas ocasiões foi contornada por manobras e golpes de força. Mas permaneceu e avolumou-se tendo-se transformado hoje num problema da ordem do dia.

Os fatos políticos mais recentes, mormente as eleições municipais de novembro de 1988, se incumbiram de detonar mais uma vez este processo, e traçar-lhe o perfil político, agora com duas características novas. Houve um deslocamento do eleitorado para a esquerda, assinalando uma substancial mudança no comportamento do povo brasileiro, um salto qualitativo no seu nível de consciência. Ao lado disso produziu-se uma ruidosa debacle do centro, fenômeno de maior importância do ponto de vista político e sociológico, pois na vigência do regime democrático, o centro é o garante, o suporte das classes dominantes, o fator de equilíbrio das lutas políticas.

A estratégia das elites

Conscientes disso, as classes dominantes estão armando a sua estratégia para o embate sucessório: unir o centro com a direita, contra a esquerda, se possível aparecendo com tinturas "liberais-progressistas".

Há ainda muita indefinição, especulação e "balões de ensaio", uma quantidade inumerável de "virtuais" candidatos e de possíveis combinações, chapas, coligações. Não dá ainda para saber quem serão mesmo os candidatos. Mas o certo é que há uma determinação das classes dominantes de formar uma coligação de "centro", juntando o centro-



O objetivo deles é a continuidade da velha República

direita com o centro propriamente dito, com franjas da direita e com o chamado centro-esquerda. Poucos dias depois da eleição municipal, Ulysses Guimarães vaticinou: "se houver a divisão do centro, o Lula ganha a eleição". Sarney, o general Leônidas, o coronel Passarinho e até Maluf falaram no mesmo diapasão. Os fatos e as articulações são ainda mais afirmativos. O presidente do PFL, senador Marco Maciel, embora procure escamotear o problema ao dizer que "ele não está na luta direita/esquerda, mas no confronto entre o moderno e o arcaico", confessou que tem conversado com vários partidos: o PTB, o PL, o PDS, o PDC e um segmento do PSDB e enfatiza ser necessário costurar "uma ampla coligação com partidos que se identifiquem com um programa liberal-progressista". (sic!)

A tentativa de aglutinação do centro passa pela solução de dois problemas bastante delicados: a definição da candidatura do PMDB (este, às vésperas de duas convenções — para a escolha do novo diretório nacional, em março, e do candidato, em maio — sofre crise de identidade e está ameaçado de implosão); e o entendimento entres as pode-

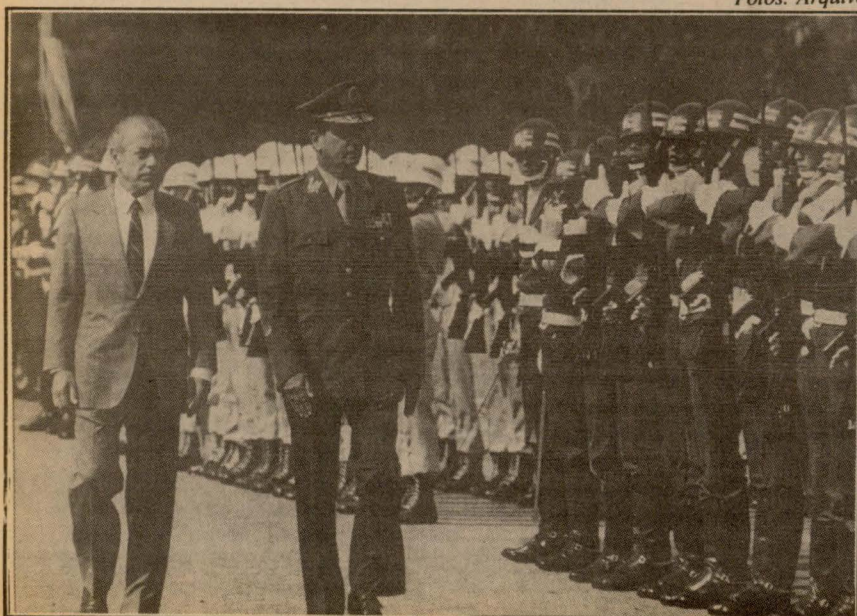
rosas oligarquias estaduais, onde os interesses de São Paulo e Minas vão falar alto. Das Alterosas já se emitem sinais sobre a "união mineira", envolvendo contatos entre o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso e o ex-ministro Aureliano Chaves, sob auspícios de militares. Ao lado de tudo isso ainda é uma incógnita o que será de candidaturas mais direitistas, como Jânio, Passarinho, Maluf, Silvío Santos etc.

Covas e Brizola: reservas das elites

É de notar também o comportamento e as pretensões de alguns candidatos das áreas do centro-esquerda e da esquerda, nomeadamente Mário Covas e Leonel Brizola. Não está de todo descartado que as classes dominantes tenham que se voltar para um dos dois, sobretudo se houver êxito na criação de uma frente popular, em torno de uma candidatura de esquerda, e se esta galvanizar o movimento de massas.

Conscientes disso, um e outro já fazem seus acenos, Brizola ao centro, Covas à direita, e tentam, cada qual à sua maneira, apresentarem-se como viáveis, costurar alianças, ganhar apoios. Desde a campanha eleitoral do ano passado, o PSDB despiu-se da roupagem "esquerdista" e preferiu enfatizar-se com o casacão do centro. Ultimamente preocupa-se em vincar mais suas posições que nada têm a ver com o ideário libertador, nacionalista e popular das forças progressistas e da verdadeira esquerda deste país. Continua defendendo a internacionalização da economia, apoiou o "plano verão" e pela boca do seu presidente, o senador Fernando Henrique Cardoso, declarou: "o partido não atacará o choque verão e o presidente José Sarney durante a campanha de Covas". O PSDB terá um comportamento diferenciado dos demais partidos, apresentando uma mensagem positiva ao país".

Fotos: Arquivo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Brizola faz acenos ao centro e conchava com os militares, Covas defende teses ao gosto da direita. A verdadeira esquerda está com outra proposta.

Brizola, para viabilizar-se, tem trabalhado em três direções. Ataques inopinados a Lula, seu concorrente na área da esquerda, alianças com oligarquias e acordos na caserna. Os ataques a Lula são um caminho tão falso como sua obstinação. É arriscado, pois além de criar mal estar em setores do seu próprio partido, pode atirá-lo, bem antes da hora, no colo das elites, isolando-se das massas. É ilustrativo que há poucos dias um fiel escudeiro de Brizola, seu secretário da Fazenda no governo do Rio de Janeiro, o deputado Cesar Maia, tenha criticado publicamente sua atitude de atacar Lula. No terreno das alianças, depois de amarradas algumas pontas em oligarquias nordestinas e sulistas, Brizola agora investe na cooperação de dissidentes de outros partidos e numa aproximação com o PTB. Chegou mesmo a falar em fusão das duas agremiações. Para os militares seus acenos já são antigos. Desde o seu retorno do exílio em 1979 não é segredo que articula com a área. Tem dito que o projeto de rearmamento do Exército "FT-90" não será alterado se for eleito e promete que lhe dará todos os recursos necessários. E sempre que pode não perde a oportunidade de registrar que as "Forças Armadas tiveram um comportamento irrepreensível na reconstrução democrática".

A hora e a vez da esquerda

A esquerda tem nesta eleição a grande chance de se tornar vitoriosa. Pode-se delinear, agora com muito mais nitidez, a mesma polarização ocorrida na eleição municipal de 1988 em São Paulo — as forças populares contra as elites governantes. A tendência atual, dado o agravamento da

situação do país, é a esquerda se reforçar e concorrer com amplas possibilidades. Mas para se concretizar, essa tendência depende de algumas variáveis. Primeiro, da união entre os partidos de esquerda e da ligação destes com o movimento democrático, popular e progressista suprapartidário. Segundo, dos objetivos que se proponha atingir — se objetivos elevados, de encaminhar o país por uma nova senda, de libertação, ou menores, de ocupar o poder com visão limitada dos problemas nacionais.

Até aqui, a proposta de aliança da esquerda, que tem sentido histórico, vem alcançando repercussão e obtendo receptividade. As articulações entre os partidos são promissoras. Já houve encontros do PT com o PV e o PSB, do PCdoB com o PSB e com o PT, separadamente. Nas bases do PT, nota-se um clima de entusiasmo com a proposta. Por parte de vários dirigentes petistas, há declarações favoráveis. O líder do PT na Câmara dos Deputados, Plínio de Arruda Sampaio, declarou à reportagem da "Classe" que acha "boa a proposta do PCdoB de união das esquerdas, uma boa iniciativa. Já estamos em conversações com os companheiros do PCdoB para examinarmos a proposta, que sem dúvida tem seriedade e fundamento".

As conversações realizadas até agora marcam apenas o início de uma etapa. Ainda há passos a dar, tanto nas articulações com os possíveis partidos coligados, quanto com entidades e movimentos da sociedade civil. O caminho está aberto. Com paciência, amplitude, habilidade, disposição de vencer resistências e conquistar a vitória, as esquerdas vão se unir.

Proposta recebe adesões

Patrus Ananias (vereador do PT em Belo Horizonte) — "Temos grande responsabilidade face à gravidade da situação nacional. Está em nossas mãos se vamos avançar na luta democrática e socialista ou se vamos perder este momento rico que a História coloca. Defendemos a união do povo e das forças que o representam para encetar a caminhada da transformação, rumo a uma nova sociedade. Estamos abertos para discutir um projeto comum com as forças de esquerda."

Wagner Siqueira (PTR-Rio de Janeiro) — "Em boa hora o PCdoB conclama as forças democráticas e progressistas à unidade. De forma muito conseqüente a posição do PCdoB deve ser seguida por todos os partidos de esquerda."

Valdo Silva (presidente do PSB em Minas Gerais) — "A crise

exige dos partidos de esquerda ação unitária. O PSB também conclama todas as forças de esquerda a terem um candidato e um projeto comum."

Pedro Espechite (PH-Minas Gerais) — "Defendemos uma frente que não seja só eleitoral, mas que envolva a sociedade civil com um programa para tirar o país da crise. Estamos abertos para participar da frente e reafirmamos nossa política frentista."

Fernando Campos (PDT-Rio de Janeiro) — "Temos consciência da necessidade absoluta de conseguir a unidade das forças populares. Esta iniciativa do PCdoB é importante. Devemos percorrer todos os caminhos para alcançar a unidade. Se ocorrer a divisão das forças populares, isto pode resultar numa tragédia. Temos que per-

PCdoB em campanha

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil está desenvolvendo intensa atividade em torno da sucessão presidencial, com vistas a viabilizar a proposta de união das forças de esquerda e do movimento democrático e popular em torno de uma candidatura unitária. Seu principal dirigente, João Amazonas, tem participado de várias conversações, dado entrevistas e feito palestras para informar e divulgar a posição do PCdoB. Depois do ato de lançamento do Manifesto de conclamação à unidade das forças populares, em São Paulo, (ver "Classe Operária" n.º 11), dois grandes atos foram realizados com a mesma finalidade. No dia 31, em Belo Horizonte, cerca de 500 pessoas lotaram o auditório da Faculdade de Medicina da UFMG para conhecer a proposta dos comunistas. No dia seguinte, o Manifesto do PCdoB foi lançado no Rio de Janeiro, num ato que contou com a presença de cerca de 300 pessoas na Câmara Municipal.

As duas reuniões tiveram uma marca comum — a representatividade, atraindo não só populares e ativistas, mas também lideranças de vários partidos políticos e entidades. Em Belo Horizonte, atendendo ao convite formulado pelo presidente regional e vereador do PCdoB, Sérgio Miranda, para "debater um tema urgente, que corresponde à crise e ao momento que o Brasil está vivendo", compareceram pelo PT, Antônio Carlos Pereira, (presidente) e o vereador Patrus Ananias; o PH e o PSB foram representados também por seus presidentes locais, respec-

tivamente Jorge Espechite e Valdo Silva; a direção do PDT se fez representar pela Sra. Miriam Porto. A Mesa foi composta ainda pelo deputado federal do PSDB, Célio de Castro, pelo vereador Luís Amaral, do PCdoB em Monlevade, pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e dirigente local da Corrente Sindical Classista, Edmundo Vieira, por Dalva Estela, presidente da FAMEND, Leila Márcia, da UBES, Wellington Franco, da FITE e Antônio Cosme da FAMOB.

No Rio de Janeiro, a Mesa do ato de lançamento do Manifesto do PCdoB também foi ampla e representativa de vários segmentos: Ernani Coelho, presidente regional do PT, Wagner Siqueira (PTR), Geraldo Cândido (CUT), João Bosco (CONAM) e Fernando Campos (PDT). O ato político contou ainda com a presença de vários sindicatos e entidades populares.

Nas palestras que proferiu em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, João Amazonas explicou as posições de seu partido, depois de fazer uma caracterização da situação brasileira atual, que ele considera "difícil, de imensa crise, de falência do modelo das classes dominantes, de encruzilhada histórica". Amazonas criticou as opiniões de que "cada partido deve apresentar seu candidato no 1.º turno", sustentando que "o 2.º turno será decidido no 1.º. Os partidos podem expor sua visão sobre o futuro do país dentro de um movimento mais amplo de união das forças inte-

ressadas em mudar o Brasil, seja qual for o nome que essa unidade venha a ter". O presidente do PCdoB foi enfático ao defender "a união cívica das forças de esquerda". Previu que "vamos vencer as eleições se construirmos esse movimento, se estivermos à altura do momento que nosso país atravessa". O dirigente comunista acha que o momento "é de grande esperança e que a hora é esta, daí porque não podemos perder a oportunidade".

Para concretizar a união das esquerdas e a criação de um movimento cívico e político de envergadura, o presidente do PCdoB considera necessário "ter grandeza, pensar de maneira elevada, entender que não é um só partido que resolverá os problemas do Brasil, pois a tarefa é nacional". Amazonas exortou as correntes de esquerda a "vencerem preconceitos, barreiras e incompreensões". E encarou isso com otimismo: "Nós vemos — diz — o fim de grandes preconceitos. Vai se desfazendo o preconceito de pessoas religiosas, que vêem o comunismo como Satanás; vai se desfazendo o preconceito de certas forças de esquerda em relação aos comunistas; e vai se desfazendo também o preconceito dos comunistas em relação a outros partidos que, agora, nós podemos ver, são também patrióticos, democráticos e defendem um futuro melhor para o país". Como sinal do estado de espírito das massas, do seu desejo de unidade, declarações como esta arrancaram estrepitosos aplausos da platéia.



Em Belo Horizonte o manifesto do PCdoB foi lançado num concorrido ato.

seguir a unidade até o último momento."

Miriam Porto (PDT-Minas Gerais) — "Mais do que nunca o povo brasileiro tem de se unir. Não devemos só marcar posição porque o povo brasileiro não pode esperar mais."

Leila Márcia (UBES) — "Estamos num momento histórico, de união de forças populares para encontrar um rumo para o país. Os estudantes e a juventude vão abraçar a idéia da unidade, na luta pela base."

Ernani Coelho (presidente do PT no Rio de Janeiro) — "Quero dar claramente a aceitação ao documento do PCdoB."

Geraldo Cândido (CUT do Rio de Janeiro) — "Parabenizo o PCdoB pela convocação deste ato. É importante que possamos nos unir em torno de um candidato único."

Edmundo Vieira (presidente do Sind. Metalúrgicos de Be-

tim e representante da Corrente Sindical Classista) — "A iniciativa do PCdoB corresponde aos anseios da classe operária. É necessário abrir mão de interesses pessoais e menores."

João Bosco (presidente da CONAM) — "Vemos com o coração cheio de alegria e esperança a proposta apresentada pelo PCdoB. Se conseguirmos unir o movimento de um programa mínimo, ele poderá optar pela mudança."

LLOYD BRASILEIRO

História secreta da privatização

Antonio Martins

Um minucioso dossiê preparado pelos trabalhadores do Lloyd Brasileiro revela mais um escândalo do "Plano Verão": a privatização da empresa pode trazer enormes prejuízos para a soberania e o Tesouro Nacional.

Em que pese toda a tradição da empresa de navegação Lloyd Brasileiro, e a extensa folha de serviços prestados por ela ao país em quase um século de existência, o decreto do "Plano Verão" que determinou sua privatização num prazo de 90 dias, ou sua extinção pura e simples, foi visto por parte da opinião pública como uma medida válida para o saneamento das contas do Tesouro. Nos últimos anos o Lloyd notabilizou-se por acumular seguidos e expressivos prejuízos, e chegou a ser apontado como exemplo de órgão mal-administrado, de elefante branco do qual o governo precisaria livrar-se sem demora. Esta sensação tornou-se mais nítida quando, dias após a decisão, empresários do setor vieram a público para anunciar que não se interessavam por adquirir a empresa, pois ela teria acumulado dívidas muito superiores a seu próprio patrimônio. Rejeitada a proposta de venda, a liquidação do Lloyd anunciava-se, nos últimos dias de janeiro, como algo inevitável.

O analista de sistemas Jua-

rez da Silveira Figueiredo utilizou cada minuto dos últimos dias de janeiro para concluir uma tarefa à qual se entregou há pelo menos dois anos. Funcionário do Lloyd desde 1983, e diretor-procurador do Sindicato dos Empregados em Escritórios das Empresas de Navegação do Rio de Janeiro, Juarez lidera, junto com um punhado de outros sindicalistas, a mobilização nacional que os marítimos, portuários e estivadores desencadearão no próximo dia 17 para exigir, entre outros itens, a não-extinção da empresa. Hábil na arte de escrever, coube a ele preparar, e depois divulgar o mais amplamente possível, um dossiê de informações com as quais os sindicatos pretendem justificar sua postura de defesa do Lloyd.

O dossiê era aguardado com expectativa pelo movimento, pois traz informações inéditas sobre as tentativas de privatizar a empresa, e pode contribuir para que a opinião pública reveja idéias anteriormente estabelecidas. Preparado com inteligência, ele reconhece a situação deficitária do Lloyd, mas ao mesmo tempo aponta as formas de solucioná-la; comprova que o saneamento da companhia é, por todos os títulos, preferível à venda ou à liquidação; e, talvez mais importante ainda, revela a existência de uma manobra que visa permitir, com o beneplácito do Ministério dos Transportes, que empresários particulares obtenham vantagens fabulosas às custas do Tesouro e da soberania nacional.

Durante 17 anos, lucros constantes, e ajuda ao Tesouro

A "Classe Operária" teve acesso, nos primeiros dias de fevereiro, aos documentos que compõem este dossiê. Ao invés de procurar respostas prontas, como fazem os que defendem a privatização, ele procura explicar detalhadamente as causas dos recentes insucessos do Lloyd. Os resultados negativos, aqui, não são vistos como inerentes à empresa, e sim como algo que teve origem em causas múltiplas, as quais devem ser conhecidas e estudadas com atenção. E o início da história é localizado em 1967, ano em que foi estabelecida a política de navegação marítima adotada até hoje pelo país.

Esta política visava, em seus primórdios, permitir que a maior parte do comércio exterior do país, que até então era feito em embarcações estrangeiras, passasse a se dar em navios de bandeira brasileira. Cada uma das diversas rotas do transporte marítimo internacional seria operada ao mesmo tempo pelo Lloyd e por uma empresa privada nacional, em partes iguais.

Durante vários anos os resultados foram positivos. O volume de carga transportada por navios nacionais cresceu de 40 para 70% do total, entre 1968 e 80. De 1967 a 84 o Lloyd acumulou lucros consideráveis, e pagou dividendos constantes ao Tesouro. Conseguiu isto apesar de operar com exclusividade rotas de comér-

cio externo que eram deficitárias, mas serviam aos interesses do país, como a Brasil-África.

A partir do início da década, no entanto, vários fatores iriam abalar estes êxitos. Sobreveio, em primeiro lugar, uma crise mundial de navegação. O excesso da oferta de navios reduziu o valor dos fretes, e causou a falência de inúmeros armadores. Ficou famoso o caso da United States Lines, que encerrou suas atividades quando detinha o posto de maior empresa de navegação do mundo.

Na década de 80, governo usa empresa para rolar a dívida

Aos problemas internacionais somaram-se, no caso do Lloyd, agravantes internos de grande monta. A empresa foi usada mais de uma vez, durante o governo Figueiredo, como instrumento de rolagem da dívida externa. Adquiriu em condições desvantajosas, no Japão e na Polônia, embarcações que ou eram inadequadas às suas necessidades de transporte ou poderiam ser encomendadas, com ganhos, a estaleiros nacionais. No caso japonês, chegou a contrair dívida externa em yens, uma das moedas que mais se valorizou nos últimos anos.

As perdas jamais foram compensadas. O Lloyd não recebeu, ao longo de todos estes anos, um único centavo da União, a título de investimento. Além disso, a manutenção

de velhas práticas administrativas, quando a competição acirrada no mercado internacional exigia uma rápida modernização, agravou as dificuldades. O pior, porém, ainda estava por vir.

Em janeiro de 1986 o presidente Sarney fez sua primeira reforma ministerial, e designou para o ministério dos Transportes o engenheiro José Reinaldo Tavares. Ligado ao presidente por uma amizade de mais de 20 anos, e considerado por este como seu "filho administrativo", José Reinaldo é, ao mesmo tempo, um admirador entusiasmado das teses segundo as quais o Estado deve entregar à iniciativa privada, mesmo com risco de grandes prejuízos, o maior número de empresas controladas por ele.

O ministro tem duas metas: servir Sarney fielmente e privatizar

Sua gestão esteve permanentemente ligada tanto ao cumprimento fiel dos sonhos mais faraônicos e suspeitos de Sarney quanto à tentativa desvairada de privatização das estações. Foi ele, por exemplo, que defendeu em todos os momentos a construção da ferrovia Norte-Sul. Foi ele, também, que propôs arrendar a particulares as linhas rentáveis da Rede Ferroviária Federal (ver matéria à pág. 8), privatizar os portos e até mesmo autorizar empresas estrangeiras a construir uma estrada paralela à Avenida Brasil, no Rio de Janeiro e a cobrar um pedágio dos brasileiros que por ela transitarem. Foi ele, finalmente, quem comandou, desde o primeiro momento e sempre com notável persistência, uma longa série de tentativas visando extinguir o Lloyd Brasileiro.

José Reinaldo, aliás, assumiu o ministério defendendo abertamente esta tese. E fez questão de fechar sempre os olhos a todas as evidências que surgiram para lhe mostrar que sustentava algo inteiramente lesivo aos interesses nacionais.

A primeira destas evidências, aliás, apareceria já em setembro de 86, quando a Sepplan, então dirigida pelo ministro João Sayad, contratou a Procenge, uma empresa privada de consultoria, para examinar a situação econômico-financeira do Lloyd e discutir o destino a ser dado a ele.

Após averiguações que se estenderam até fevereiro de 87, a Procenge emitiu detalhado relatório, que não deixa margem a dúvidas. Ele reco-

Foto: Antonio Coutinho



Juarez (à esquerda) e Deralcino, outro líder da luta do Lloyd: dados precisos para enfrentar a extinção da empresa.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

nhece o papel estratégico da empresa, e sua utilidade como instrumento do governo para execução da política nacional de navegação e marinha mercante; garante que apesar da "situação de grande dificuldades" o Lloyd é viável; e propõe, em detalhes, um Plano de Recuperação da empresa, com objetivo de saná-la e colocá-la novamente em situação de rentabilidade.

É importante atentar para este dado fundamental. Desde fevereiro de 87 o governo dispunha de um estudo minucioso que evidenciava tanto a importância de manter o Lloyd como empresa estatal quanto a viabilidade e mesmo a urgência de tomar medidas capazes de transformá-lo numa companhia moderna e saudável. Desde fevereiro de 87, porém, as autoridades federais insistiram em ignorar os resultados de uma investigação que elas próprias haviam encomendado, e em adotar a todo custo caminho oposto ao indicado por ela.

A auditoria recomenda não vender o Lloyd. O governo desconhece

O primeiro movimento neste sentido ocorreu logo após a conclusão da auditoria da Procenge. Uma comissão interministerial criada para detalhar o saneamento do Lloyd desviou-se estranhamente de seus objetivos, fugiu a atribuições para as quais fora constituída e divulgou parecer em que "propunha" a privatização ou liquidação da empresa. O desvirtuamento dos trabalhos da comissão foi tão flagrante que alguns de seus membros recusaram-se a assinar o relatório final. Um deles, Sílvio Caracas, técnico do Instituto de Planejamento Econômico da Seplan, chegou a participar, em junho de 87, de debate público no Clube de Engenharia do Rio, em que sustentou as vantagens do saneamento em relação à privatização.

Nada disso fez o governo recuar. Poucas semanas depois era a vez do próprio presidente Sarney sair a público para declarar que via com simpatia a proposta feita por alguns armadores privados, liderados pela Empresa de Navegação Aliança, para assumir o controle do Lloyd. E em julho o ministério dos Transportes procurava passar uma borracha sobre as conclusões do relatório da Procenge, e criava na Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM — um novo grupo de trabalho, para "estudar a proposta da iniciativa privada no sentido de ser promovida a privatização da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro". A própria portaria que determinou a criação do grupo deixava claro que a medida inseria-se entre "as diretrizes do

Exmo. Sr. Ministro dos Transportes relativos ao aumento da participação da iniciativa privada no setor de transportes."

Os trabalhos do grupo estenderam-se entre agosto e dezembro de 1987.

Deles participaram técnicos do ministério dos Transportes e da Sunamam, além de um representante dos trabalhadores, o próprio Juarez. E foram convocados a prestar depoimentos empresários e personalidades ligadas à marinha mercante.

Não houve como mascarar o parecer final. Depois de estudos exaustivos a comissão concluiu que "a liquidação da empresa seria uma solução casuística, pois o fato de o Lloyd se encontrar em situação de insolvência é conjuntural e reversível". Por sua vez, a análise das propostas apresentadas pela armação particular conduziu ao seguinte parecer: "Os parâmetros econômicos indicam ser o saneamento do Lloyd uma solução bem menos onerosa que a liquidação." Por fim, o grupo de trabalho volta a frisar a urgência da "imediate implantação do Plano de Recuperação do Lloyd, proposto em fevereiro de 87 pela Procenge". As conclusões finais foram tão desfavoráveis às teses a que o ministro José Reinaldo se afezava que, ao receber o documento, em janeiro de 88, ele recomendou expressamente aos diretores da Sunamam que evitassem a todo custo a divulgação dele ao público.

A obstinada insistência do ministro em favorecer os armadores privados, aliás, acabaria por levá-lo às barras da CPI da Corrupção. José Reinaldo foi acusado por seu ex-colega Bresser Pereira de editar dois decretos-leis — o 2404 e o 2414 — que permitiam às empresas particulares de navegação obter lucros fabulosos, às custas do Tesouro. O segundo decreto, editado em abril de 88, era o de conseqüências mais daninhas. Ele reduziu drasticamente, através de um expediente conhecido como "desdolarização" a dívida da empresa com o Fundo Nacional da Marinha Mercante, constituído de recursos públicos.

Ao depor, o ministro foi especialmente fustigado pelo senador José Ignácio Ferreira, relator da Comissão, que queria saber por que o mesmo governo que favorecia tão flagrantemente certas empresas relutava tanto em sanear uma companhia de sua propriedade, o Lloyd. Pressionado pelo senador, e pelas intensas repercussões que então a CPI produzia junto à opinião pública, José Reinaldo garante que "providenciará solução" para o caso do Lloyd, através da execução de seu saneamento. E envia, em 18 de agosto, exposição de motivos à presidência da República, solicitando aporte de recursos à empresa.



O ministro José Reinaldo: de olho nas teses da direita.

A demonstração de boa vontade, porém é para uso externo. Mal se vê longe do recinto da CPI, o ministro renega o que lá declarou, e volta à carga em favor da privatização, desta vez com ímpeto redobrado. Convoca para uma reunião secreta, no dia 28 de setembro, os oito principais armadores privados do país.

O "Jornal do Commercio", do Rio, tem acesso aos termos da conversa. Nela, José Reinaldo volta a contrariar todos os pareceres de que dispõe e convida os empresários a apresentarem fórmulas para a privatização do Lloyd. O ministro tem pressa em concluir a transação. Por isso, solicita que as propostas sejam entregues em no máximo 20 dias, a contar da reunião.

Agora fica claro: o objetivo é entregar tudo

Os fatos que vão se suceder daqui por diante deixarão claro que o verdadeiro objetivo da articulação comandada por José Reinaldo não é vender o Lloyd à iniciativa privada, e sim liquidar a empresa e entregar seu principal patrimônio a particulares. Os armadores apresentam, em 10 de novembro, quatro alternativas para a privatização. Com algumas nuances, todas têm um ponto em comum: não prevêm o pagamento, pelos compradores da dívida atrasada da empresa, e de seu passivo trabalhista. Tais ônus correm, em todos os casos, por conta do Tesouro Nacional.

Coincidentemente, duas das decisões incluídas no "Plano Verão", prestam-se a tornar legalmente possível esta manobra. A primeira delas é o decreto nº 97.455. Em seu artigo 2º ele reza que será alienada a participação da União em cinco empresas estatais, entre elas o Lloyd. Com um detalhe: O

parágrafo único deste mesmo artigo estabelece que, caso não ocorra a alienação, num prazo de 90 dias, as empresas serão sumariamente dissolvidas.

A segunda decisão é a Medida Provisória nº 25, um ato capaz de gerar perdas para o Tesouro num grau poucas vezes visto em nossa história econômica. Ela autoriza o governo a assumir os débitos das estatais privatizadas, e a transferir aos particulares apenas o patrimônio delas.

Uma vez consolidadas ambas as medidas, seria possível promover, num primeiro momento, a extinção do Lloyd. Bastaria para isso que os armadores particulares não apresentassem qualquer proposta nova de aquisição da empresa. Em seguida o governo poderia assumir as dívidas da companhia e lotear entre a iniciativa privada seu patrimônio mais precioso: as linhas de navegação, ou seja, as concessões para operar o comércio exterior em rotas marítimas. Tais concessões, que são reguladas por rígidos acordos internacionais, têm valor ainda incalculado. Sintomaticamente, o ministério dos Transportes, cujo titular foi indiciado por crime de responsabilidade pela CPI da Corrupção, seria o órgão encarregado de fazer a partilha.

As atitudes tomadas pelos armadores nos dias que se sucederam ao "Plano Verão" contribuem para tornar ainda mais consistentes as suspeitas de que se arma um grande golpe contra o Tesouro. O presidente do sindicato dos armadores (Syndarma) declarou à "Gazeta Mercantil" no dia 17 de janeiro que "nenhuma empresa" tem interesse em adquirir o Lloyd. Foi apoiado pelos presidentes das principais companhias de navegação. Em contrapartida, o empresário José Carlos Leal, que dirige uma delas, a Netumar, apressou-se em admitir que "tem

interesse" em aumentar a participação de sua companhia no comércio com os Estados Unidos, "caso o Lloyd seja efetivamente afastado do tráfego da região".

Na luta dos empregados repousa a esperança da navegação

Altamente vantajoso para as empresas particulares, o loteamento das linhas do Lloyd é, porém, desastroso para a navegação brasileira. A marinha mercante do país não criou ainda condições para concorrer com os armadores internacionais que dispõem de embarcações incomparavelmente mais modernas. A pulverização das atividades da principal empresa do setor abriria uma enorme oportunidade ao aumento da participação estrangeira no transporte de nossas cargas. Isto, aliás, já começou a ocorrer. Com a decadência do nível de atividades do Lloyd houve, desde 1987, queda na receita de fretes e na tonelagem transportada por companhias brasileiras, em detrimento do avanço de empresas estrangeiras.

Na noite de 28 de janeiro o Congresso Nacional rejeitou por maioria de votos a Medida Provisória nº 25, e precisamente neste ponto terminam os apontamentos do dossiê montado por Juarez Figueiredo. A partir daqui a história é algo que ainda está por ser escrito. Os líderes da luta contra a extinção do Lloyd comemoram a rejeição da medida, mas sabem que a preservação da empresa não está assegurada. É possível esperar tudo dos últimos dias do governo Sarney. A reedição da medida provisória contrariada pelo Congresso, o estabelecimento de novas condições, ainda mais favoráveis, para a privatização, um parecer jurídico repentinamente rabiscado pelo consultor Saulo Ramos — qualquer artifício deste tipo pode desencadear, a qualquer momento, uma nova tentativa de liquidação da companhia. Só a adoção das medidas de reestruturação do Lloyd, tantas vezes recomendadas, criará condições de estabilidade para ele.

E é por isso que batalham os sindicatos, agora. Eles procuraram apressar no Congresso Nacional a tramitação de dois projetos, que se aprovados suspendem os efeitos do decreto 97.455 e obrigam o governo a proceder a operação de saneamento. Ao mesmo tempo, finalizam os preparativos para a greve de advertência do dia 17.

No sucesso dessas duas iniciativas, que por tudo o que se sabe de todos os que lutam em defesa de nossa soberania, pode estar repousando o futuro da navegação marítima brasileira.

Saindo dos trilhos

Depois de abandonar o transporte ferroviário durante décadas o governo o acusa de ser deficitário, e planeja entregá-lo a particulares em condições de ultra-favorecimento.

“Não tenho nada contra. Afinal, no transporte ferroviário de carga também já há muito capital estrangeiro.” Foi precisamente com estas palavras que o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, respondeu no final de 88 aos jornalistas que desejavam saber se a proposta de “privatização segmentada” da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) não poderia se transformar num instrumento para que as multinacionais penetrassem em mais um setor estratégico da economia brasileira.

A resposta de José Reinaldo, tão breve quanto cínica, é porém apenas um de uma longa série de fatos que vêm marcando, há quase um ano, a tentativa de entregar à iniciativa privada, em condições de favorecimento raras vezes vistas, a operação dos setores mais nobres, do *filet-mignon* da malha de estradas de ferro do país.

O governo do presidente Sarney argumenta que a operação é necessária, já que a RFFSA vem operando com prejuízos há anos, e além disso oferece aos usuários um serviço antiquado e de eficiência e confiabilidade duvidosas. No entanto, o Comitê Nacional de Defesa da Ferrovia (CNDF), um movimento lançado em agosto de 88 para resistir à privatização, tem procurado demonstrar, através de dados concretos e de um estudo histórico sobre as ferrovias brasileiras, que os argumentos oficiais são falaciosos; e que a saída proposta representará não a solução, mas o rápido agravamento da crise do setor.

Vocação ferroviária

No último dia 1º o engenheiro Edson Russo, que além de diretor da Associação dos Engenheiros da Central do Brasil é um dos líderes do Comitê, recebeu na sede de sua entidade, no Rio, a “Classe Operária”, e expôs as idéias básicas do movimento.

Qualquer análise séria das condições físicas e econômicas do país — lembra Edson — revelará uma forte vocação ferroviária. Há longas distâncias a serem vencidas, e é justamente este o caso em que a estrada de ferro torna-se mais vantajosa. Além disso, há fontes abundantes de energia elétrica, amplamente aproveitável no transporte ferroviário.

Desde o fim da década de 40, porém, o país submeteu-se ao modelo de desenvolvimento industrial comandado pelos países capitalistas centrais, que tinha como uma de suas principais vedetes as multinacionais que produzem automóveis, autopeças e pneus, e as que distribuem derivados de petróleo. Embora o custo do transporte de carga em trem equivalha em geral a 1/3 do custo em caminhão a construção e modernização de ferrovias foi irresponsavelmente negligenciada. Entre os anos 40 e o final da década de 70 a rede rodoviária pulou de 185 mil para 1,5 milhão de quilômetros. Enquanto isso as linhas ferroviárias decresceram de 38 para 30 mil quilômetros. Dessas, apenas 10% são eletrificadas.

Herdeira do abandono

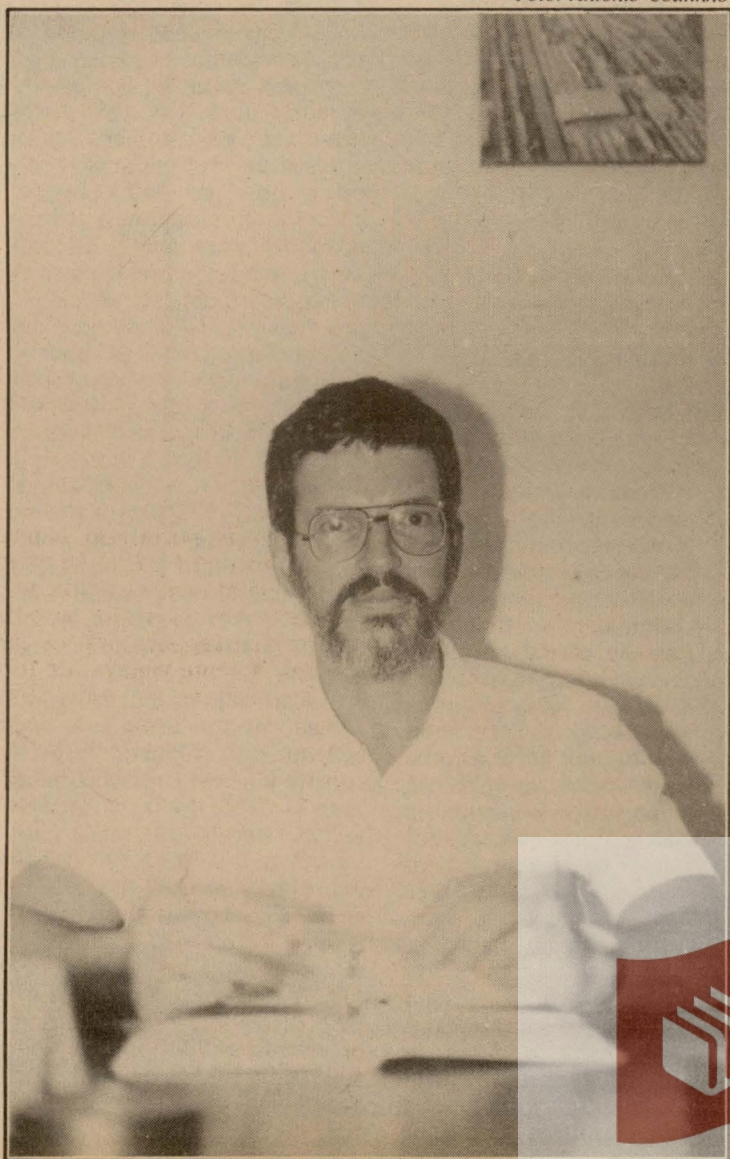
Criada em 1952 para gerenciar este patrimônio, a Rede Ferroviária Federal conviveu sempre com a situação de abandono do setor. Emprega-

va 162 mil funcionários em 57, contra apenas 63 mil em 87; possuía quase 3.000 locomotivas em 1960, mas apenas 1.300 em 86. A falta de investimentos públicos, o abandono das antigas linhas, o envelhecimento dos trens sem a substituição por equipamento mais moderno levaram a empresa a amargar constantes prejuízos até 1980.

A partir deste ano um enorme esforço de racionalização dos serviços e de aumento da produtividade, além de uma reforma administrativa parcial, lograram, mesmo em meio à crise de investimentos, reverter parcialmente este quadro. A Rede conseguiu incrementar sensivelmente o volume de cargas transportadas, e passou de um déficit operacional de 6,9 bilhões de cruzados, em 1975, para um superávit de Cz\$ 3,3 bilhões em 86.

A melhora de desempenho se deu, contudo, em meio a um quadro contraditório que é importante entender. Alguns trechos da malha ferroviária, particularmente os localizados em regiões mais desenvolvi-

Foto: Antonio Coutinho



Edson Russo: contra a privatização e pelo desenvolvimento da ferrovia

das, são lucrativos. E é este lucro que permite manter a operação dos trechos onde o material ferroviário é mais antigo, o movimento é menor e os prejuízos são constantes.

A aventura do ministro

Foi justamente esta realidade contraditória que animou o ministro José Reinaldo Tavares a lançar-se a uma aventura muito especial de privatização.

Em 15 de julho do ano passado um grupo de empresários o procurou para sugerir a “privatização segmentada” da Rede. Os autores da proposta, que não possuem vínculo anterior com o transporte ferroviário, têm no entanto algo em comum. Todos eles são dirigentes nacionais do Movimento Democrático Urbano-MDU —, uma articulação empresarial que pressionou fortemente a Constituinte em favor de teses reacionárias e que se auto considera uma espécie de versão urbana da UDR.

Entusiasmado com a proposta, José Reinaldo constituiu por decreto, 25 dias depois de recebê-la, um Grupo de Trabalho para “propor medidas que viabilizem a participação da iniciativa privada no transporte ferroviário”. Deste grupo participaram diretamente, além de representantes dos ministérios ligados ao assunto, pelo menos quatro membros do MDU, inclusive seu presidente e vice, Eduardo Rocha Azevedo e José Américo dos Santos. E, ainda mais estranho e inexplicável, dois altos funcionários da multinacional IBM, Sérgio Schneider e Carlos A. Drummond. Segundo consta da própria ata de um dos encontros, eles foram incorporados para “auxiliar o grupo com seus métodos de condução de reuniões”.

Entregar o filet

Não demorou para que as idéias básicas da privatização viessem à luz. A proposta dos empresários, apoiada pelo ministro, consiste simplesmente em entregar para controle privado o trecho mais lucrativo de todos em operação na Rede Ferroviária Federal: a Superintendência Regional nº 3, ou SR-3.

Com sede em Juiz de Fora, a SR-3 centraliza todo o transporte ferroviário de carga entre os estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas. É a responsável pelo escoamento de quase todo o minério de ferro, produtos siderúrgicos e cimento produzidos na região. Tem alto nível de produtividade e baixos custos operacionais. Movimentou, em 86, 34 milhões de toneladas, ou 45% do

total transportado pela Rede, e gerou receita bruta superior a 200 milhões de dólares. E deverá incorporar, ainda este ano, a Ferrovia do Aço, a mais moderna das estradas da Rede, construída com gastos de 2,5 bilhões de dólares.

Mais grave, contudo, é o fato de que os empresários que vierem a participar do negócio não serão obrigados a realizar qualquer investimento inicial. A “privatização segmentada” prevê que eles farão o transporte utilizando linhas, locomotivas e vagões da Rede; que desfrutarão de “liberdade tarifária”; e que pagarão à estatal apenas uma parcela de seus lucros, a título de “taxa de arrendamento”.

A saída dos trabalhadores

O engenheiro Edson Russo, do Comitê Nacional de Defesa da Ferrovia, interrompe suas explicações neste ponto para fazer alguns comentários. “Se o governo estivesse realmente disposto a reduzir o déficit público — diz ele — nada mais absurdo que vender justamente o trecho mais rentável da Rede.” E conclui que uma vez concretizada a privatização pode sobrevir o desmantelamento completo da maior parte da malha ferroviária do país. Desprovida de sua maior fonte de receitas, a RFFSA não poderá evitar o acúmulo de vultosos prejuízos, a desativação de novas linhas e o declínio cada vez mais acentuado da qualidade de seus serviços.

Além de se contrapor à iniciativa do Ministério dos Transportes o CNDF lançou-se, no final do ano passado, ao trabalho de elaborar e submeter à apreciação da sociedade uma proposta detalhada de modernização do sistema ferroviário brasileiro, que prescinde inteiramente da privatização. A proposta pede, em primeiro lugar, a elaboração de um Plano de Viação Nacional, capaz de racionalizar o emprego das diversas modalidades de transporte, dando prioridade às mais adequadas às condições do país.

Propõe, ao lado disso, o redimensionamento da malha ferroviária. Critica a estrutura atual, majoritariamente composta de autênticos “corredores de exportação”, e sugere que seja dada ênfase à circulação interna de passageiros e mercadorias. Ressalta ainda a necessidade de uma política tecnológica, em regime de colaboração com a indústria nacional, a universidade e institutos de pesquisa. E exige por fim a racionalização administrativa, a admissão de empregados estrangeiros no setor público e a extinção dos órgãos da comunidade de informações que ainda continuam ativos na RFFSA.

Uma comissão de luta na Mafersa

Foto: Aguinaldo Zordenoni

No dia 9 de janeiro, metalúrgicos ligados à Corrente Sindical Classista impuseram uma humilhante derrota ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e líder do chamado sindicalismo de resultados, Luiz Antonio Medeiros. Eles elegeram oito dos 10 novos membros da comissão de fábrica da Mafersa, enquanto Medeiros — que contava com o coordenador da comissão na gestão anterior — mal conseguiu fazer um representante, apesar de ter lançado candidatos em todas as seções da empresa. A “Classe Operária” entrevistou três membros da comissão (também militantes do PCdoB), o coordenador Valmir Santana de Almeida, seu vice, José Alexandre e o operário Antonio de Saulo Alves.



Alexandre, Valmir e Antonio, depois de derrotarem Medeiros, prometem uma gestão dinâmica e combativa

Classe: Quais as principais questões discutidas durante a campanha para eleição da nova comissão de fábrica da Mafersa?

Valmir: Expressamos, em primeiro lugar, nossas opiniões acerca do papel da comissão de fábrica e do programa que ela deveria implementar. No entanto, durante a campanha os adversários, ligados ao Luiz Antonio Medeiros, partiram para a calúnia. Falaram que um grupo do PCdoB e do PT tentavam manobrar a comissão, transformá-la num instrumento dos dois partidos na fábrica, essas coisas. Eles provocaram e, assim, veio à tona o debate em torno do papel que cumpre o Medeiros no movimento sindical, o sindicalismo de resultados e a farsa do “pacto social”.

Alexandre: A nossa militância, minha, do Valmir e do Antonio, no PCdoB, é aberta e conhecida não só pelos operários como até mesmo por pessoas da direção da empresa. Mas procuramos enfatizar, e os operários compreenderam isto muito bem, que a gente disputava com o propósito de fazer avançar o trabalho da comissão dentro da Mafersa. Os trabalhadores teriam de escolher os mais combativos, os que realmente estivessem comprometidos com a categoria. E foi isto que ocorreu. A gente também mostrou que na verdade quem queria manobrar a comissão era um laço do Medeiros, o José Eduardo de Almeida. A massa enxergou isto e percebeu que não pode mais ser representada por elementos apelegados ou com um pensamento e uma prática atrasada. Quando a empresa demitiu 150 trabalhadores, eu falei com o Eduardo, que naquele

período coordenava a comissão, cobre dele uma atitude e ele respondeu que não era o dono da fábrica, que não tinha fábrica, não fazia nada e que os demitidos deviam se virar sozinhos. Esse tipo de conduta, próprio do sindicalismo de resultados, foi repudiado pelos operários.

Antonio: Foi uma disputa acirrada, mas nós fizemos um jogo limpo, uma campanha sólida, com propostas, fazendo ver que os problemas dos operários da Mafersa não se situam apenas dentro da empresa e nem podem ser de todo resolvido nos limites da fábrica, pois estão vinculados a questões mais amplas, a lutas políticas maiores, como, agora, a sucessão presidencial. Ressaltamos a necessidade de uma união mais geral da classe operária e do povo.

Classe: E em relação à privatização proposta pelo governo Sarney, o que vocês têm a dizer?

Alexandre: Também isto foi discutido na campanha, visto que todos os elementos do Medeiros defendem a privatização. Nós levantamos a bandeira contra a privatização e pretendemos organizar uma discussão mais profunda com os operários da Mafersa a este respeito. Mesmo o peão é afetado por esta propaganda mentirosa da burguesia de que empresa estatal é apenas fonte de empreguismo e ineficiência.

Valmir: A sociedade, de uma forma geral, não tem maior discernimento sobre a questão da privatização, não compreendem que a venda de uma empresa do Estado a um capitalista qualquer é ruim, pior do que manter a proprie-

dade estatal. Também existem dificuldades para vincular os problemas das estatais às questões maiores do país, como a dívida externa. Assim, quando o governo suspendeu as URPs durante dois meses no ano passado, os operários da Mafersa, como os empregados de outras estatais, sofreram as consequências e acabavam pensando que a privatização poderia solucionar este tipo de problema, não entendiam que ele deriva da crise econômica, do endividamento. Até agora, a comissão de fábrica se omitia, não debatia este problema. Nossa proposta é discutir bem o tema, de forma a esclarecer os trabalhadores.

Classe: Como ocorreu a formação da comissão de fábrica na Mafersa?

Valmir: Em 1981 aconteceram na empresa os primeiros movimentos em favor da criação da comissão de fábrica. A gente sabia que era importante conquistar a comissão, mas naquele período houve muita perseguição, vários companheiros foram demitidos, alguns até por justa causa. A greve geral de 1983 contribuiu para elevar a compreensão dos trabalhadores da empresa, nós fizemos uma assembleia e criaram-se melhores condições para fundar a comissão. Em 1984, durante uma luta por reposição salarial, também colocamos em pauta a reivindicação da comissão. Depois de muita luta, ela acabou saindo naquele ano, de forma que em janeiro do ano seguinte, 1985, ocorreu a primeira eleição para a comissão.

Antonio: Naquela época a repressão das chefias era mui-

to grande. Eles pegavam as pessoas que tinham menos força e convicção, faziam chantagens e ameaças. Diziam que o sindicato era coisa de comunistas, de loucos, e que só levava a desgraça. Se você resistisse eles partiam para a provocação aberta, afirmando: “você está aqui hoje, mas daqui a dois ou três meses pode estar fora.” E, de fato, mandaram muita gente para a rua. Foi devido à luta dos companheiros que tinham uma visão mais ampla que a comissão foi formada, o resultado está aí e hoje o negócio é ir para a frente, avançar.

Alexandre: O grupo de companheiros que iniciou o trabalho para a formação da comissão certo dia determinou que se fizesse uma assembleia na enfermaria da empresa, às 11 horas. Colocamos cartazes em todas as portas do banheiro convocando para a reunião e assinando em nome da comissão. A supervisão mobilizou os guardas para tirar os cartazes, a gente vigiava, de forma que eles tiravam e novamente os cartazes eram recolocados, até que eles decidiram ficar plantados no banheiro vigiando. Toda a direção da empresa se mobilizou para tumultuar a reunião, cinco minutos antes mandaram um recado para os peões ameaçando de demissão todos que participassem, 60 advertências foram expedidas só para o setor do SEAC. Apesar disto, a assembleia foi realizada com muita gente. Em volta foi feita uma corda patronal, com os guardas e a chefia.

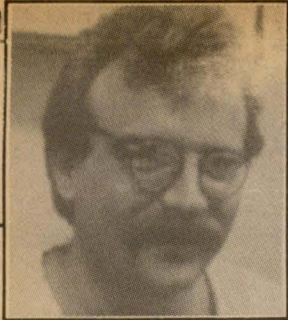
Valmir: Lá na empresa era uma repressão terrível, naque-

le período a ditadura ainda estava de pé e a Mafersa era dirigida por um militar reformado. Durante a mobilização em favor da comissão, a repressão foi ainda mais violenta, aumentou muito. Se algum material do sindicato fosse pego nas mãos de um peão dentro da fábrica, era certo que ele seria chamado à atenção e poderia até ser demitido. Demitiram, aliás, muita gente, a empresa começou a cortar as cabeças de lideranças. Antes da formação da comissão, vivemos um período terrível de repressão. No entanto, ganhamos a briga e depois que foi formada, e legalizada, a comissão, o clima passou a ser melhor, a liberdade dentro da empresa é bem maior. Hoje, embora exista repressão, ela já não se manifesta de uma forma tão generalizada e violenta. Ganhamos muito terreno com a formação da comissão.

Classe: E as propostas de trabalho da nova comissão, quais são?

Valmir: Nós temos muitas propostas. Queremos, antes de tudo, organizar a comissão de maneira que seja um instrumento forte de luta pelos interesses e pelas reivindicações dos operários da empresa. Pretendemos, para isto, levantar as prioridades da categoria, as suas principais reivindicações, ouvindo todos e mesmo realizando uma pesquisa detalhada em cada sessão da empresa.

Mas nós queremos mais do que isto, desejamos estabelecer um elo de ligação com as outras comissões de fábrica existentes em São Paulo, trabalhando em prol da união da categoria, dos trabalhadores da Mafersa com todos os metalúrgicos da capital. Sabemos, hoje, que as comissões de fábrica estão atravessando um período de grandes dificuldades. Na verdade, em São Paulo, isto decorre diretamente do trabalho de sapa que vem sendo desenvolvido pelo presidente do sindicato, o Luiz Antonio Medeiros, com o seu sindicalismo de resultados. Ele tem feito tudo para impedir a organização dos metalúrgicos e sabotar as comissões de fábrica existentes na cidade. Várias comissões criadas por aqui sucumbiram, acabaram, em função da sabotagem do senhor Medeiros. Nós pretendemos debater isto e estudar as formas de fortalecimento das comissões, inclusive a nossa, da Mafersa, que passou por um período de baixa muito grande. Ao lado disto, queremos também para politizar a categoria, compreender as questões políticas mais gerais e seus interesses maiores no campo político.



QUESTÃO DE ORDEM

Altamiro Borges *

A greve geral e o movimento sindical

A edição do Plano Verão, além de representar um duro golpe no bolso dos trabalhadores e de condenar a economia nacional à recessão, mais uma vez põe a nu os pontos fracos do nosso sindicalismo. Quando foi decretado, em 15 de janeiro, estabeleceu-se uma grande confusão nas cúpulas sindicais e, conseqüentemente, perplexidade nas bases.

A CGT, dominada pelos pelegos do sindicalismo de resultados, mudou rapidamente de postura, numa visível manobra oportunista. De participante ativa dos conchavos de bastidores do "pacto social", passou a condenar o programa econômico do governo e a falar em greve geral. Não que tenha feito qualquer coisa nesse sentido, mas teve que mudar o discurso para não ser desmascarada pelas vítimas do Plano Verão.

Já na CUT, o Plano gerou grandes transtornos internos. Representantes do setor majoritário desta central, conhecido por "Articulação", chegaram a elogiar publicamente o pacote de Sarney, afirmando que ele continha pontos positivos e "abre o caminho para futuras negociações". Nas plenárias e assembleias realizadas em repúdio ao Plano, essa conduta conciliadora, que joga no amortecimento das lutas dos trabalhadores, foi duramente criticada, taxada de "reformista".

A Corrente Sindical Classista, jovem articulação nascida em abril passado, foi a única que criticou de forma taxativa, e imediata, o novo programa recessivo e entreguista do governo. Mais do que isso: ela apresentou uma proposta concreta de mobilização, defendendo a ampla unidade das forças sindicais comprometidas com as lutas dos trabalhadores e a preparação da greve geral. Com espírito unitário, participou da plenária conjunta com a CUT, em São Paulo, que aprovou a paralisação nacional.

"Corpo mole"

Após muitas discussões,

alcançou-se a unidade de vastos setores sindicais na defesa da greve geral. Entretanto, isto ainda não foi suficiente para viabilizar essa resposta. Nota-se um certo "corpo mole" na preparação da greve, no esclarecimento e mobilização das bases. Pouco foi feito de concreto para esquentar os motores e aquecer os ânimos para lutar contra o Plano Verão.

Nem mesmo foram definidos o conteúdo e a forma da mobilização. A CGT e setores da CUT pretendem caracterizar o movimento como meramente econômico, de simples combate aos efeitos do pacote de Sarney. Resistem à idéia de politizar a greve geral, apresentando aos trabalhadores as causas estruturais da atual crise econômica, como a dívida externa e a estrutura agrária concentrada nas mãos dos latifundiários.

Também se perde precioso tempo no debate estéril sobre a duração da greve geral. De maneira contraditória, os mesmos sindicalistas que alegam dificuldades de mobilização na base, defendem a greve por tempo indeterminado — no que mais parece um jogo de cena para evitar a paralisação. É evidente que as condições não estão dadas para uma greve "até a vitória final".

A experiência brasileira e internacional demonstra que a greve geral por tempo determinado serve para acumular forças e elevar o nível de consciência dos trabalhadores e pode também resultar em vitórias parciais. Em julho de 83, por exemplo, a paralisação nacional de um dia foi fator decisivo para a derrubada do decreto-lei 2.045, de arrocho salarial. Além disso, ela representa uma resposta, um protesto, diante da ofensiva do patronato e do governo... exatamente o que o Plano Verão está a exigir do sindicalismo brasileiro.

* jornalista, diretor do Centro de Estudos Sindicais

Congresso da CSC deve reunir 2 mil

Foto.: Aguinaldo Zordenoni

Nos dias 24 a 26 de fevereiro será realizado o I Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conforme Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp e Cetesb de São Paulo e coordenador nacional da corrente, "prevê-se a participação de 2 mil delegados no encontro".

Santana garante que todos os Estados brasileiros "já estão mobilizados e deverão enviar representantes ao congresso, que contará com a participação de aproximadamente 900 entidades sindicais. Os critérios para escolha de delegados", conta, "são dois. Em primeiro lugar, priorizamos as indicações que contam com o respaldo das diretorias das organizações sindicais. Mas também abrimos o congresso a ativistas sindicais de oposição, desde que realizem assembleias de base e com a condição de não terem direito a voto, só a voz".

Reuniões

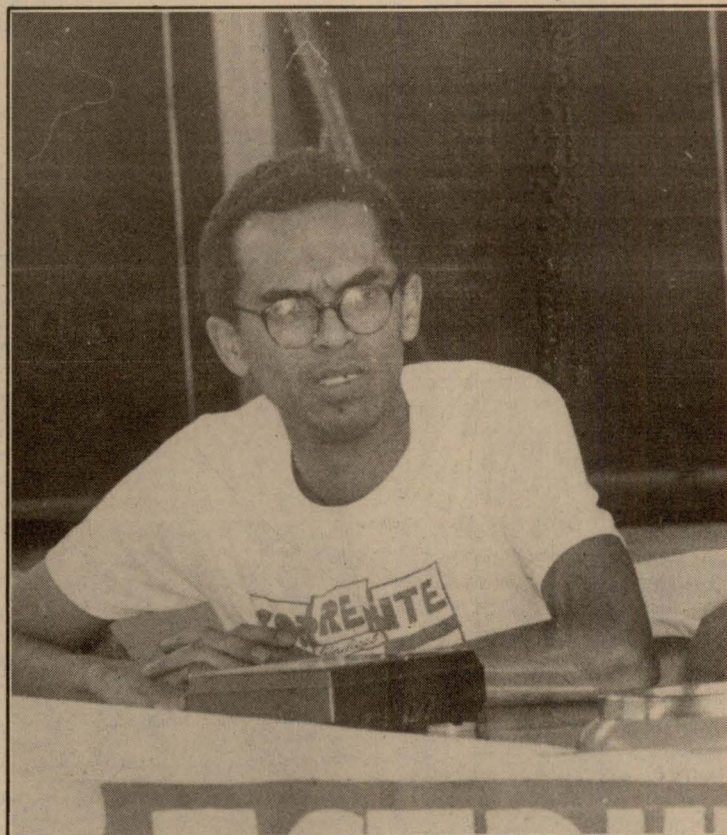
Ele informou, ainda, que "no momento todos os Estados já receberam informes sobre o congresso e o jornal que nós elaboramos com as teses centrais que serão discutidas lá. As coordenações estaduais da CSC estão se articulando com os sindicatos para discutir as propostas, escolher representantes ao congresso e organizar as caravanas ao Rio".

"Desta forma", continua, "os passos que precedem o encontro estão sendo concluídos. Ocorreram várias reuniões preparatórias nos Estados e observou-se inclusive o interesse de algumas entidades vinculadas à CUT de participar do encontro da corrente no Rio".

Greve geral

Nivaldo Santana lembra que "o congresso da CSC será realizado num ano particularmente importante para os trabalhadores, o ano da sucessão presidencial no país. Também ocorrerá às vésperas de uma greve geral contra o pacote econômico do governo e, dentro de uma perspectiva mais ampla, num período histórico de incomum agravamento da crise política e econômica, assim como de aprofundamento do arrocho salarial contra os trabalhadores".

Em função disto, sustenta, "o congresso deve se posicionar de forma clara em relação aos grandes temas em debate hoje na sociedade brasileira



Nivaldo: "o encontro ocorrerá num momento muito importante"

Antes de tudo, cabe tirar uma posição clara contra o chamado 'plano verão' baixado por Sarney, contra o 'pacto social' e pela recomposição do poder de compra dos salários, vítimas de enormes perdas. Isto significa, entre outras coisas, que devemos definir uma posição sem vacilações a favor de uma greve geral dos trabalhadores e defender a unidade do movimento sindical nesta luta".

Para ele, "um posicionamento mais firme do sindicalismo brasileiro neste sentido vem encontrando muitas dificuldades. As centrais sindicais existentes, CUT e CGT, não foram capazes, ainda, de dar uma resposta ao pacote à altura das necessidades dos assalariados. Ambas reagiram com muita vacilação e atitudes dúbias. A CGT, já conhecemos, tornou-se uma central de pelegos, a serviço do governo e das forças reacionárias, enquanto a CUT, embora não possa ser classificada da mesma forma, mantém-se vacilante, sem uma posição clara de combate ao pacote e mobilização pela greve geral".

Sucessão

Outro ponto que deverá ser amplamente debatido no congresso relaciona-se à sucessão presidencial. "Não há dúvidas", afirma Nivaldo Santana, "que as eleições deste ano têm uma importância histórica ímpar e podem determinar grandes mudanças na vida política do país. É por isso que devemos nos posicionar de forma clara para obter nela um resultado favorável ao povo brasileiro impõe-se uma

forte unidade das forças populares e progressistas, já com vistas ao primeiro turno das eleições presidenciais".

Em sua opinião, "a correlação entre as eleições e as grandes bandeiras do movimento sindical e popular é patente. Por exemplo, se as forças populares obtiverem um bom resultado, isto é, elegerem um presidente progressista, comprometido com os interesses do povo, daremos grande impulso à luta pelo não pagamento da dívida externa, pela reforma agrária, pela defesa das estatais e da soberania nacional, garantia dos salários reais dos trabalhadores etc. Daí a necessidade de trabalhar sem descanso — inclusive no meio sindical — pela unidade em torno de um candidato".

CSC e CUT

O congresso também deverá discutir e estabelecer um novo tipo de relacionamento entre a Corrente Sindical Classista (CSC) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em primeiro lugar, conforme Nivaldo Santana, "a coordenação está propondo o trabalho prioritário em frente única com a CUT, tendo em vista que esta central reúne muitos sindicalistas progressistas, enquanto a CGT, como já dissemos, está completamente dominada por elementos pelegos, especialmente aqueles vinculados ao chamado 'sindicalismo de resultados'. Ao lado disto, o congresso deverá decidir ainda por uma atitude mais resoluta da corrente na busca da unidade orgânica do movimento sindical brasileiro.

A opinião de José C. Schulte

Mais de uma centena de sindicatos gaúchos abandonaram a CGT para engrossar as fileiras da Corrente Sindical Classista (CSC), que é hoje a segunda força sindical do Rio Grande do Sul, ao lado da CUT. A principal liderança da corrente no Estado, também membro de sua coordenação nacional e presidente da Federação dos Empregados no Comércio do RS, José Carlos Schulte, falou à "Classe Operária" sobre os problemas do movimento sindical brasileiro e o significado da formação da CSC.

Classe: Como você avalia o movimento sindical brasileiro hoje?

Schulte: O movimento sindical se depara com uma grande interrogação, um desafio. Ou ele se amplia, se unifica, ou continua esfacelado, sem grande poder de luta, sem capacidade para responder à altura as investidas contra os trabalhadores. Nos últimos anos, o trabalhador se viu diante de duas centrais — CUT e CGT. Pois bem, depois que o governo, o empresariado e o latifúndio jogaram pesado contra os interesses das massas trabalhadoras, especialmente na batalha da Constituinte, eles conseguiram cooptar inclusive uma parcela dos sindicalistas, ganharam apoio da direção nacional da CGT, que traiu miseravelmente seus representados. Mas as centrais também tornaram-se impotentes para o encaminhamento comum das lutas. Hoje, é uma necessidade e uma imposição a unidade. Daí que vem a importância de uma linha de pensamento que tenha a força de buscar a unidade.

Classe: Foi este quadro que propiciou o surgimento da Corrente Classista?

Schulte: A Corrente Sindical Classista surge justamente como uma alternativa do movimento sindical na busca da unidade concreta dos trabalhadores, com a proposta desta unidade. Como se faz isto? Nossa proposta é a de que se unifiquem e se juntem todas as forças do movimento sindical numa frente única, com um programa unitário para o encaminhamento das lutas.

Classe: Como ficou a CGT depois da criação da Corrente Sindical Classista?

Schulte: A CGT é, hoje, uma central somente de cúpu-

la, que reúne o que há de mais podre no movimento sindical brasileiro. A CGT foi tomada de assalto pelo chamado sindicalismo de resultados, que na verdade foi criado e vive a serviço do latifundiário, da grande burguesia brasileira e da burguesia internacional. A CGT é, por isto, uma central teleguiada pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira. Uma central que não mais representa os interesses dos trabalhadores, mas sim os interesses pessoais de pessoas como o Magri e o Luiz Antônio.

Classe: E a CUT?

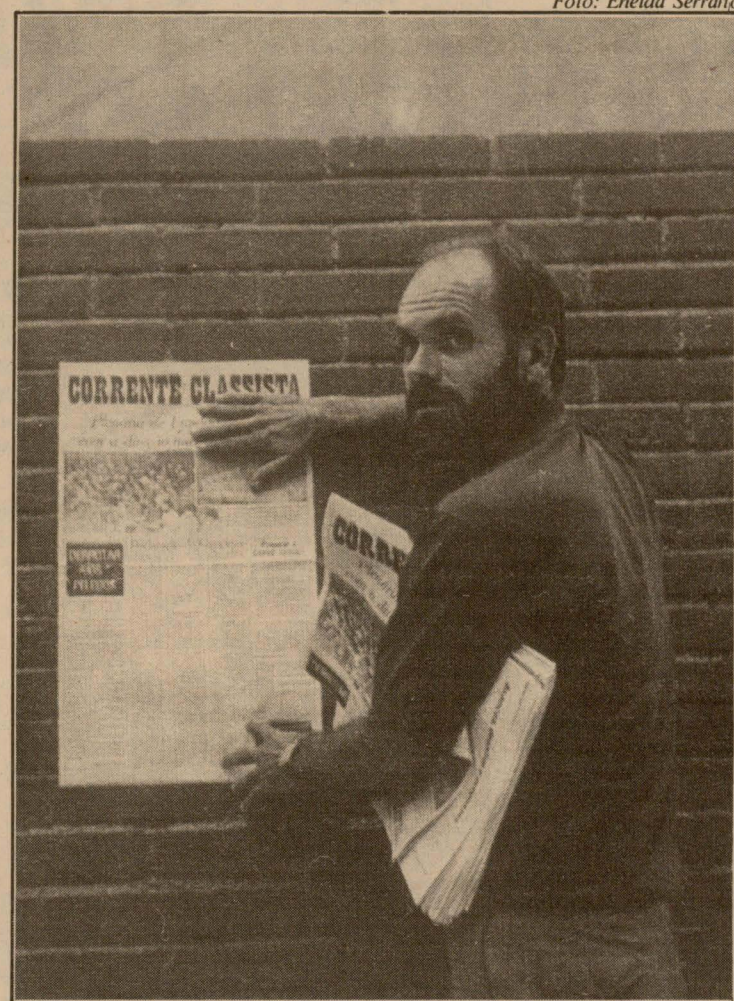
Schulte: A CUT é uma central que, hoje, aparece como uma central progressista, mas que ainda é cheia de erros e divisões e que ainda não expressa a grande ansiedade dos trabalhadores, não cumpre seu papel de combater as forças reacionárias. Ela faz silêncio diante de grandes problemas, como, por exemplo, o pacto social. A CUT não se pronuncia de maneira enfática contra o pacto, parece não saber o que ele significa, vacila e se divide. Na realidade, pode-se observar que a CUT ainda não amadureceu, devido à grande confusão de linha política que reina em suas fileiras e também não tem uma proposta de unidade do movimento sindical.

Classe: Qual a importância do congresso, o 1º, que a Corrente Sindical Classista vai realizar nesses dias no Rio de Janeiro?

Schulte: A grande importância deste congresso da corrente reside na proposta de unidade dos trabalhadores. A coordenação nacional da corrente não pretende aprovar a criação de mais uma central sindical e sim apenas tirar propostas de encaminhamento co-

mo da luta contra o capital nacional e internacional, o latifúndio e o governo Sarney. Desta forma, pretende encaminhar soluções, e lutas, no sentido de melhorar as condições de vida do povo brasileiro, uma luta conjunta e unitária com outras forças sindicais. O congresso, no nosso entendimento, vai resgatar a unidade dos trabalhadores e teremos, com isto, a possibilidade de apresentar às massas propostas de lutas em defesa dos seus interesses. Consideramos que vai ser um congresso de grande representatividade, com a presença de mais de 900 entidades sindicais de todo o país.

Classe: Como está a preparação do congresso no Rio Grande do Sul?



"Sem unidade o sindicalismo não tem grande potencial de luta"

Schulte: Vai bem, sem dúvida. Estamos discutindo as teses que serão apresentadas no encontro e pretendemos levar cerca de 300 delegados, representantes de aproximadamente 100 entidades. A preparação do congresso no Rio Grande do Sul é intensa.

Classe: Como anda a corrente no movimento sindical?

Schulte: Ela cresce, vem se fortalecendo e na maioria dos Estados já é uma realidade — tanto que no congresso deverão estar presentes representantes de todos os Estados. A corrente já é uma realidade para os trabalhadores e conta com a simpatia de suas propostas, cresce à medida em que vai se organizando e colocando suas posições frente aos problemas que o povo brasileiro vem enfrentando, como, por exemplo, em relação à dívida externa, com a proposta de suspensão do pagamento da dívida e realização de uma auditoria sobre a origem dos débitos.

Classe: Quais as propostas e as respostas dos trabalhadores diante do último pacote de Sarney?

Schulte: Os trabalhadores, em primeiro lugar, devem agir de uma forma unitária, devem estar unidos. A Corrente Sindical Classista teve uma reunião com a CUT para discutir isto. Acreditamos que é preciso garantir a recomposição das perdas salariais, ou seja, a reposição que o pacote busca proibir. Ao mesmo tempo, pretendemos a escala móvel dos salários. Dentro disto, acredito que a possibilidade da greve geral está presente, mas depende sobretudo da nossa organização. Acreditamos que a greve não só deve ser discutida, como também organizada e que desta vez, se sair, deverá ser uma greve que tenha força de fazer o governo e o patronato cederem aos reclamos dos trabalhadores.

Classe: Haverá uma maior aproximação da corrente com a CUT?

Schulte: Acreditamos que devemos ter uma ação conjunta com a CUT na luta. Realizar plenárias estaduais conjuntas e iniciar um entendimento com vistas a um trabalho de frente única para o enfrentamento e encaminhamento de nossas propostas de luta.

Classe: Como ficou a greve dos bancários deflagram um movimento nacional pela recomposição de seus salários, com reajustes em torno de 65%, aumentos mensais com base nos índices calculados pelo Dieese e suspensão do projeto intitulado "pague aqui", através do qual os banqueiros pretendem instalar quiosques em áreas de grande fluxo popular para pagamento de contas. A categoria reivindica também o fim da URJ de fevereiro e a reposição dos 26,06% roubados por meio do Plano Bresser.

Classe: Qual o seu julgamento sobre o governo Sarney?

Schulte: O governo Sarney mostrou-se incompetente para administrar a economia do país e não enfrenta os grandes problemas que as classes trabalhadoras sempre indicaram — os privilégios e os domínios de uns poucos, representados pela grande burguesia nacional e internacional e pelo latifundiário. Sarney deixou que a corrupção se generalizasse, fez uma política entreguista de desestatização e é devido a esta política que ele hoje impõe o pacote de verão, tentando mudar a imagem e, ao mesmo tempo, favorecer o patronato em detrimento dos trabalhadores, patrocinando novamente um grande arrocho salarial e impondo a fome ao povo para cumprir os compromissos que assumiu com a comunidade financeira internacional.

Classe: Quais as propostas e as respostas dos trabalhadores diante do último pacote de Sarney?

Schulte: Os trabalhadores, em primeiro lugar, devem agir de uma forma unitária, devem estar unidos. A Corrente Sindical Classista teve uma reunião com a CUT para discutir isto. Acreditamos que é preciso garantir a recomposição das perdas salariais, ou seja, a reposição que o pacote busca proibir. Ao mesmo tempo, pretendemos a escala móvel dos salários. Dentro disto, acredito que a possibilidade da greve geral está presente, mas depende sobretudo da nossa organização. Acreditamos que a greve não só deve ser discutida, como também organizada e que desta vez, se sair, deverá ser uma greve que tenha força de fazer o governo e o patronato cederem aos reclamos dos trabalhadores.

Classe: Haverá uma maior aproximação da corrente com a CUT?

Schulte: Acreditamos que devemos ter uma ação conjunta com a CUT na luta. Realizar plenárias estaduais conjuntas e iniciar um entendimento com vistas a um trabalho de frente única para o enfrentamento e encaminhamento de nossas propostas de luta.

Classe: Como ficou a greve dos bancários deflagram um movimento nacional pela recomposição de seus salários, com reajustes em torno de 65%, aumentos mensais com base nos índices calculados pelo Dieese e suspensão do projeto intitulado "pague aqui", através do qual os banqueiros pretendem instalar quiosques em áreas de grande fluxo popular para pagamento de contas. A categoria reivindica também o fim da URJ de fevereiro e a reposição dos 26,06% roubados por meio do Plano Bresser.

CURTAS

Os operários da Metal Leve, na Zona Sul de São Paulo, retornaram ao trabalho dia 8 depois de uma semana de greve. A paralisação teve início no setor de coquilharia, foi deflagrada no dia 30 de janeiro contra a pretensão da empresa de acabar com o terceiro turno de trabalho e cortar o adicional de 15% devido aos que nele atuavam. No dia seguinte, todos os 4 mil empregados da indústria aderiram ao movimento e levantaram outras reivindicações. A empresa foi forçada a ceder e não apenas manteve o terceiro turno e o adicional de 15%, como também concedeu um reajuste salarial de 10% a todos os funcionários e reduziu em 40 minutos a jornada semanal de trabalho

Classe: Como ficou a greve dos bancários deflagram um movimento nacional pela recomposição de seus salários, com reajustes em torno de 65%, aumentos mensais com base nos índices calculados pelo Dieese e suspensão do projeto intitulado "pague aqui", através do qual os banqueiros pretendem instalar quiosques em áreas de grande fluxo popular para pagamento de contas. A categoria reivindica também o fim da URJ de fevereiro e a reposição dos 26,06% roubados por meio do Plano Bresser.

Classe: Como ficou a greve dos bancários deflagram um movimento nacional pela recomposição de seus salários, com reajustes em torno de 65%, aumentos mensais com base nos índices calculados pelo Dieese e suspensão do projeto intitulado "pague aqui", através do qual os banqueiros pretendem instalar quiosques em áreas de grande fluxo popular para pagamento de contas. A categoria reivindica também o fim da URJ de fevereiro e a reposição dos 26,06% roubados por meio do Plano Bresser.

Classe: Como ficou a greve dos bancários deflagram um movimento nacional pela recomposição de seus salários, com reajustes em torno de 65%, aumentos mensais com base nos índices calculados pelo Dieese e suspensão do projeto intitulado "pague aqui", através do qual os banqueiros pretendem instalar quiosques em áreas de grande fluxo popular para pagamento de contas. A categoria reivindica também o fim da URJ de fevereiro e a reposição dos 26,06% roubados por meio do Plano Bresser.

Classe: Como ficou a greve dos bancários deflagram um movimento nacional pela recomposição de seus salários, com reajustes em torno de 65%, aumentos mensais com base nos índices calculados pelo Dieese e suspensão do projeto intitulado "pague aqui", através do qual os banqueiros pretendem instalar quiosques em áreas de grande fluxo popular para pagamento de contas. A categoria reivindica também o fim da URJ de fevereiro e a reposição dos 26,06% roubados por meio do Plano Bresser.

LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO

“No Brasil, ser político

Entrevistamos um dos maiores cronistas brasileiros da atualidade: Luís Fernando Veríssimo. “Entrevistamos” é força de expressão.

Na verdade, Veríssimo foge de repórteres. “Para mim, dar uma entrevista é pior do que tomar injeção. E eu tenho horror de injeção”, afirmou certa vez. Mas o escritor gaúcho informou que, se lhe mandássemos as perguntas por escrito, nos daria o troco, por escrito. E foi o que aconteceu. Apresentamos a seguir a entrevista-escrita de Luís Fernando Veríssimo.

Classe: Em que você está trabalhando atualmente?

Veríssimo: Além do meu trabalho normal — uma coluna diária para o jornal “Zero Hora” de Porto Alegre, tiras diárias para o “Jornal do Brasil” e “O Estado de São Paulo”, uma charge semanal para o “JB” e outra para o “Estadão”, uma página semanal para a “Veja” e textos para o “TV Pirata” da Globo — acabei de escrever uma peça que talvez seja encenada no Rio este ano e alguns textos para o novo show do MPB-4. E sempre aparecem coisas extras para fazer.

Classe: O que te levou a escolher o humor como forma de expressão artística?

Veríssimo: Não foi exatamente uma escolha minha. Eu comecei a trabalhar em jornal com trinta anos. Antes disso nunca tinha escrito nada, além de algumas traduções. Comecei no jornalismo como “copy-desk” e fiz praticamente de tudo dentro de uma redação até ter uma coluna assinada. E na coluna as coisas mais para o lado humorístico tinham mais resposta, mais repercussão, e eu acabei sendo rotulado de humorista, embora sempre diga que não sou um humorista, apenas faço, eventualmente, humor. Até hoje, principalmente na coluna da “Zero Hora”, eu escrevo “sério”, ou pelo menos o que eu pretendo seja sério, além de fazer humor. Mas eu acho que pode-se falar sobre tudo com humor. Pode-se até ser “sério” de

uma maneira humorística. Mas, respondendo à sua pergunta, eu não decidi “vou fazer humor” quando comecei a assinar uma coluna. Foi uma coisa que aconteceu e de repente eu estava sendo chamado de humorista. O que surpreendeu até a mim, pois sempre me considerei muito sem graça.

Classe: Você também tem formação musical e em algumas crônicas arrisca uns versos. Produz também música?

Veríssimo: Não, ainda não fiz música. Mas nunca é tarde. Estou só com 52 anos, talvez antes dos 100 ainda vire compositor. Mas sou um músico amador em todos os sentidos do termo. Porque amo a música e porque sou apenas um diletante. Mesmo quando tocava meu saxofone semi-profissionalmente, anos atrás, nunca cheguei a dominar o instrumento, e o pouco que sabia de teoria musical, esqueci. Não teria a capacidade para compor. Os versos que tenho feito são em função do humor, não têm qualquer outra pretensão. Muito menos a de serem poesia. Mas gosto muito de música e se não fosse o que sou, seja lá o que isso for, gostaria de ganhar a vida com a música. Quem sabe um dia?

Classe: Além das crônicas você escreveu um romance. Vai continuar trabalhando com novos romances? Que balanço faz da experiência romanesca?

Veríssimo: O romance foi feito de encomenda. O que não o diminui, até acho que saiu direitinho, apesar de ter sido feito em pouco tempo. Mas eu não tinha, como outros têm, um romance que precisava botar para fora, que precisava escrever. Mas gostei da experiência, foi um desafio que enfrentei e não me arrependo. Só não pretendo repeti-lo tão cedo. Mesmo porque me falta tempo. Me sinto muito lisonjeado quando sou chamado de “escritor” mas na verdade sou um jornalista. Até escrever o romance nunca tinha escrito nada que não fosse para ser publicado no dia seguinte, na semana seguinte ou, no máximo, no mês seguinte.

Classe: Há muito tempo você vem produzindo humor para a tevê, e atualmente trabalha com a “TV Pirata”. O que você acha do humor televisivo? A “TV Pirata” é uma evolução neste humor?

Veríssimo: Fazer humor para a televisão é um bom antídoto para qualquer vaidade autoral porque na tevê o texto de humor é

Luís Fernando Veríssimo tem mais de 20 livros de crônicas publicados, além do romance policial “O Jardim do Diabo”. Os mais conhecidos são “O analista de Bagé” e “Outras do Analista” que, juntos, já venderam perto de 500 mil exemplares. Também as histórias em quadrinhos de “Ed Mort”, “As cobras” e “Aventuras da família Brasil” foram publicadas em forma de livro. “O analista de Bagé” foi adaptado para o teatro. A seguir publicamos a crônica que dá título ao livro “O gigolô das palavras”, lançado em 1982 pela L&PM Editores Ltda.

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Cada grupo portava seu gravador cassete, certamente o instrumento vital da pedagogia moderna, e andava arrecadando opiniões. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com as suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “es-

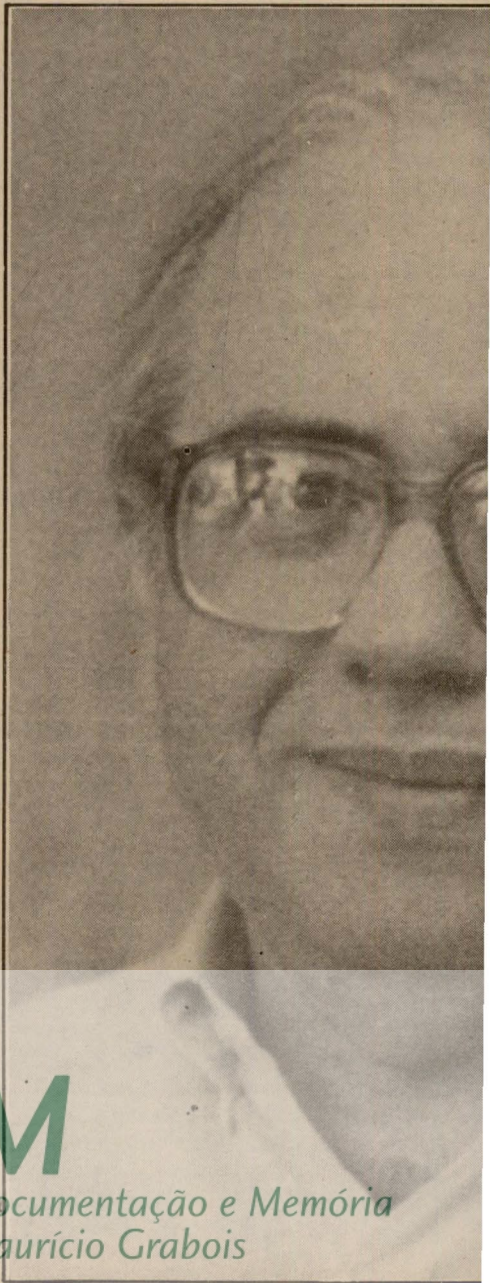
crever claro” não é certo mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, comover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. Só predomina nas línguas mortas, e aí é de interesse restrito a necrólogos e professoras de Latim, gente em geral pouco comunicativa. Aquela sombria gravidade que a gente nota nas fotografias em grupo dos membros da Academia Brasileira de Letras é de reprovação pelo Português ainda estar vivo. Eles só estão esperando, fardados, que o Português morra para poderem carregar o caixão e escrever sua autópsia definitiva. É o esqueleto que nos traz de pé, certo, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse tudo isso para meus entrevistados. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas — isso eu disse — vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô

das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas a exemplar conduta de um cáfeten profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. Não me meto na sua vida particular. Não me interessa seu passado, suas origens, sua família nem o que outros já fizeram com elas. Se bem que não tenha também o mínimo escrúpulo em roubá-las de outro, quando acho que vou ganhar com isto. As palavras, afinal, vivem na boca do povo. São faladíssimas. Algumas são de baixíssimo calão. Não merecem o mínimo respeito.

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel. Acabaria tratando-as com a deferência de um namorado ou com a tediosa formalidade de um marido. A palavra seria a sua patroa! Com que cuidados, com que temores e obséquios ele consentiria em sair com elas em público, alvo da impiedosa atenção de lexicógrafos, etimologistas e colegas. Acabaria impotente, incapaz de uma conjunção. A Gramática precisa apañar todos os dias para saber o que manda.

(Luís Fernando Veríssimo, 1982)

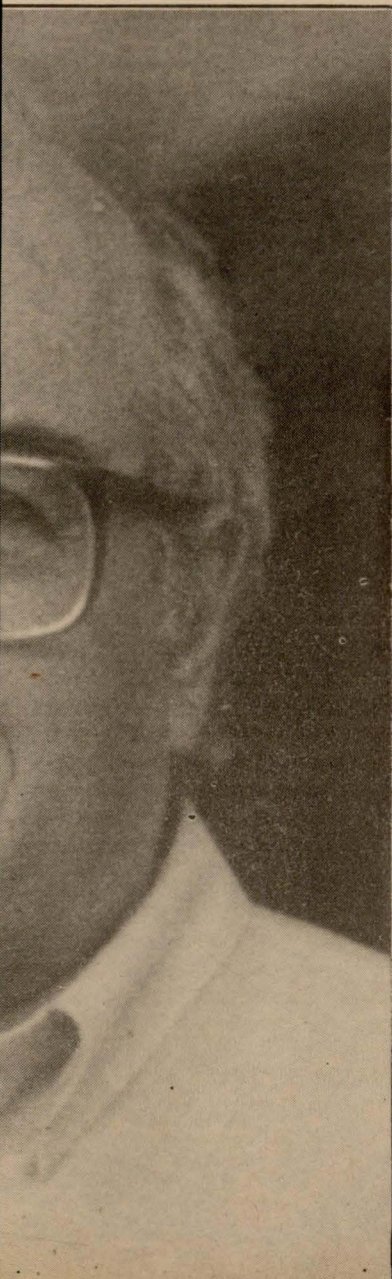


Veríssimo: Torcendo para que “o menos ruim ac

imposição da realidade”

as um dos tantos componentes, e sempre o mais importante, de um ro ou de um programa. Uma boa in-etação pode salvar um bom texto e muito raro um bom texto sobrevi-uma má interpretação, ou a uma má-ção. Outra coisa que eu acho é que mor na tevê, que aparentemente é simples, já que é mais direto, mais , e precisa ser compreendido logo, é difícil de fazer do que o chamado or “inteligente” ou sutil, que só visa orriso ou a opinião de que está enge- o, bem bolado etc. O humor na tevê z rir ou fracassa. Quanto ao humor TV Pirata” em comparação com o do humor na tevê, acho que é uma ção, sim, na medida em que ele se e a experimentar com assuntos e abordagens que os outros não tocam. disposição de experimentar tudo faz que o humor do “TV Pirata” acabe o bem abrangente. Vai do mais escri- o ao mais sofisticado. É impressio- como as crianças gostam do progra- embora o programa não seja exata- e feito para elas. Mas o maior trunfo TV Pirata” é o seu elenco. Acho que grama deu certo porque acertaram o o de primeira.

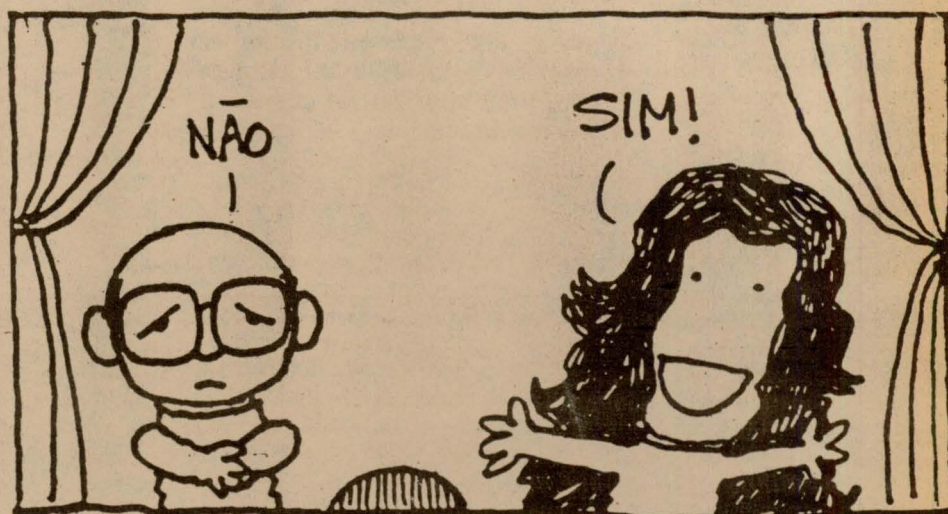
Foto: sucursal RS



na sucessão presidencial

Classe: E seu trabalho como quadrinhista e autor de roteiros de histórias em quadrinhos a quantas anda? Você acha que linguagem do quadrinho envolve mais o público que a escrita?

Veríssimo: Sempre digo que tenho um problema grave para um desenhista, que é não saber desenhar. Isto nunca me deteve, no entanto. Como sempre gostei muito de cartuns e quadrinhos, aproveitei que tinha um espaço à disposição no jornal e comecei a brincar de desenhista também. Eu até melhorei um pouco, hoje quando vejo algumas das coisas que eu fiz anos atrás fico com vergonha. Mas ninguém me mandou parar e eu continuei. Faço “As cobras”, que são muito fáceis de desenhar, já que cobra só tem pescoço, e faço charges e cartuns, mas sempre com muita dificuldade. Já como roteirista trabalho com dois dos melhores artistas do Brasil, o Edgar Vasques, com quem faço as histórias do “Analista de Bagé” que saem na revista “Playboy”, e o Miguel Paiva, com quem faço as tiras do “Ed Mort”, que saem no “Jornal do Brasil” e no “Estadão”. Acho os quadrinhos fascinantes porque foi através deles que quase todos nós tomamos o primeiro contato com a experiência literária, com a narrativa etc., e no entanto nós não os abandonamos, como eventualmente abandonamos a literatura infantil e juvenil. A fascinação com os quadrinhos persiste no adulto, ou em grande parte dos adultos. Os próprios quadrinhos se deram conta disso, tanto que uma evolução relativamente recente é a dos quadrinhos adultos, histórias, inclusive eróticas, feitas especialmente para adultos, que assim podem continuar a consumir seus “gibis” sem passarem por débeis mentais.



Charges: feitas “sempre com muita dificuldade” por quem brinca de desenhista

Classe: Que balanço você faz da produção literária brasileira atual?

Veríssimo: Olhe, infelizmente, estou pouco informado sobre a literatura brasileira atual. O pouco tempo que me sobra para ler eu ocupo com a não-ficção, história, política etc., e com a leitura indispensável para me manter razoavelmente informado. Fora autores como o Rubem Fonseca, de quem gosto muito, ou dos gaúchos Moacyr Scliar e Tabajara Ruas, leio pouquíssimos livros de ficção, muito menos do que devia. Sei que tem muita gente boa. E, apesar de toda a crise, o movimento editorial do Brasil é intenso, já temos uma significativa indústria editorial e um público consumidor que cresce.

Classe: Você morou nos EUA. Em que medida isto influenciou na sua obra?

Veríssimo: Acho que influiu bastante. Morei nos Estados Unidos dos sete aos nove anos, depois dos dezesseis aos vinte, que são fases particularmente impressionáveis na vida de qualquer um. Sempre me interessei muito pela cultura americana, o jazz, o cinema, a própria literatura, e acho que tudo isso influenciou não apenas o meu gosto como o meu estilo, se é que eu tenho algum estilo. O humor americano, por exemplo. Tem gente que diz que eu faço humor americano em português. Se bem que, em matéria de humor, em sempre preferi o inglês.

Classe: Inúmeras vezes você aborda temas marcadamente políticos. Na tua opinião, qual é a relação entre o artista e a política?

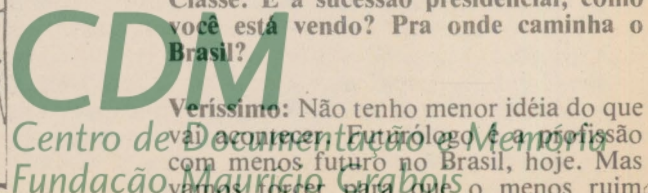
Veríssimo: Não me parece que o artista tenha uma relação especial com a política. Tem a relação que todo cidadão tem. Talvez, no caso do escritor, ele tenha a capacidade de organizar o pensamento político com um discernimento que o cidadão comum não tem, ou tem mas não sabe expressar. Mas aí é uma questão de habilidade, não de maior ou menor sensibilidade para a política. Agora, é óbvio que, num país como o Brasil, toda manifestação artística acaba sendo, de um jeito ou de outro, política. Isso não depende de uma opção do artista, é uma imposição da realidade. O Brasil está constantemente esfregando na nossa cara os seus absurdos, as suas iniquidades, e o artista precisa responder a isto. Até a tentativa de não ser político é uma decisão política. Eu sempre li muito sobre política mas minhas convicções são mais instintivas, são mais uma resposta à realidade, do que resultado de estudo ou teoria. Eu não entendo como uma pessoa com um mínimo de sensibilidade possa não ser de esquerda no Brasil, hoje. Nem que seja provisoriamente.

Classe: E a sucessão presidencial, como você está vendo? Pra onde caminha o Brasil?

Veríssimo: Não tenho menor idéia do que vai acontecer no futuro. Mas acho que não são com menos futuro no Brasil, hoje. Mas vamos forçar para que o menos ruim aconteça.



“As cobras”: “fáceis de desenhar, já que cobra só tem pescoço”.





Os crimes do Latifúndio

Sob o signo da impunidade

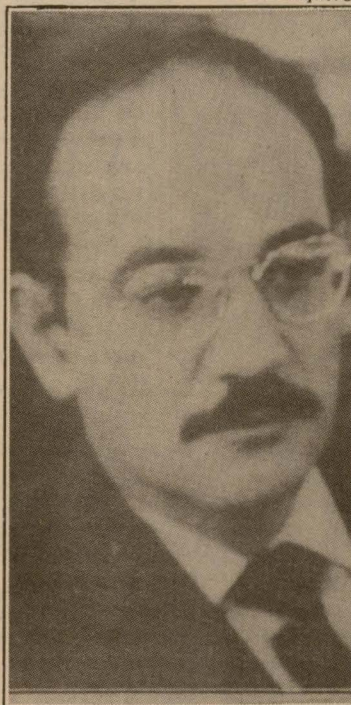
Não há autoridade disposta a apurar os crimes do latifúndio no Pará. A rede de omissões, na qual está envolvido o próprio governador Hélio Gueiros, permite que as lideranças que lutam pela reforma agrária sejam eliminadas, uma após outra, com incrível facilidade.

Junho de 1984. O deputado estadual Paulo Fonteles, do PCdoB, denunciou a existência de uma lista de oito pessoas marcadas para morrer no Pará, por defenderem a reforma agrária. Desta lista, quatro tinham sido assassinados, inclusive o próprio deputado. No dia 6 de dezembro, há exatamente dois meses, morreu o quinto da lista, o deputado estadual do PSB e também advogado João Carlos Batista. Foi assassinado por um pistoleiro na porta de sua casa.

Mas executores e mandantes deste e de outros crimes cometidos pelo latifúndio em todo o Brasil continuam impunes e, certamente, planejando novas ações criminosas. A vereadora do PCdoB de Belém, Socorro Gomes, que também está na mira dos fazendeiros, aponta a

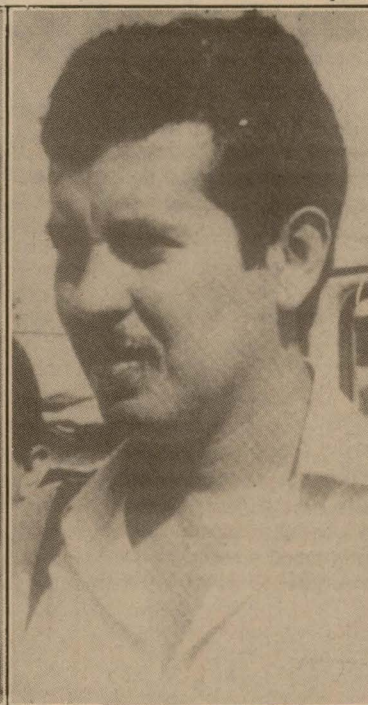
conivência da Justiça, retratada na impunidade dos assassinos e mandantes, como um incentivo à prática de tais crimes contra todos os que defendem a reforma agrária no Brasil. "Quando é para reprimir manifestações reivindicatórias de trabalhadores — disse ela — vemos verdadeiros aparatos policiais. Mas o mesmo não ocorre quando se trata de reprimir os crimes do latifúndio."

Após a morte de João Batista, familiares e amigos do deputado levantaram algumas pistas que poderiam levar aos assassinos. Mas temiam entregá-las às autoridades com receio de, ao invés da prisão, facilitarem a fuga dos pistoleiros, tal é o descrédito que tem a Polícia. Além disso, dezenas de entidades formaram um Comitê contra a Violência que



Paulo Fonteles, à esquerda, e João Batista: dois deputados e advogados mortos pelo latifúndio porque defendiam a reforma agrária e os trabalhadores rurais.

já promoveu diversas atividades. Também o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará publicou um anúncio nos jornais de Belém, perguntando: "Quem matou Gabriel Pimen-



ta, Paulo Fonteles, João Batista e Chico Mendes?", em contraposição aos "concursos" que a TV fazia na época para saber "quem matou Odete Roitman?" personagem da novela "Vale Tudo".

velope sumiu misteriosamente. Por tudo isso, ninguém leva a sério as declarações que o novo Secretário de Segurança faz de que é "questão de honra" para ele apurar os assassinatos dos dois deputados.

A Polícia ignora pistas ou inventa suas versões

Esse mesmo Secretário de Segurança afirma que o assassinato de João Batista está elucidado. Segundo ele, o executante foi um pistoleiro de nome Péricles, que está foragido, que estava acompanhado de um outro, Robertinho, que foi preso. No entanto, nenhuma testemunha do crime o viu no local, apesar de suas declarações de que deu cobertura a Péricles. Os acusados de serem os mandantes seriam dois comerciantes e fazendeiros de Capanema, Josiel e Jeová, que são também acusados de terem mandado matar Paulo Fonteles, segundo depoimento de um outro pistoleiro, conhecido por Gaguinho. Este pistoleiro fora preso em fevereiro de 1988, assumiu a autoria do crime e denunciou os mandantes. Tempos depois, num depoimento em Juízo, negou tudo dizendo que fez as declarações porque tinha apanhado. Josiel, que estava preso, foi logo solto. Corre o boato de que sua liberação rendeu uma fazenda para seu advogado e alguns milhares de cruzados para a Juíza encarregada do caso. Depois, Gaguinho foi solto, apesar de ter confessado a autoria de outro crime.

Mas provas concretas contra Josiel e Jeová não existem e suspeita-se que teriam sido apenas intermediários. Esses dois estão também envolvidos em roubos de carros e gado. Teme-se que a Polícia adote neste caso a mesma atitude que adotou no caso Fonteles: que se dê por satisfeita com o que diz ter apurado; que remeta o inquérito para a Justiça sem provas materiais e sem a prisão do executante, indispensável para a prisão dos mandantes; e que dê o caso por encerrado. No caso Paulo Fonteles, chegaram a ser feitos dois inquéritos policiais distintos, que apontavam executores e mandantes diferentes. Suspeita-se que a segunda versão, montada a partir do depoimento de um elemento chamado Agenor, tinha o objetivo de tumultuar o processo e extorquir dinheiro dos familiares de Paulo Fonteles. Agenor disse que viu, em Capanema, Gaguinho, Josiel e seu capataz, juntos na véspera do crime. Disse ainda que o

Por trás de tudo, a UDR

Neuton Miranda*

A violência é estimulada pela impunidade que é fruto da conivência das autoridades com os crimes dos latifundiários. Quem matou o deputado João Batista não foi apenas quem atirou ou mandou atirar, mas também quem deixou de punir os assassinos de Paulo Fonteles. Não prendem e punem os culpados porque não querem. A maioria dos assassinatos, as autoridades sabem quem executou, quem mandou e onde estão os culpados, mas recusam-se a prendê-los porque os mandantes são poderosos economicamente. São proprietários de extensas áreas de terra, muitos são banqueiros, industriais, empresários ligados à navegação fluvial, comerciantes, donos de meios de comunicação etc. Não prendem os pistoleiros para não comprometerem os mandantes, a não ser quando a pressão é muito grande, mas logo dão um jeito de soltá-los. O caso do pistoleiro Robertinho ilustra bem o que ocorre em nosso Estado: a polícia sabia que ele já comete-

ra vários crimes, inclusive contra um ex-prefeito. Sabia onde morava e somente agora o prendeu. Mas até o momento nada se sabe sobre quem foi o mandante do crime contra o ex-prefeito de Irituia e de outros crimes que o pistoleiro confessou.

É justamente por isso que a ousadia dos latifundiários é cada vez maior. Matam qualquer um em qualquer hora e lugar. João Batista foi assassinado a uma quadra da residência do Governador, na frente de várias pessoas.

O início dos assassinatos seletivos e cometidos em qualquer hora e lugar, coincide com o surgimento da UDR. Antes de 1984, quando a organização dos latifundiários era mais débil, a decisão de matar alguma liderança popular era apenas local e normalmente tinha vinculação com algum conflito fundiário que estava se desenvolvendo numa localidade específica. Com os latifundiários se organizando regional e nacionalmente na UDR, muitas execuções passaram a ser decididas a nível estadual e nacional,

como foram as de Paulo Fonteles, João Batista, Padre Josimo e Chico Mendes. Dificilmente um latifundiário tomaria sozinho a decisão de matar um deputado, um padre ou um sindicalista do prestígio de Chico Mendes.

Na luta contra a violência dos latifundiários e contra a impunidade, destaca-se a luta pelo fim da UDR. É inadmissível a existência legal de uma entidade criminosa que, além de tudo, tem ligações com o narcotráfico, como foi apontado no Acre, o que pode justificar, mais do que os famosos leilões de gado, o dinheiro que a UDR possui. É possível que esses leilões sirvam apenas para "esquentar" um dinheiro cuja origem não pode ser divulgada. As declarações do Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, de que possui dossiês de alguns dos recentes assassinatos, reforçam a suspeita de que esta organização tenha também vínculos estreitos com o aparelho repressivo que ainda continua montado no país.

*Presidente do Diretório Regional do PCdoB no Pará e membro da Direção Nacional.

Um Torturador na Secretaria de Segurança

O descrédito no interesse do governo em apurar os inúmeros assassinatos que têm ocorrido no Pará foi reforçado com a recente indicação do delegado Mário Malato para a Secretaria de Segurança. Esta indicação foi repudiada por dezenas de entidades e personalidades ligadas à luta em defesa dos direitos humanos. Mário Malato foi do Dops e notabilizou-se por sua truculência e participação na repressão à luta dos camponeses. Ele é acusado de ter torturado Salvadorzinho, um dos primeiros a serem assassinados da lista que Paulo Fonteles denunciou. A viúva de João Batista, Sandra Batista, lembrou que, durante a campanha eleitoral de 1986, Malato dava tiros nos cartazes de propaganda do deputado dizendo que "um dia ele leva esses tiros na cara".

Esse delegado também foi encarregado de apurar denúncias de crimes cometidos por James Vita Lopes, um dos suspeitos da morte de Fonteles. Ora, suspeita-se, porém, que o próprio Malato tenha sido o portador de uma carta enviada ao jornal "O Liberal", onde James defendia-se das acusações de ferimento de Paulo Fonteles. A carta chegou ao jornal através do pai do delegado, o jornalista João Malato. O en-

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



pneu do carro em que estava furou em frente ao posto de gasolina **na hora** em que Paulo foi assassinado. Declarou que estava acompanhado de um agente da Polícia Rodoviária Federal, que nunca foi visto e muito menos localizado. Para completar, afirmou que viu o carro usado pelos pistoleiros no pátio de uma empresa de Joaquim Fonseca, um dos suspeitos de ser mandante. Com tantas informações, não pode ter sido somente uma testemunha: ou participou da execução de Fonteles ou foi enviado por James Vita Lopes para tumultuar o inquérito que apontava este último como intermediário, ou, ainda, pretendia extorquir dinheiro.

Esta e tantas outras pistas importantes sequer foram seguidas pelas polícias Estadual e Federal, numa demonstração mais que evidente de que não pretendiam apurar o crime e muito menos prender os culpados. A Polícia Federal chegou a localizar o último dono do carro usado pelos pistoleiros que mataram Paulo Fonteles: um elemento com antecedentes criminais que contou uma história incrível: disse que tinha vendido o carro numa lanchonete e não conhecia o comprador, não sabia seu nome nem seu endereço. E ficou por

isso mesmo. Este fato foi denunciado pelo delegado Otacílio Mota, que presidiu o primeiro inquérito. Há alguns meses este delegado pediu licença do serviço alegando estar sendo ameaçado...

Governador faz graça e critica quem pede justiça

Enquanto tudo isso acontece, o governador Hélio Gueiros diz que "não há nenhuma anormalidade" e fica indignado com as cobranças que recebe para tomar medidas que acabem com a impunidade... Para isto cita, ironizando, o exemplo do primeiro-ministro da Suécia, Olaf Palme, que foi assassinado há três anos e o crime ainda não foi elucidado. E ainda faz galhofa com as cobranças que recebe, como a da Anistia Internacional: recentemente num programa de televisão, Hélio Gueiros declarou que o que acha "mais gozado" é a Anistia "não se preocupar em anistiar ninguém. Afinal de contas, anistia é o nome dela, mas ela só quer é pegar os culpados..." E após a morte de João Batista disse à imprensa: "Não posso

dar garantias de vida a ninguém."

Estas e outras atitudes do governador do Pará têm gerado protestos de inúmeros setores da sociedade. Os familiares de Paulo Fonteles enviaram a Hélio Gueiros um enérgico protesto pelas suas declarações na TV. O deputado federal do PSB Ademir Andrade declarou, após saber do assassinato de seu colega de partido: "Não adianta ir falar com o governador, pois ele é incapaz e inoperante." A mesma atitude teve o também deputado federal do PSB, José Carlos Sabóia, líder desse partido na Câmara Federal: "Hélio Gueiros se identifica no mesmo nível de bandidagem dos assassinos e mandantes, devido à sua omissão e convivência com os assassinatos."

Quem será o próximo? É a pergunta que mais se ouve agora no Pará. A impunidade é muito grande e as listas dos ameaçados de morte de multiplicam. Dona Cordolima Fonteles, mãe de Paulo Fonteles, por ocasião do velório do deputado João Batista, alertou: "A vereadora Socorro Gomes também está na lista. Se não forem tomadas as devidas providências, pode ser a próxima vítima." (Da sucursal do Pará e da redação da "Classe")

Revolta contra a impunidade

A polícia está cada vez mais desacreditada. Como ela, autoridades competentes e governantes se unem numa malha de proteção a crimes os mais variados, sejam crimes políticos ou contra a própria população. Esta atitude de omissão dos responsáveis pela segurança

do povo explicam revoltas populares, como a que ocorreu em São Miguel do Guama, município situado a 150 km de Belém.

No dia 19 de janeiro último, numa quinta-feira, cerca de 5.000 pessoas revoltadas com o estupro seguido

de morte de uma criança (o segundo em menos de dois meses), saquearam e incendiaram a Delegacia, uma viatura policial, o Fórum, as casas da Juíza e da Promotora, apedrejaram a Prefeitura e interditaram por várias horas a estrada de acesso à sede do município.

Polícia de São Paulo comete crime nazista

Ocorreu por volta das 8h30m, domingo de Carnaval, dia 5. Cinquenta entre os 63 presos que ocupam as cinco celas sujas e mal iluminadas do 42º Distrito Policial do Parque São Lucas (com capacidade para abrigar no máximo 26 detentos) haviam feito uma frustrada tentativa de fuga. Já estavam completamente dominados, espancados (a cassetetes) pelos policiais e tinham sido forçados a tirar todas as roupas. Mas o investigador Celso Jesus da Cruz, encarregado do distrito, julgou que era pouco. E pensou num castigo que eles "jamais irão esquecer".

Determinou, então, que os 50 presos entrassem, nus, na cela forte, um pequeno cubículo de 1,5 por 3 metros, sem janela. Quem não desejava cumprir a ordem era convencido pelos policiais com o argumento dos cassetetes. O recinto tem espaço para cinco pessoas. Trancafiados os 50 prisioneiros, o investigador, segundo testemunhas, providenciou a explosão de uma bomba de gás lacrimogênio no local. O delegado titular Carlos Eduardo Vasconcelos chegou ao distrito às 9 horas, aproximadamente. Os presos, contudo, só foram liberados da cela forte por volta do meio dia. Quase todos estavam desmaiados. Nada menos que 18 mortos.

Cela da morte

Não é sem razão que esta chacina vem sendo comparada aos mais ferozes morticínios praticados pelos nazistas durante a Segunda Guerra. Edmilson Messias do Nascimento, de 21 anos, um dos que conseguiram escapar com vida da "cela da morte" (como passou a ser chamada pelos detentos), conta que "quando vimos que tinha gente morrendo começamos a gritar, desesperados, e a PM respondia do lado de fora que 'só assim a cadeia ficaria vazia'".

Já o delegado Vasconcelos e o investigador Cruz respondiam "com piadinhas" aos 13 presos da cela três (que não tinham participado da tentativa de fuga e apelavam aos dois para que a porta da "cela da morte" fosse aberta), conforme informou o preso Paulo César Pereira. "Eles falaram que era bom o pessoal morrer".

A cena de espancamento dos presos à cela forte

foi relatada desta forma por Edmilson Messias do Nascimento: "Quando tudo já estava controlado, os presos ficaram no pátio da carceragem. A polícia civil e a PM (fala-se na participação de 50 policiais militares) fizeram um corredor polonês. A gente passava no meio e eles batiam. Depois disso fomos para a cela da morte".

Rotina nas prisões

Embora, pelo requinte de crueldade, o episódio no 42º Distrito Policial do Parque São Lucas aparente um caráter de excepcionalidade, na realidade trata-se de mais um retrato do estado dramático e desumano do sistema carcerário no país e, em particular, em São Paulo. A truculência sem limites da polícia soma-se a superlotação das celas, a convivência forçada de réus primários e doentes com presos aguardando julgamento e outros já condenados, além da falta de assistência médica e outras coisas do gênero.

A própria existência de cubículos como a "cela da morte", classificada pelo juiz corregedor Vanderlei Aparecido Borges como "medieval", dá bem a dimensão da filosofia que orienta a segurança pública no Estado. As tentativas de fuga ocorrem todos os dias e a resposta dos policiais é quase sempre a cela forte. Um outro exemplo recente disto foi o encarceramento de 26 presos na cela forte no 6º Distrito Policial do Cambuci (região central de São Paulo), no último dia 3.

Um membro da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, o padre Agostinho Duarte, comenta que "qualquer campo de concentração nazifascista terá sido certamente menos desumano que os presídios de São Paulo e do Brasil", aliás a mesma conclusão a que chegou uma entidade estrangeira dedicada à defesa dos direitos humanos, a Americas Watch.

A responsabilidade direta do governo Quéricia, assim como sua convivência e cumplicidade com os crimes praticados pelos que deviam cuidar da segurança pública, são coisas evidentes. Parece piada, mas o responsável pelo processo administrativo aberto para apurar a chacina no 42º Distrito Policial do Parque São Lucas é ninguém menos que o delegado Carlos Eduardo Vasconcelos.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Viração quer mais vida na universidade

Foto: sucursal SC

Luciana de Souza Bento*

O movimento estudantil está vivendo um momento singular de sua história. A UNE, entidade máxima dos estudantes, responsável por grandes lutas e mobilizações, encontra-se partidarizada, sem representatividade e influência no meio estudantil. A divisão no movimento é clara. Vários grupos se detêm em posições extremamente exclusivistas e sectárias. As entidades estão enfraquecidas, sem respaldo e muitas vezes os grupos que estão em sua diretoria fazem de lá um braço de seu partido político, esquecendo-se que o elo de ligação entre os estudantes e as lutas são as suas entidades.

Com esta constatação e preocupando-se em reunificar o movimento estudantil, realizou-se em Florianópolis (SC), de 26 a 29 de janeiro, o 8º Encontro Nacional da Viração. A pauta abrangeu assuntos de grande interesse para os estudantes. O debate sobre conjuntura nacional contou com a participação do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, e do professor Bautista Vidal, da Universidade Nacional de Brasília (UnB).

Conjuntura política

Nesse debate foi traçado um quadro geral da situação do país, discutiu-se sobre os efeitos do Pacote de Verão, o problema das dívidas interna e externa e os possíveis meios de atuação da Viração e dos estudantes para, em conjunto com o movimento popular, lutar pela modificação dessa realidade. A sucessão presidencial foi bastante enfocada e a Viração, enquanto movimento universitário, se aglutinará em torno de um candidato progressista, de base popular, ali-

ando-se com as forças democráticas do país e somando forças para derrotar a reação.

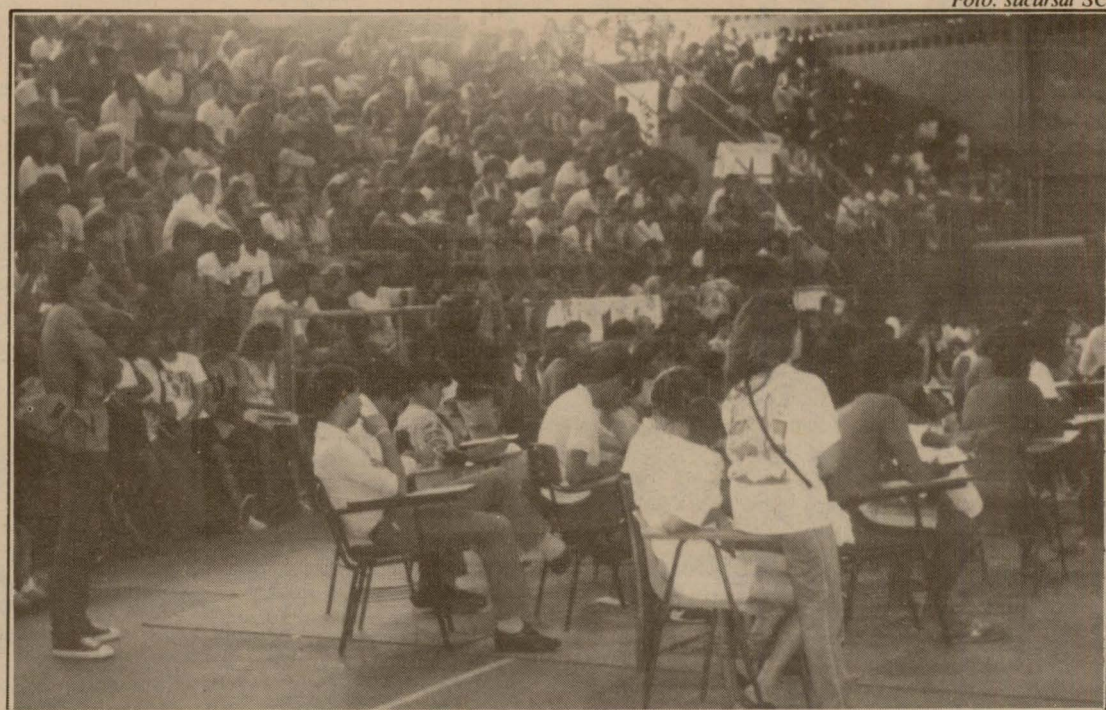
Universidade em debate

A universidade, como não poderia deixar de ser, é uma grande preocupação dos viracionistas. Não só como uma escola de ensino superior, mas principalmente como centro de formação intelectual inserido na sociedade e que deve cumprir o seu papel de transformação a nível nacional. Sendo assim, o debate enfocou a crise pela qual passa a universidade brasileira, o seu caráter cada vez mais elitista, sua estrutura e o seu papel na sociedade. A principal debatedora desse item foi a presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Campinas Adunicamp, Helena Lopes Costa de Freitas.

Movimento estudantil

O debate sobre movimento estudantil, que teve sua mesa composta por universitários, enfocou o momento de divisão vivido atualmente. Foi feita também uma avaliação da atuação da Viração nos últimos anos, atentando para os erros e deficiências, traçando metas e propostas de luta para o avanço do movimento estudantil. A preocupação com a UNE está intimamente ligada com a situação do movimento estudantil como um todo, que sofre com a ação de grupelhos sectários que se utilizam do PT e agem de maneira exclusivista e divisionista.

A Viração sempre defendeu a unidade e o fortalecimento das entidades junto às bases, contra sua partidarização e aparelhamento. Foram discutidos meios para uma maior aproximação entre as entida-



Viracionistas de todos os Estados do país participaram do encontro em Florianópolis

des e os estudantes, tornando-as mais amplas, combativas e representativas. Isso é fundamental para que a União Nacional dos Estudantes tenha uma diretoria proporcional, ampla, representativa das correntes mais expressivas do movimento estudantil. Uma diretoria que discuta propostas progressistas e unificadas, para que a entidade volte a incorporar grandes lutas e tenha novamente grande respaldo na sociedade. Muitas intervenções foram feitas analisando a atuação dos viracionistas nos centros acadêmicos, encontros de área, congressos, debates etc.

Socialismo

Por último, ocorreu um debate sobre o socialismo, que além de ser uma novidade em encontros estudantis, se engrandeceu pela qualidade das discussões. Dirigido pelo ve-

reador do PCdoB-SP e ex-presidente da UNE, Aldo Rebelo, e por Luis Fernandes, doutorando em ciências políticas, o debate abordou assuntos como o revisionismo, a "perestroika", os países do Leste europeu e a participação cada vez maior da juventude na vida política do Brasil.

Geralmente as discussões ultrapassavam o horário previsto. A coordenação nacional investiu na qualidade, orientando os Estados para que as suas bancadas fossem menores, mas que se desse atenção às novas lideranças e pessoas realmente interessadas em aprofundar as discussões. Todos os Estados se fizeram presentes ao encontro. Manifestações de apoio e homenagens aos palestinos e lutadores da causa do povo, como Paulo Fonteles e Chico Mendes, e denúncias contra os crimes dos latifundiários foram realizadas durante os trabalhos. Os encontros de área foram considerados momentos privilegiados para a discussão de problemas específicos dos cursos universitários, sem esquecer os problemas gerais.

Ato ecológico

Mas nem só de debates vive a Viração. As festas, os karaokês e os barzinhos favorecem o conagração das delegações. No último dia a animação ficou por conta de um ato ecológico na praia, seguido de uma caminhada e manifestação na praia da Joaquina. A sensibilidade da juventude para o problema ecológico, decorrente da exploração irracional da natureza com o apoio da burguesia, foi um dos momentos altos do encontro.

dades e pessoas de grande respaldo no movimento popular. Foi eleita a nova coordenação nacional da Viração e aprovadas bandeiras gerais de luta, contra o pagamento da dívida externa, o imperialismo e o latifúndio.

Os viracionistas saíram mais fortalecidos em suas convicções para organizar os estudantes na luta por melhores condições de ensino, por uma universidade democrática e voltada para os interesses nacionais. E dispostos a iniciar o novo ano letivo com variadas atividades reivindicativas e culturais a fim de elevar o nível de mobilização e organização do movimento estudantil.

Resultados positivos

Segundo o coordenador nacional, Augusto Madeira, "a qualidade do encontro foi muito boa. É de destacar que este é o nosso oitavo encontro consecutivo. Não há, no Brasil, nenhuma outra corrente estudantil que tenha alcançado tal êxito. Os debates foram bastante participativos. O nível geral foi melhor do que o dos anos anteriores, aumentando a qualidade e a politização das discussões".

Madeira enfatizou, ainda, que "a Viração está unida em seus ideais e em sua luta por uma universidade autônoma, voltada para os interesses da maioria, aberta à participação popular. Uma universidade pública, gratuita e comprometida com o nosso desenvolvimento tecnológico, científico e cultural. Uma universidade que busca soluções para os problemas que assolam o país".

A Palestina para os palestinos

O manifesto de apoio à luta do povo palestino aprovado pelo 8º Encontro Nacional de Viração:

A Juventude Viração de todo o Brasil manifesta neste congresso o seu total e irrestrito apoio à luta de libertação nacional travada pelo povo palestino. Sendo assim, repudiamos os atos truculentos praticados pelo governo sionista de Israel que abriga toda uma série de violências aos direitos humanos que vão desde toques de recolher até torturas e assassinatos.

Sabemos que cada golpe desferido no povo palestino é um golpe desferido na humanidade, é uma agressão a todos aqueles que lutam por um mundo sem opressores nem oprimidos, sem senhor e sem escravo. Queremos a Palestina para os palestinos e não para aqueles que, pelo seu egoísmo e estupidez, sequer se importam com o significado de uma nação.

Sabemos que espírito de libertação se encontra em cada cidade, em cada aldeia, em cada rosto marca-

do pela humilhação e sofrimento.

Vemos o levante popular (intifada Palestina) como a expressão máxima da luta e coragem deste povo. Mais uma vez expressamos nossa satisfação pela criação do Estado palestino independente, ocorrida no dia 15 de novembro passado.

Com esta compreensão, a Viração presta homenagem à coragem e determinação de um povo que sem dúvida não vai parar sua luta até a libertação.

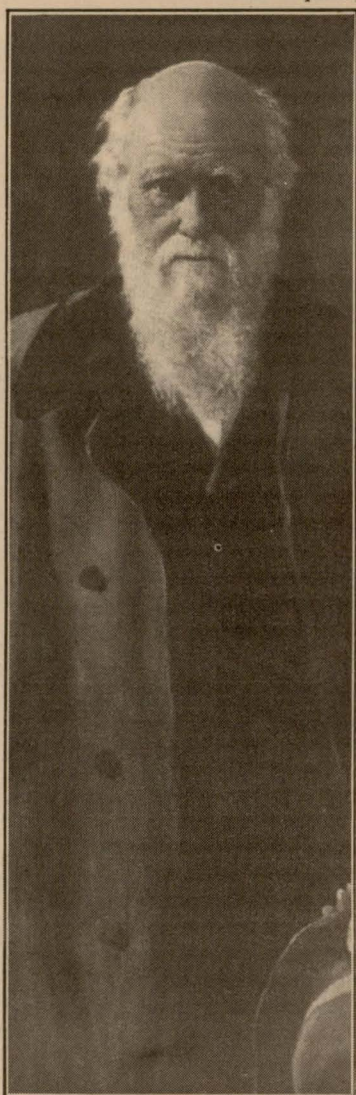
O encerramento contou com a participação de várias enti-

*Colaboradora da "Classe Operária", Goiânia-GO.

Os 180 anos do genial Charles Darwin

Lejeune Mato Grosso*

Foto: Arquivo



Charles Darwin, aos 72 anos de idade. Apesar de gravemente doente, prosseguiu ainda os estudos acerca da evolução do homem.

biente, aprimorando a sua própria espécie.

Darwin se perguntava: 1º) se era fato que as espécies se reproduziam em escala geométrica (Malthus) e 2º) se as populações adultas se mantinham constantes, como explicar esse fenômeno cientificamente? A resposta veio pelo fato de que haveria uma seleção natural entre os membros da própria espécie, uma "luta pela existência", onde sobreviveriam os mais fortes e os mais adaptados ao meio.

O retrato exato dessa teoria pode ser exemplificado com um pequeno diálogo entre Darwin e sua filha, onde ele indaga se ela tinha visto abelhas nos jardins da casa da família. Ela diz que sim e ele arremata: "Temos abelhas, porque a família Darwin optou em criar um cachorrinho." Curiosa, a filha perguntou qual a relação e ele respondeu:

"Se tivéssemos um gatinho, ele comeria todos os ratos, que por sua vez comem as casas das abelhas." Muito intrigada, a filha lhe perguntou em seguida porque tudo tinha que ser tão cruel assim. E disse Darwin: "Não sei minha filha, essa resposta eu ainda não tenho..."

Quanto aos homens, Darwin tratou da sua evolução em seu livro "A Descendência do Homem" (publicado no Brasil pela Hemus), lançado na Inglaterra em 1871/1872. Ao contrário do que popularmente se pensa, Darwin nunca afirmou que os homens descendem dos macacos. Apenas garantiu, pelas suas observações e pesquisas (posteriormente comprovadas pelas descobertas fósseis do Homem de Java, de Neanderthal, da China, do Cro-magnum etc.) que descendemos de uma espécie comum, um ancestral simiesco, mas não de macacos. Estes últimos tomaram outro rumo na descendência e formaram outras espécies.

A irritação da Igreja

Os protestos, ameaças e perseguições não tardaram a chegar. Eles partiram fundamentalmente da Igreja e dos cientistas que comungavam com as posições idealistas e metafísicas. O questionamento de que os animais, os homens e todas as coisas da natureza não tivessem sido criados por um deus era uma grande heresia para a época (e ainda hoje continua em muitos lugares). Mas o mais doloroso para os conservadores era a afirmação de que nossa descendência vinha de seres mais inferiores, e não eramos feitos "à imagem e à semelhança de deus" (sic).

Coube ao obscuro bispo de Oxford, membro da Real Academia de Ciências da Inglaterra, Samuel Wilberforce, combater as teorias darwinistas. É bastante ilustrativo o debate ocorrido na Assembléia Anual da Academia, travado entre o bispo e Thomas Huxley, famoso zoologista e naturalista da época, "cão buldog de Darwin", como ele próprio se definia quando defendia as idéias evolucionistas. O obscuro bispo perguntou se Huxley descendia de macacos por parte de avós maternos ou paternos. Consta dos anais da Sociedade que a resposta de Hux-

ley foi imediata: "Eu afirmo que um homem não tem motivos para se envergonhar de ter um avô macaco. Se houvesse algum antepassado que eu me envergonhasse de ter, seria um homem, com intelecto inquieto e versátil, o qual, não satisfeito com um êxito ambíguo na sua própria esfera de atividade, se lança em questões científicas que não conhece verdadeiramente, só para as mistificar com uma retórica despropositada e desviar a atenção dos ouvintes do verdadeiro ponto em discussão, com divagações eloqüentes e apelos habilidosos aos preconceitos religiosos." Consta que Huxley foi aplaudido de pé pelos mais de mil cientistas presentes (citado por Lyell).

Questões pendentes

Se por um lado é certo que a sua obra se iguala entre as mais importantes do século XIX para a ciência, é certo por outro lado que possui algumas imperfeições compreensíveis, comentadas em várias passagens pelos seus contemporâneos, Marx e Engels.

Darwin não consegue explicar como se transmitia geneticamente as características através dos descendentes da espécie. Ainda que Mendell tivesse publicado a sua obra entre 1865 e 1869, ela só vai ficar mais conhecida no início do século XX.

Em sua obra, ele acaba por transpor os problemas e a "competição" existente na própria sociedade inglesa do século passado. Em várias das suas passagens insiste em se apresentar como um cientista "neutro", como se isso fosse possível.

É criticado finalmente por vários cientistas, e mesmo por Marx e Engels, por aceitar muito simplesmente a teoria

malthusiana de crescimento populacional. Dessas teorias, surgiram posteriormente o chamado e equivocado darwinismo social, cujo maior expoente é Herbert Spencer, que pregava a superioridade das espécies humanas mais desenvolvidas em detrimento das menos favorecidas socialmente. Esse "cientista" foi duramente combatido por Marx e Engels.

As relações com Marx e Engels

Há muitas passagens envolvendo esses grandes homens. Há publicações que registram as suas correspondências detalhadamente numa delas, de Marx para Engels, após a publicação da **Origem...**, ele comenta: "Embora desenvolvido num rústico estilo inglês, este é o livro que contém a base, em história natural, para a nossa tese."

Marx chegou mesmo a oferecer a Darwin que prefaciasse o seu livro "O Capital", que delicadamente foi recusado, pois as perseguições que o cientista estava sofrendo já eram por demais imensas.

Conclusões

Darwin deu sem sombra de dúvidas grandes contribuições para o progresso da biologia e da ciência em geral. Para a sua época, conseguiu enfrentar a poderosa Igreja e seus apaniguados clericais. Apresentou algumas incompreensões, não assumindo, como dizia Lênin (em "Materialismo e Empirio-criticismo") posturas mais engajadas e partidárias, não defendendo um materialismo dialético, ficando apenas na "ciência", como se ela pudesse estar acima das coisas. Apesar disso, foi um dos maiores cientistas que a humanidade já conheceu.

Richar Leakey, grande arqueólogo (escreveu "Origens") assim define Darwin: "...sua genialidade transcende o século que nos separa, fazendo dele um cientista histórico e ao mesmo tempo nosso contemporâneo."

Conhecer a obra de Darwin é tarefa de todos nós, para o conhecimento mais aprofundado do mundo que nos cerca.

* Sociólogo e professor de Sociologia e de Métodos e Técnicas de Pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba, onde é mestre em Filosofia da Educação.

A essência da teoria

A extensa obra de Darwin deu grandes contribuições para os progressos das teorias biológicas e evolucionistas. Estas últimas eram ainda muito limitadas, e partiam de Wallace, Lamarck e outros.


A marca principal de toda a sua vasta obra está no seu livro publicado em 24 de novembro de 1859 (há 130 anos atrás) e esgotado no mesmo dia, intitulado "A Origem das Espécies".

Foi aí que Darwin teceu os seus conceitos fundamentais, de que as espécies não descendem todas elas de um mesmo original. Pelo contrário, seus organismos vão paulatinamente se adaptando ao meio am-

Para conhecer Darwin

1. "O Pensamento Vivo de Darwin", editora Martin Claret — Vol. 12 — 1986, SP;
2. "O Que é Darwinismo" — Col. Primeiros Passos, Brasília, de Nélcio Marco, Vol. 192, 1987, SP;
3. "Origem das Espécies" — Charles Darwin, Editora Hemus;
4. "Origem do Homem" — Charles Darwin, Editora Hemus;
5. "Darwin e os Grandes Enigmas da Vida", Stephen Jay Gould, Martins Fontes, SP;
6. "Arquitetura da Ciência", de R. D. M. de G. e J. de G., Editora Globo, Porto Alegre;
7. "Darwin" de J. Huxley, Editora Martins, SP

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Pensar e agir com independência

Rogério Lustosa*

Um velho camarada gostava de dizer que precisamos construir 10 mil partidos comunistas em nosso país. E explicava que, embora o PCdoB seja um só, cada célula pode ser considerada um partido: domina a linha política e a aplica na sua área, liga-se com as massas, deve ter autonomia material e capacidade de orientar-se em cada situação concreta.

HOMEM DE AÇÃO

Este raciocínio é evidentemente relativo. Mas correto no conteúdo. E nos leva a tirar conclusões no âmbito de cada militante. Principalmente na realidade atual, de um partido grande, espalhado por centenas de municípios, num país de dimensões continentais. Cada comunista tem o dever de "ser um PC do B" no local em que vive e atua.

E quem é esse militante que encarna a vanguarda do proletariado em cada fábrica, fazenda, povoado ou bairro? Um "roda presa" sempre aguardando um empurrão para entrar em atividade ou o azougue que, a cada instante, forja uma ocasião para golpear o inimigo burguês e levar a novos trabalhadores a política revolucionária? Um ativista cheio de vida ou o preguiçoso à espera de receitas e puxões de orelha das direções e dos camaradas? O comunista trata, em cada momento, de aplicar na prática os conhecimentos teóricos que adquire e as orientações gerais do Partido. O comodista, embusteiro, limita-se a decorar algumas frases para ganhar fama com citações retumbantes nos grupinhos.

SEDE DO SABER

Para "ser do PC do B", cada militante deve se dedicar ao estudo. E usar tudo que assimila como arma de combate na vida cotidiana — mesmo que o aprendizado ainda seja pequeno. Só assim adquire independência e desenvolve a sua ini-

ciativa. Só assim, e aprofundando seus laços com o povo, torna-se, cada vez mais, um verdadeiro comunista, e é reconhecido pelos trabalhadores como vanguarda. Para ingressar no Partido, não é necessário grandes conhecimentos. Mas, nas fileiras revolucionárias, o militante se forja teórica e praticamente — e, simultaneamente, contribui para construir o próprio Partido.

Não se admite que um operário consciente se conforme com a pouca instrução. A sede do saber é componente inseparável da luta pelo progresso. Nada mais ridículo do que certas figuras que, ao invés de romper todos os obstáculos para dominar a ciência, exibem a própria ignorância como desculpa para o imobilismo.

Um partido grande, capaz de influir sobre os acontecimentos, precisa de uma direção firme e hábil; de milhares de organismos (mini-partidos) que atuem unitariamente, mas com grande iniciativa; de homens e mulheres que saibam agir por conta própria, em cada momento, de acordo com o marxismo-leninismo e com a estratégia e tática traçadas em plano nacional.

Desta forma, o povo reconhecerá neste partido um instrumento de combate e uma força dirigente. E cada comunista será considerado como companheiro de confiança de seus colegas, nas fábricas e bairros, nas batalhas de cada dia. E terá condições de contribuir para que os trabalhadores elevem sua consciência revolucionária e sua organização.

Construir "10 mil partidos" e, com isto, um grande PC do B, é o desafio colocado pelo agravamento cada vez maior da luta de classes. Para colocar-se à altura desta tarefa, cada membro do Partido tem a responsabilidade de agir, na vida partidária, no sentido de elevar o seu próprio nível ideológico e sua capacidade de combate. E tornar-se, onde estiver, "um PC do B".

*Membro da Direção Nacional do PCdoB

Javier Alfaya e Nami Chequer*

De 14 a 23 de janeiro, realizou-se em Brasília o Curso Nacional para Vereadores do PCdoB. Participaram 40 dos 56 eleitos pela legenda.

O Curso, iniciativa inédita, foi inovador e abordou diversas questões, abrangendo a concepção marxista de estudo, a concepção marxista de parlamento e luta parlamentar, a concepção de partido revolucionário, a relação entre a luta dos comunistas no parlamento e as demais frentes de luta. Discutiu-se também a atividade especificamente parlamentar, o funcionamento dos gabinetes, a relação do vereador com as lutas das massas e a atividade em plenário, através da apresentação de propostas e denúncias.

A realização do Curso veio responder à necessidade de unificar a atuação dos vereadores do PCdoB, a partir do domínio da concepção comunista de que frente parlamentar é uma das áreas de atuação do partido. A participação dos comunistas nas Câmaras não se restringirá às iniciativas legislativas, à luta de plenário. É necessário fazer repercutir fora das Câmaras as iniciativas dos comunistas para que as opiniões do PCdoB possam ser mais difundidas e alcancem os trabalhadores. A atuação na Câmara será também o re-

flexo das exigências da luta progressista, tanto de caráter local, como de cunho nacional, pela democracia e pelo socialismo.

O ano de 1989 será particularmente importante. Os vereadores deverão ser pontas de lança da luta por um candidato progressista à Presidência da República, baseado numa frente popular.

A atuação dos vereadores eleitos em 1988 se dará num patamar superior a dos que se elegeram em 1982, quando a legenda comunista ainda era ilegal e os vereadores do PCdoB concorreram por outra legenda.

*Vereadores do PCdoB, respectivamente em Salvador (BA) e Vitória (ES)

"Estímulo ao mandato"

Entre os vereadores participantes do Curso Nacional, vários são oriundos das lutas camponesas, outros das lutas sindicais urbanas, estudantis e nos bairros populares. Alguns outros são lideranças políticas com projeção em suas cidades. Dos 40 participantes seis foram reeleitos: João Bosco (São José dos Campos-SP), Sidney Gabeti (Marília-SP), Gilson de Jesus e Antônio Rocha (Itapetinga-BA), Eloi Frizzo (Caxias-RS) e Messias Gonzaga (Feira de Santana-BA). João Pedro (Manaus-AM) teve experiência parlamentar anterior como deputado estadual, de 1982 a 1986. Os demais assumem esta tarefa pela primeira vez.

Entre os trabalhadores agrícolas, João do Muque, 27 anos, iniciou sua atividade política como líder dos criadores de cana, em Serrana (SP). "Adquiri mais idéia do Partido, diz, estou conseguindo até me expressar melhor, gostei de ter conhecido os demais camaradas neste curso." Avani

Araújo, médica e dirigente do PCdoB em Itapicuru (BA) considerou o curso "ótimo, pois melhorou a percepção dos problemas a enfrentar, me preparou para assumir a luta na Câmara, inclusive no terreno prático". Ela acrescenta ainda: "Não acho que seja de difícil aplicação o que assimilamos no curso. Em Itapicuru não temos operários, há também poucos estudantes, só existe uma associação de moradores e o sindicato de trabalhadores rurais é despolitizado. Vamos atacar esses problemas, vamos elevar o nível político do povo."

Vital Nolasco, líder operário e metalúrgico de São Paulo diz que "a grande vantagem do curso é estimular nosso mandato para as grandes questões. Não podemos apenas municipalizar nossa atuação como vereadores. O mandato tem que estar a serviço da luta de libertação do povo brasileiro. A presença de companheiros de vários estados ajudou na troca de experiências".

Elevar o nível dos debates

Na opinião do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, que fez a palestra de encerramento do curso, dois objetivos são fundamentais para o trabalho dos vereadores eleitos pelo PCdoB em todo o país: "Elevar o nível dos debates das grandes questões nacionais nas Câmaras e vincular toda a atividade à perspectiva da revolução socialista." Segundo o dirigente comunista, os vereadores do PCdoB devem também reivindicar, num trabalho amplo que atraia outras forças, a co-responsabilidade na administração dos municípios, a fim de que o poder Executivo não tenha exclusividade nessa tarefa.

Amazonas lembrou o papel desempenhado pela bancada comunista na Constituinte, dizendo que o mais importante não foram apenas as propostas apresentadas pelos parlamentares do PCdoB. "Foi inestimável a contribuição dos nossos constituintes nos debates dos grandes problemas nacionais, que acabou elevando até o nível e a consciên-

cia dos demais parlamentares." Amazonas observou que "o Partido serve para aclarar os problemas para o nosso povo".

O dirigente do PCdoB lembrou que por causa do regime militar está enraizada em nosso país a idéia de que o Executivo tudo pode e tudo faz. Citou como exemplo o "Plano de Verão", imposto por Sarney ao Congresso Nacional sem consulta a ninguém. Amazonas ressaltou que em nível das Câmaras Municipais a situação é bem pior, com municípios em que os vereadores se reúnem pouquíssimas vezes. Por isso, ele considerou que é tarefa dos vereadores comunistas assumir a co-responsabilidade pelas decisões que dizem respeito aos municípios. Caso contrário, diz, "as Câmaras vão ficar com o papel de instrumento do clientelismo puro e simples".

João Amazonas frisou que "a revolução é a luta de documentação e memória do Partido Comunista do Brasil". Saliu então que os vereadores comunistas "têm que ter consciên-

cia de que cada ação sua deve ser no sentido de aproximar a revolução, de despertar a consciência da classe operária". Os outros partidos "querem no máximo melhorar o capitalismo, que não tem remédio". Exemplificou dizendo que não é possível resolver os grandes problemas sem a revolução. Mas, acrescentou Amazonas, "a revolução não é resultado do desejo dos comunistas e nosso Partido não pode ser uma falange de heróis. O processo é complexo e a luta de classes toma as mais variadas formas. E um dia, uma dessas batalhas de mil e uma faces será a batalha final.

A crise vai chegando a um ponto de exigir solução radical, revolucionária. O vereador pode realizar coisa aparentemente simples, mas que podem aproximar a revolução. Temos que dar consciência revolucionária ao proletariado. Todo militante do Partido tem que pensar sempre em fazer uma política ampla, nascida, comandando forças", concluiu o dirigente comunista.

Formação de quadros requer organização

Walter Sorrentino*

O partido iniciou o ano de 1989 com uma intensa movimentação na área dos cursos e da formação de uma maneira geral. Além da programação da escola nacional de quadros, muitos comitês regionais e distritais têm promovido cursos e seminários e vêm dando passos concretos para organizar a frente de educação. O responsável da área na Executiva Regional de São Paulo sistematiza neste artigo algumas diretrizes sobre a planificação e direção da atividade educativa no partido.

A questão de elevar o nível teórico e político dos comunistas, para a qual o trabalho de educação tem destacado papel, se apresenta hoje como um dos pilares para a consolidação do Partido. Isso ficou bastante marcado nos debates do 7º Congresso e vai se revelando como uma exigência sempre maior diante do quadro político complexo que vive a nação. O conjunto do coletivo tem essa questão como uma necessidade sentida, consciente, e esse é um fator de impulso para nosso trabalho de educação.

Direção concreta

Não podemos esquecer que nessa questão está em jogo um poderoso desafio histórico ao movimento marxista-leninista, no campo teórico. Nesse sentido, não devemos encarar a com praticismo estreito, ime-

diatista. Mas a questão também se apresenta, do ponto de vista do coletivo, como um problema de **direção concreta**, ou seja, carente de um conjunto de decisões práticas, destinadas a elevar o trabalho de educação teórica e política de milhares de camaradas que atuam nas bases e nas direções intermediárias do partido. Decisões que demonstrem não só a **compreensão** da necessidade, mas também a **vontade política** de investir nessa frente, sempre levando em conta as possibilidades reais das quais partimos em cada situação.

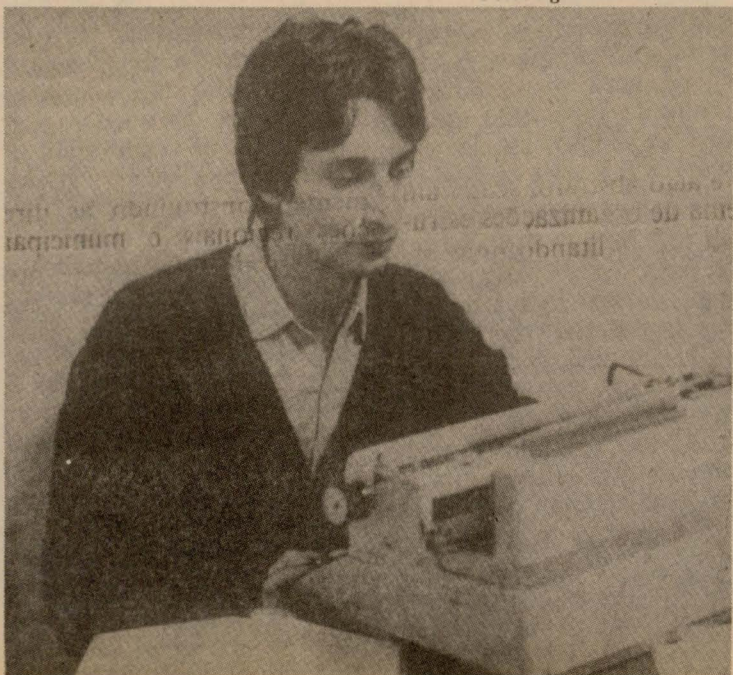
Isso compete em primeiro lugar às direções partidárias. Nessa esfera se inscreve o papel da secretaria responsável pelo trabalho de educação. Indicar camaradas para isso nos principais comitês em cada Estado, ajudá-los a elaborar um plano conforme às necessidades, estabilizá-los nessa função e concentrar a atuação deles é um caminho conseqüente para fortalecer o trabalho de educação.

Esses secretários de educação dão condições ao partido de **sistematizar** as experiências correntes, postas em prática pelas bases e militantes, bem como de induzir uma ação **dirigida e planificada** de trabalho, rompendo com o espontaneísmo que se verifica quanto aos rumos, conteúdo e formas de realizar a educação. Essas são condições para um tratamento **sistemático** e não esporádico do trabalho de educação.

Capacitação dos responsáveis

A nível dos Comitês Regionais, alguns problemas devem

Foto: Aguinaldo Zordenoni



Walter: "é necessário encarar o lado prático da educação no partido".

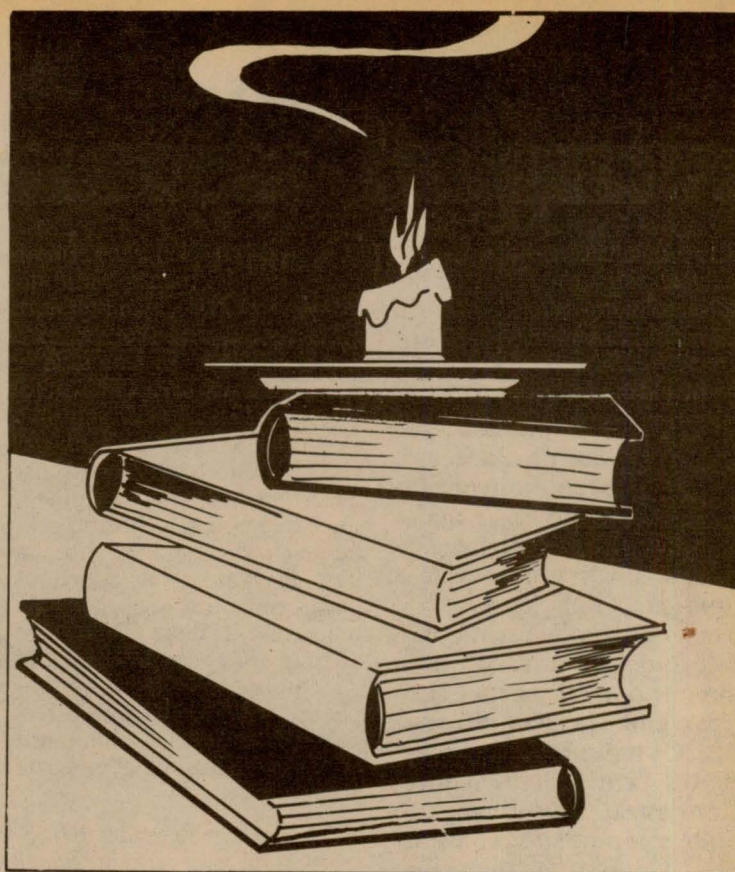
ser equacionados no que diz respeito à definição das funções e tarefas do responsável pelo trabalho de educação.

Em primeiro lugar, esse camarada precisa integrar a Executiva Regional, e não apenas pertencer ao pleno do comitê. Porque, num sentido muito geral, a função dele se relaciona com a **luta pela assimilação da linha política e ideológica do partido**, por um lado, e ao **desenvolvimento dos quadros comunistas**, acompanhando e estimulando sua formação, por outro. Isso exige que o secretário de educação se forme enquanto um **dirigente geral**, com descortino dos problemas de partido nos vários campos de atividade. Integrando a Executiva, terá melhores condições de se desenvolver política e teoricamente e de conhecer o processo real de desenvolvimento do partido, indispensável para que cumpra seu papel.

Em segundo lugar, a Executiva precisa ter claro que as funções desse camarada são específicas, não se confundem com as funções de agitação e propaganda nem com a de organização. Na verdade, a experiência indica que o trabalho desse camarada está particularmente vinculado à seção de propaganda, com a qual compartilha iniciativas comuns, e está intimamente ligada à organização, no que diz respeito à fixação de diretrizes para a formação de quadros e militantes, à seleção de prioridades etc. Por isso, ao lado da ajuda para transformar esse camarada num dirigente de partido, é preciso **concentrá-lo** na atividade específica.

Plano de trabalho

Em terceiro lugar há uma questão mais complexa: a capacidade, a cada momento, de transformar a consciência da necessidade do trabalho de educação num **programa e plano de trabalho concreto**. Esse é um passo que nem sempre damos, resultando num trabalho disperso ou espontâneo. Não basta anunciar a prioridade à educação, nem estar convencido da sua necessidade. É necessário um programa que sintetize as necessidades e as possibilidades para, com base nele, desenvolvermos um plano concreto para o ano, para uma determinada frente etc. Esse programa só pode ser elaborado pelo **conjunto** da direção: apontado pelo responsável da educação, precisa ser discutido pela Executiva e pelo



pleno do Comitê Regional, para que tenha conseqüência. Com isso evita-se a prática freqüente de indicar responsável, mas não dar-lhe suporte político e prático para que desempenhe sua função. Aqui é necessário firmar, do ponto de vista nacional, diretrizes gerais para um programa de formação a ser desenvolvido nas escolas regionais, objetivos e conteúdos dos cursos, iniciativas de orientação ao estudo de quadros e militantes etc. O assunto é complexo, matéria para outros artigos.

Assim, como em qualquer outra frente de atuação, além da orientação geral, precisamos de um responsável e de um programa de trabalho. Resta ter as condições organizativas indispensáveis à execução da tarefa. A experiência indica a necessidade de formar uma comissão auxiliar, que aplique e controle o plano fixado. Ao secretário e à comissão de educação está subordinada a escola regional do partido e, anexa a esta, é necessário formar um corpo de professores dos cursos. Aqui é conveniente ressaltar que o mais correto é trabalhar com militantes que, ao lado de suas demais tarefas, vão sendo formados como professores, além de também utilizar os principais dirigentes para ministrarem aulas.

Descentralização

Por último, há o problema de ganhar o conjunto do partido para o trabalho de educação, criando condições para descentralizar o trabalho pela estrutura do partido, não o limitando apenas aos cursos da escola. O informe apresentado ao Congresso em 1988 quanto a isso. Nesse processo, necessariamente mais demorado,

não podemos dar encaminhamentos burocráticos. Dependendo das circunstâncias, devemos indicar secretários de educação nos principais comitês do Estado, criando uma rede auxiliar com a qual se relaciona o secretário regional. Mas as funções da educação nos comitês intermediários são distintas das do secretário regional; devem levar em conta o grau de desenvolvimento do comitê em questão e dos camaradas a serem indicados em cada caso. Nem sempre é necessário ou possível que integrem o secretariado; por vezes, a função pode ser acumulada por outro secretário, nos comitês menores. Mas em todos os casos, esse também é um importante passo em perspectiva para levar o trabalho de educação para as bases, fator imprescindível para a consolidação do partido e para desenvolvê-lo de maneira multifacética, não só através dos cursos, mas sobretudo estimulando o debate e estudo nos organismos partidários.

Estamos num ano eminentemente político em que serão intensas e freqüentes as mobilizações das forças populares, o que seguramente irá exigir dos militantes comunistas o maior empenho, a fim de se colocarem à frente das lutas. Há uma ótica equivocada segundo a qual em períodos como este é natural o ativismo, o abandono do estudo e da atividade sistemática de formação. É necessário combater tal ponto de vista, pois quanto mais a situação política requer esforço prático dos militantes, maior se torna a necessidade de termos um coletivo lúcido, esclarecido e capacitado para os embates ideológicos.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Membro da Executiva Regional (SP) e da Direção Nacional do PCdoB.

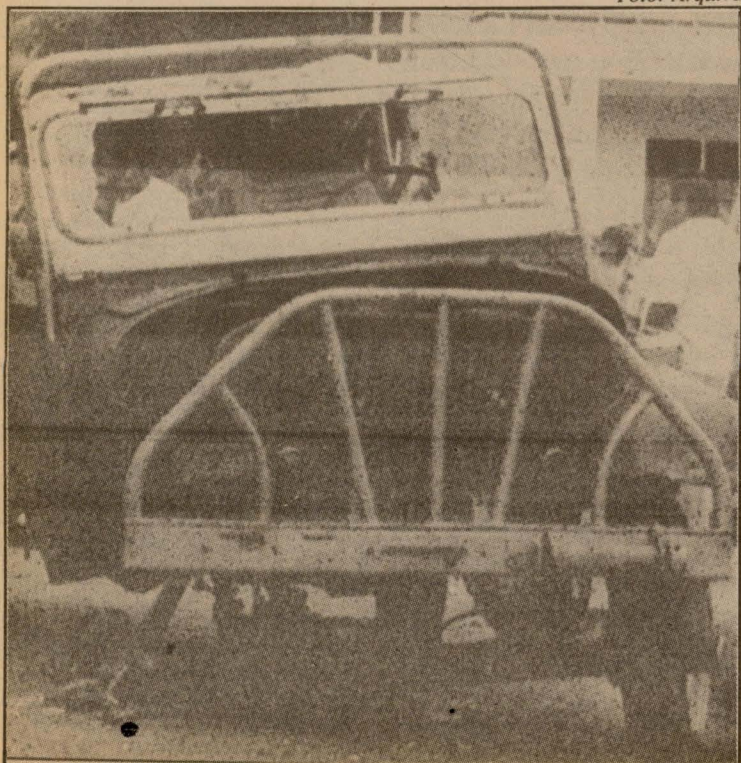
A queda de Stroessner

Carlos Pompe

O mais antigo ditador da América Latina foi deposto no último dia 3. Caiu o general Alfredo Stroessner Mattiuda, no poder desde maio de 1954 no Paraguai. Eleições foram convocadas para o próximo 1º de maio. O povo festejou nas ruas a queda da ditadura. Mas a oposição está apreensiva. Teme que o ocorrido não passe de uma farsa para manter o atual sistema político, embora sem Stroessner. Os militares, agora chefiados pelo general Andrés Rodríguez, continuam no poder, com o apoio do Partido Colorado, do antigo ditador.

A festa varou a madrugada no Paraguai. Um dia depois da queda de Stroessner, as bandeiras de todos os partidos políticos — inclusive os mantidos na clandestinidade — eram agitadas na principal praça de Assunção, a capital do país. Um comício, convocado pela Convergência Nacional pelos Direitos Humanos (que agrupa 40 entidades políticas, sindicais e democráticas), exigiu do novo governo a decretação da anistia geral e liberdades políticas.

A alegria da população era incontida. O sentimento do povo em relação ao governo Stroessner pode ser exemplificado pela declaração da estudante Sílvia Agüeles, de 18 anos, que sempre viveu sob a ditadura: "Stroessner fez com que ficássemos conhecidos como um país de ladrões..."



Veículo destruído em Assunção: o povo comemorou a queda do ditador

Direitos Humanos

O general Andrés Rodríguez, de 66 anos, falou à nação afirmando que assumiu "provisoriamente" o cargo de presidente, e já foi lançado como o candidato do Partido Colorado às eleições que convocou para 1º de maio. Rodríguez, no discurso de posse, disse que buscará "tornar realidade a democracia sobre a base de igualdade de oportunidades para todos os partidos políticos". E disse mais. Após afirmar que chegaram ao fim "35 anos de ditadura", completou prometendo que o respeito aos "direitos humanos serão uma realidade" na sua gestão.

Porém as veleidades democráticas do general têm limites precisos. Em entrevista no dia 6, ele afirmou que "somente os partidos democráticos" poderão participar do pleito de 1º de maio. Perguntado sobre quem eram os "partidos democráticos", foi bastante claro: "Os que não são comunistas. Eu sou anticomunista."

Ventos renovadores

Sai um general anticomunista, entra outro general anticomunista. Seria apenas uma troca de comando? Na realidade a situação é bastante mais complexa. A queda de Stroessner se dá num momento especial para a América Latina. Nos últimos anos, em processos bastante diferenciados, vieram por terra as ditaduras militares do Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai, Brasil, Haiti, Suriname. O general Pinochet, no Chile, teve que engolir um rotundo "Não" à sua ditadura, em plebiscito reali-



General Andrés Rodríguez: com pressa de realizar eleições, para garantir a própria vitória

zado no ano passado, e viu-se obrigado a convocar eleições para dezembro próximo.

O anseio de liberdade dos povos latino-americanos é levado em conta inclusive pelas classes dominantes, que buscam outras formas de se manter no poder. Mesmo o governo dos Estados Unidos — sempre por trás dos golpes militares ocorridos no Continente — passou a fustigar o general Stroessner, cobrando mudanças de seu interesse na vida política paraguaia.

As divergências dentro das próprias classes dominantes também se fizeram sentir em Assunção. Stroessner, que tinha um antigo compromisso com o general Rodríguez de fazê-lo seu sucessor, isolou-se de setores das Forças Armadas e do Partido Colorado. O general resolveu fazer de seu filho, coronel Gustavo, seu herdeiro na presidência do país, contrariando múltiplos interesses dentro os militares e as oligarquias locais.

Mas não foram somente as divergências entre os exploradores que levaram Rodríguez a depor seu colega Stroessner. Em março do ano passado, Andrés Rodríguez solicitou à Universidade de Assunção um estudo sobre a situação política na América Latina. Dois cientistas políticos se prestaram a atender o pedido do general. E indicaram que, devido às mudanças ocorridas no Uruguai, Paraguai, Brasil e, de certa forma, no Chile, seria

virtualmente impossível aos militares manterem o controle do país após a morte de Stroessner. Daí a necessidade de antecipar algumas mudanças...

Comandante há 27 anos do 1º Corpo do Exército — a principal unidade militar do país — e fiel comparsa de Stroessner até o último dia 3, o general Rodríguez participou pessoalmente de sessões de tortura a opositores do regime. E está na lista dos principais homens do narcotráfico e do contrabando na América Latina, embora busque mudar essa imagem agora.

Avanço democrático

Contudo, se o passado do novo chefe de governo não lhe dá credenciais para ser o comandante da transição democrática, o presente paraguaio praticamente empurra o país para um regime mais aberto. A própria comemoração do fim da ditadura de Stroessner nas ruas foi um sintoma eloquente deste fato.

Nas palavras de um dirigente da coalizão Acordo Nacional — que agrupa partidos opositores legais e clandestinos —, a queda de Stroessner foi "um passo para a democracia". Jornais que foram fechados pelo velho ditador já anunciam que "volta a circular brevemente. Emissores de rádio, silenciadas pela ditadura, voltaram a transmitir seus programas. Os exilados

Foto: Arquivo

políticos — cerca de 60 mil — começam a retornar ao país.

É de se notar igualmente que, depois de muitos anos, a população pôde manifestar-se em praça pública, sem ser reprimida pelos policiais. No comício convocado pela Convergência Nacional pelos Direitos Humanos, imperou certa liberdade de expressão entre os quase 20 mil participantes. E o general Rodríguez, no mesmo dia em que convocou eleições presidenciais, convocou também eleições parlamentares.

O novo governo

Quanto ao novo governo, que dirigirá o país até a posse do presidente a ser eleito em 1º de maio (ainda não se sabe a data da posse), é vinculado de inúmeras formas com a gestão Stroessner. Os militares e o Partido Colorado continuam no poder. Alguns dos colaboradores mais próximos de Stroessner foram presos. Outros fugiram, como o ex-ministro do Interior, Carlos Sabino Montanaro, que pediu asilo à Embaixada da África do Sul... Outros ainda continuaram em suas pastas. E ficaram com os generais os ministérios da Defesa, do Interior e das Obras Públicas.

O próprio Andrés Rodríguez, além de companheiro de Stroessner durante os longos anos de ditadura, é aparentado do ex-ditador. Uma de suas filhas é casada com Alfredo Stroessner Mattiuda Filho. E os dois generais, Rodríguez e Stroessner, são sócios em várias empresas. Inclusive nas que envolvem narcotráfico e contrabando, segundo os opositores.

De imediato, a herança que Rodríguez recebe do governo deposto do qual participou é a de um país devastado. As reservas do Banco Central do Paraguai estão em apenas 164 milhões de dólares.

De olho na sucessão

É nesse quadro que cabe à oposição atuar. O general Rodríguez, candidato do Partido Colorado, pretende que a eleição ocorra a toque de caixa. Não quer que a oposição popular — massacrada durante os últimos quase 35 anos — tenha tempo de se articular e se organizar.

A situação é precária. Não é com quarteladas que se redemocratiza um país. As oposições têm que trabalhar com energia e sagacidade, organizando e elevando o nível de consciência das massas, para impedir o continuísmo do Paraguai no poder. A efetiva democratização do país é ainda um desafio. Seu principal artífice só pode ser o povo.

Sarney acolhe o velho ditador

Foto: Arquivo

Em mais uma ofensa contra a população brasileira, o presidente José Sarney concedeu asilo ao seu colega paraguaio, general Alfredo Stroessner, deposto do governo no dia 3. O general, segundo as intenções do Planalto, ficará no Brasil por quanto tempo quiser, instalando-se onde melhor entender. Mas nosso povo não está disposto a dar guarida ao assassino de democratas e comunistas e velho explorador dos paraguaios. Manifestações de repúdio à presença do ditador no país já estão ocorrendo, principalmente em Itumbiara, Goiás, onde é hóspede de Sarney nas dependências da Furnas Centrais Elétricas.

Em entrevista coletiva, Stroessner disse que fugiu para o Brasil "por ser um país amigo, e que eu conheço há muitíssimos anos". De fato, o Brasil passou por muitos governantes durante os mais de 34 anos de ditadura Stroessner no Paraguai. Mas todos, levando em conta as posições pusilâmines da burguesia brasileira, tiveram relações fraternais com o ditador vizinho. Juscelino, João Goulart, toda a malta de generais que chefiaram o regime militar, e depois Sarney, tiveram encontros, assinaram acordos e incrementaram as ações governo a governo com o Paraguai.

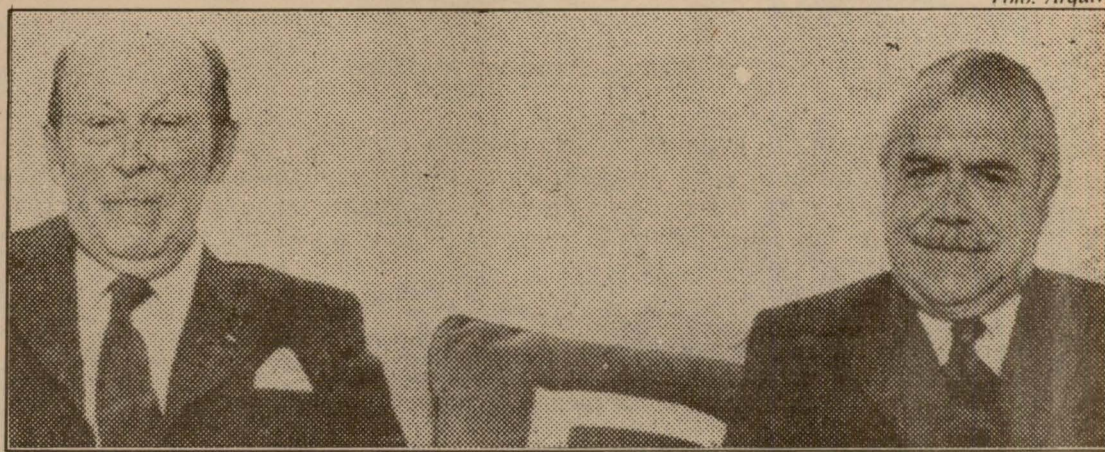
Isso não ocorreu à toa. Na área militar, as relações entre os oficiais brasileiros e paraguaios sempre foram da mais alta camaradagem. Os serviços de espionagem política de ambos os países sempre atuaram em conjunto na repressão a

democratas. O Brasil é o principal fornecedor de tanques, aviões de guerra, blindados leves, munição e demais armamentos para as Forças Armadas paraguaias.

Mesmo agora, quando o governo de Stroessner estava num isolamento atroz em nível internacional, a delegação militar brasileira era a maior, entre as estrangeiras, em Assunção. Por isso o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, pôde dizer que "estranhou" quando leu nos jornais que Stroessner teria pedido asilo ao Chile. "O mais natural é ele vir para o Brasil", comentou o chefe do Exército brasileiro.

A presença brasileira no Paraguai se faz sentir também em outras áreas. A Usina de Itaipu, comércio de gado, redes de supermercados, comércio de eletrodomésticos, contrabando de produtos industrializados e agrícolas... Além da exploração pura e simples dos trabalhadores paraguaios. Empresas agrícolas colonizadoras brasileiras já detêm mais de 10 milhões de hectares das terras férteis do Paraguai.

Por isso houve um certo **frisson** em setores das classes dominantes brasileiras quando souberam que **don** Alfredo viria se instalar em nosso país. Em especial o pessoal da UDR vibrou. O criador de zebu, João Humberto de Carvalho, quer hospedar o ex-ditador em sua fazenda e já se propôs a arranjar terras para ele em



O ditador deposto e o presidente José Sarney: amigo é pra essas coisas...



...mas os brasileiros querem o carrasco paraguaio longe daqui

Uberaba, Minas. Entusiasmado, o fazendeiro afirmou: "Stroessner é um homem de

direita que não tolerava esquerdistas em seu país. E eu tenho horror a comunistas..."

Como se vê, o assassino paraguaio tem seus admiradores no Brasil...

O paraíso dos bandidos

apoio do governo paraguaio e com as "vistas cegas" das autoridades brasileiras. E com propinas para ambos os lados.

A rede de negócios ilícitos é muito bem organizada. Afinal, Stroessner governou seu país como se fosse sua única fazenda, distribuindo aos seus asseclas fatias desse bom negócio. Ao clã do general Rodríguez, por exemplo, coube o comércio internacional de tóxicos e o câmbio negro do dólar. Aos militares da Aeronáutica, os frutos do contrabando de bebidas. Ao chefe de polícia de Assunção, Pastor Coronel, o monopólio da prostituição. Aliás, aqui houve uma alteração: a exploração de prostitutas na faixa de 15 anos de idade passou para o filho de Stroessner, coronel Gustavo. Já as verbas de pedágio das estradas eram desviadas para uma conta do próprio general Alfredo.

Para manter em pé um tal

sistema decrépito, o governo valeu-se da repressão violenta. Segundo estatísticas de órgãos de direitos humanos, o total de presos políticos durante o regime do general Stroessner chegou a 350 mil. A maioria não foi processada ou sequer submetida a julgamento. Muitos foram mortos. Atualmente, dois presos estão encarcerados há mais de 5 anos. Um deles, Remigio Jiménez, foi seqüestrado pelos órgãos de segurança paraguaios no Brasil, em dezembro de 1978. O general Ernesto Geisel, então no poder, não emitiu sequer uma nota de protesto contra o atentado à soberania de nosso país...

Se na cúpula do poder imperavam os desmandos, a corrupção desbragada, para o povo paraguaio sobrou a miséria profunda e a ignorância. Nesse país, que foi no passado o primeiro da América a construir estradas de ferro, e não ter dívida externa e a os-

tentar um dos mais baixos índices de analfabetismo do Continente, atualmente a situação é degradante.

Hoje, 60% da população paraguaia detém apenas 3% da área cultivável. Na região oriental do país, 12 latifundiários controlam 5 milhões de hectares. Na região ocidental, 14 são proprietários de 7 milhões de hectares. Calcula-se que mais da metade dos carros que trafegam com placas e documentação paraguaias foi roubada do Brasil. Entre 1968 e 1972, 5 toneladas de heroína saíram do país para os Estados Unidos.

A par disso, o país serviu de refúgio para nazistas como Josef Mengele, o carrasco de Auschwitz, e Eduard Roschmann, membro da SS que ordenou a execução de 30 mil judeus durante a II Guerra. Também o sanguinário ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza Debayle, e o general paraguaio, após ser deposto pelos sandinistas.



Foto: Arquivo

Assunção: os bandidos, os corruptos, os cafetões, os contrabandistas estão no poder

O general Alfredo Stroessner ficará para sempre na história do Paraguai como o símbolo de uma tragédia. Coube a ele transformar o país num refúgio seguro para nazistas e num paraíso para contrabandistas e traficantes de drogas. Agora o seu governo chegou ao fim. Mas muitos dos que com ele governaram continuam no poder. E toda a economia e vida política do país, baseadas nos favorecimentos pessoais, trocas de interesses e

negociatas escusas mantêm-se, no fundamental, intocadas.

Com Stroessner, o Paraguai se transformou numa terra de absurdos. Os principais produtos de exportação do país são o algodão e a soja. Com um detalhe importante: a produção de soja no Paraguai é insignificante. Na verdade a soja é produzida no Brasil, contrabandeada para o país vizinho e então entregue aos compradores estrangeiros. Uma negociata feita com o

Foto: Protásio Nene

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A Ciência pede socorro

Foto: Antonio Coutinho

Entrevista a Antonio Martins

O reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que o Plano Verão causará o colapso de boa parte da pesquisa científica realizada no país; anuncia que pretende resistir até o fim contra as medidas; comenta sua experiência de gestão democrática da Universidade e diz como vê o quadro político no ano das eleições presidenciais.

Os brasileiros que se acostumaram a estudar com um mínimo de profundidade os fatos econômicos não demoraram a perceber que o "Plano Verão", anunciado pelo governo no dia 8 de janeiro, mergulhará a economia numa grave recessão. Os cortes drásticos nos salários, a alta descomunal da taxa de juros e a redução dos investimentos e das despesas de custeio do governo anunciam para breve um inevitável declínio da atividade econômica.

Nas últimas semanas, porém, a comunidade científica brasileira passou a denunciar algo que, em certo sentido, é ainda mais terrível. Alguns dos itens embutidos no "Plano" conduzem ao estrangulamento do esforço que a sociedade realiza há anos para atingir um grau de desenvolvimento científico razoável, para superar o atraso tecnológico em relação às nações desenvolvidas e para criar, enfim, as bases para o desenvolvimento autônomo do país no futuro.

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi extinto, o que equivale à liquidação de um órgão que, em que pesem suas debilidades, era o único capaz de estimular o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de tecnologia de ponta.

E não é só. Os vetos impostos pelo presidente Sarney ao Orçamento da União para 89, elaborado pelo Congresso, reduzem dramaticamente os recursos destinados à ciência e à tecnologia. E a decisão de demitir todos os funcionários contratados nos últimos 5 anos sem concurso pode levar ao colapso centros de pesquisa pioneiros.

O professor Horácio Macedo, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, tem se destacado na luta contra as decisões que penalizam o desenvolvimento científico. Logo após a edição do "Plano" ele fez questão de anunciar formalmente que não cumprirá a decisão de demitir servidores. Além disso comunicou que, apesar do corte de verbas, não tomará qualquer iniciativa que comprometa a qualidade dos programas desenvolvidos em sua instituição.

Eleito diretamente em 1985 para dirigir uma universidade conhecida pela excelência de seu ensino e pesquisa, Horácio

sempre seguiu a tese segundo a qual competência não se conquista apenas nas salas de aula e nos laboratórios, mas também nas manifestações de rua. Fiel a seu passado de ativista das lutas populares, liderou durante os trabalhos da Constituinte uma caravana de 800 estudantes e professores da UFRJ, que se dirigiram a Brasília para participar diretamente da pressão por dispositivos constitucionais favoráveis ao ensino público. E quando os universitários ocuparam a delegacia do Ministério da Educação no Rio para protestar contra decisões lesivas à universidade ele não teve dúvidas em lá comparecer para lhes prestar solidariedade.

Ao lado disso, não descurou por um instante sequer da administração correta da universidade, o que é reconhecido amplamente na UFRJ. A ponto de ter surgido nos últimos meses um movimento para que, ao abrir-se o processo de sucessão na reitoria, ele se candidataria a novo período à frente da instituição. No último dia 3, véspera de Carnaval, o professor Horácio Macedo recebeu a "Classe Operária" para a entrevista que segue, onde além de denunciar os ataques à educação, ciência e tecnologia ele opina a respeito do papel dos intelectuais diante da crise que o país atravessa.



O governo tem uma visão distorcida e colonialista de ciência

Classe: Que conseqüências o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia traz para o desenvolvimento científico do país?

Horácio Macedo: Eu diria que mais terrível que tudo é a concepção do governo a respeito da pesquisa científica, agora inteiramente posta a nu. Através de uma simples penada se desmantelou todo o sistema de ciência e tecnologia do país, o que demonstra um profundo desconhecimento sobre o papel que estas atividades desempenham para o próprio desenvolvimento das forças produtivas, e revela uma visão distorcida, uma visão tipicamente colonialista sobre um assunto tão importante para o futuro do país.



Foram cortados até projetos essenciais à produção de petróleo

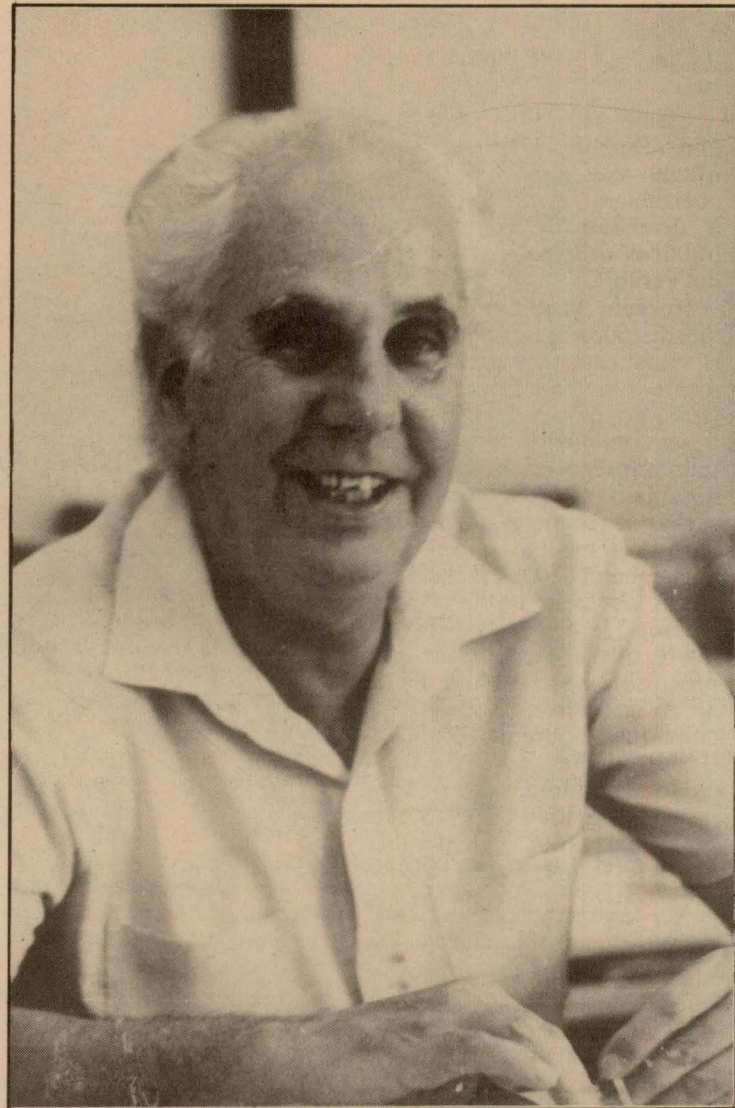
Classe: A comunidade científica tem denunciado também que ao vetar certos itens do Orçamento da União para 89 o presidente Sarney atingiu severamente o setor.

Horácio Macedo: Exatamente. No final de 88 o Congresso aprovou um Orçamento que de certa forma contradizia os planos do presidente Sarney. Uma das características marcantes da proposta era a concessão de recursos substanciais para a educação, e em especial para a atividade científica propriamente dita. Na área de ciência e tecnologia, aliás, o Orçamento contemplava alguns órgãos de pesquisa com recursos até superiores aos solicitados por seus dirigentes, numa rara demonstração de sensibilidade diante do problema.

Ocorre que no início de 89 o governo Sarney vetou diversos itens do Orçamento. A ciência foi duramente atingida. O presidente extinguiu, eu não digo uma parte, mas todos os recursos destinados para inúmeros órgãos e programas.

Um caso exemplar é o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT. Ele financia todas as instituições autônomas de pesquisa, e além disso dá amparo a determinados projetos realizados dentro das universidades. Pois bem. O FNDCT ficou com dotação orçamentária zero depois dos cortes realizados pelo presidente Sarney.

O CNPq —, Conselho Nacional de Pesquisa, por sua vez, teve sua dotação reduzida a níveis baixíssimos. Os recursos serão suficientes apenas para custear projetos de pesquisa que já estão em andamento, e para manter os bolsistas que estão no exterior. Em contrapartida, foi suspensa terminantemente a concessão de novas bolsas de estudo, bem como os gastos com a realização de congressos e até mesmo com compra de passagens a palestristas estrangeiros. Então você vê que aí transparece o caráter ao mesmo tempo mesquinho e obscurantista das decisões.



Horácio Macedo: "O governo Sarney representa a continuidade do que houve de pior no passado. Precisamos de um programa com corte claro de esquerda".



Demitir funcionários paralisaria nossa pesquisa sobre AIDS

Classe: Que órgãos da UFRJ serão mais atingidos pelo corte?

Horácio Macedo: Eu quero destacar o caso da Coppe-Coordenção de Programas de Pós-graduação em Engenharia. Este órgão coordena o desenvolvimento de algumas das pesquisas mais importantes da UFRJ. O programa de extração de petróleo em águas profundas, por exemplo, que é fundamental para que a Petrobrás realize seu projeto de auto-suficiência nacional na produção de petróleo, está sendo desenvolvido em nossa universidade, e vincula-se à Coppe. Da mesma forma, subordinam-se a ela programas de tecnologia avançada nas áreas de engenharia naval, engenharia metalúrgica, biotecnologia, microbiologia, biofísica, química fina e informática, para citar os mais conhecidos.

Pois bem. A Coppe ficou absolutamente sem verbas em 89, o que põe em risco a própria continuidade dos trabalhos científicos já iniciados. Se

não houver uma rápida mobilização da sociedade para a solução deste problema, ocorrerá inevitavelmente a extinção de programas que são fundamentais para o desenvolvimento do país.

Classe: O governo congelou ainda 50% das verbas de manutenção de todos os órgãos federais. Como isto afeta a universidade?

Horácio Macedo: É um golpe de enormes conseqüências. Nós passamos a contar com recursos que permitem apenas o funcionamento da UFRJ até março. O que eu posso dizer, porém, é que nós temos o firme propósito de manter a universidade em pleno funcionamento, sem penalizar a qualidade do ensino, ou o nível de nossas pesquisas. Nós convocamos uma reunião de decanos logo após o anúncio do "Plano Verão", em que decidimos tocar as atividades no nível normal. Em abril, quando as verbas tiverem se esgotado, nós vamos partir para a mobilização da comunidade em favor de uma suplementação. Vamos a Brasília, pressionar o Congresso Nacional, se não em hipótese alguma é possível o rebaixamento da qualidade de nossas atividades.

des, apenas para colaborar com um plano econômico recessivo.



Fazer ciência nem sempre é progressista. É preciso unir-se ao povo

Classe: Aliás, o senhor chegou a soltar um comunicado oficial em que manifestava abertamente posição contrária à demissão de funcionários públicos ordenada pelo "Plano Verão".

Horácio Macedo: Eu acho que de todos os itens do pacote o mais catastrófico é justamente a medida 33, que autoriza o governo a demitir servidores com menos de 5 anos em seus empregos e não concursados. Isso porque o corte de verbas se recupera. Você briga por mais recursos, conquista suplementações e acaba reduzindo os efeitos práticos da medida. Já a demissão é algo irreversível. Se eu demito um professor, é um curso que deixa de ser oferecido, é uma lacuna que se abre na formação dos estudantes.

Num levantamento preliminar nós calculamos que seríamos obrigados a demitir 1.400 servidores técnicos e administrativos e 361 professores. Com uma característica. Os servidores técnicos e administrativos e os professores que seriam atingidos são exatamente aqueles que estão engajados nos projetos novos, nos projetos que estão renovando a universidade, nos programas de pesquisa e extensão de caráter pioneiro e de ponta. Para você ter uma idéia, o núcleo de computação eletrônica, que está prestes a transformar-se no maior centro de processamento de dados com equipamento de grande porte do Rio, ficaria reduzido a cerca de 40% de sua atual força de trabalho, o que inviabilizaria completamente o processo de informatização da universidade. O atraso só se recuperaria a longo prazo. Também temos aqui, no Hospital Universitário, um dos dois únicos projetos de profilaxia, investigação e pesquisa da AIDS existentes no Rio de Janeiro. Ele seria completamente desativado, assim como toda a assistência hospitalar de emergência e o tratamento pediátrico, que foram implantados há pouco tempo.

Eu acho, portanto, que um governo que propõe algo com estas consequências é profundamente tecnocrático, anti-social, reacionário, e não merece nenhum crédito do povo.

Classe: Uma nota que a reitoria distribuiu na assembléia dos funcionários sugeria que ela resistirá à Medida Provisória nº 33. Como isto será feito?

Horácio Macedo: Há, em primeiro lugar, o posicionamento oficial da reitoria, acompanhado aliás por todas as demais universidades fede-



rais em nota pública emitida recentemente. Eu sei, porém, que apenas isto não basta. A resistência a esta tentativa de demissões exige mobilização dos servidores e da comunidade universitária. A reitoria dará toda a força a esta luta. E mais. Eu quero afirmar que em nossa instituição assumimos um posicionamento taxativo. Ainda que haja pressões superiores para que executemos as demissões, nós definitivamente não demitiremos. Esta é uma posição inegociável.

Classe: O senhor tem afirmado em algumas de suas palestras que a universidade brasileira é uma instituição cujo caráter ainda não está inteiramente definido, ao contrário do que ocorre nos países capitalistas desenvolvidos. E a esta constatação o senhor acrescenta uma proposta, segundo a qual as correntes progressistas precisam empenhar-se firmemente em construir um modelo de ensino superior claramente identificado com os interesses do povo. Explique esta posição.



Dediquei atenção especial às ciências sociais e às artes

Horácio Macedo: A Universidade brasileira vive na verdade um processo de grande crise, de disputa entre diferentes concepções. Alguns intelectuais percebem que a instituição precisa cumprir um papel diferente, que ao invés de sermos simplesmente criadores de saber temos de ser participantes ativos do processo de libertação do povo brasileiro, com compromissos com as classes dominadas. Por outro lado, certas forças acham que a universidade deve manter-se simplesmente como instituição produtora do saber, desligada do processo político, sem espaço para atuação das forças partidárias. Uma coisa meio pura, meio cristalina, cuja pureza e cristalinidade têm de se manter para que ela não perca seu caráter de universidade. Eu me filio claramente à primeira concepção.

Classe: Mas infelizmente a segunda visão acabou conseguindo adeptos mesmo entre certas forças progressistas, nos últimos tempos.

Horácio Macedo: Não há dúvidas. Muitos setores com discurso de esquerda, e até mesmo com posições de esquerda em vários problemas políticos, afirmam peremptoriamente: "Aqui na universidade não! Aqui não deve haver partido!"

Classe: Desenvolveu-se a idéia de que a universidade deve visar a uma espécie de "competência neutra"...

Horácio Macedo: É. Dizem que a ciência não tem partidatismo, que fazer ciência é sempre progressista, o que não é verdade. Eu acho que um cientista que desenvolve a bomba atômica, ou que desenvolve armas bacteriológicas, por exemplo está tomando uma posição claramente política. Então, no meu entender não há neutralidade na ciência, e o cientista não é jamais neutro.

Classe: De que forma sua atuação à frente da reitoria estimulou a universidade a desenvolver um ensino e uma pesquisa de qualidade e ao mesmo tempo voltadas para os interesses da maioria da população?

Horácio Macedo: É um equilíbrio complicado. Mas desde o primeiro dia da gestão, desde a própria campanha eleitoral, minha posição foi perfeitamente clara: eu defendo a universidade comprometida, e defendo ao mesmo tempo a universidade competente. Articular as duas coisas depende muito do processo, da dinâmica. Cometem-se erros, acertos, surgem contradições. De qualquer forma, eu parto de uma visão clara. Fazer uma universidade comprometida socialmente exige dar privilégio acadêmico às áreas sociais. É preciso, por exemplo, estimular os institutos de filosofia e ciências sociais para que tenham bons cursos, para que comecem a se preocupar com a

realidade política brasileira. É necessário também desenvolver as faculdades de letras, e lutar para que seus cursos sejam influenciados pela realidade social; incentivar as escolas de artes — de música, de teatro, de artes plásticas. As áreas sociais têm de servir cada vez mais como caixas de ressonância das reivindicações populares.



Só unida a esquerda estará à altura do momento político.

Mas não basta isso. É preciso levar a universidade, com sua sabedoria acadêmica, para as populações dominadas. Não com uma idéia populista, paternalista, de que vamos ensinar estas populações a se libertarem. Mas acreditando que o pensamento universitário precisa ser influenciado pela realidade das massas populares. Este é o caráter dos nossos projetos de extensão, que a reitoria sempre estimulou muito.

Ao mesmo tempo, é preciso fazer com que a universidade não perca seu caráter de instituição competente para o avanço do conhecimento. É preciso manter os projetos de pesquisa, de tal maneira que nossos professores não se transformem em simples repetidores do saber já sabido, mas possam ser conquistadores de um saber ainda ignorado.

Classe: Para terminar, uma questão política. Não lhe parece que vivemos um período de rápidas transformações no cenário nacional, em que alternativas que durante algum tempo encarnaram as esperanças do povo, como a Nova República, são rapidamente ultrapassadas pelos fatos?

Horácio Macedo: Certamente. A Nova República era uma esperança na medida em que poderia ter representado uma ruptura com o passado. Não representou. Acho que o que está aí é a continuidade do

que existiu de pior no passado. Por isso mesmo, acho que a situação hoje apresenta uma nova perspectiva de esperança. É a perspectiva de que possamos, mesmo mantendo claramente diferentes concepções ideológicas, conseguir uma unidade entre as forças de esquerda. Esta unidade deve ficar por cima das diferenças que existem entre os partidos progressistas, pois elas representam concepções diferentes de fundo, e ninguém irá tola-mente achar que podem ser apagadas com uma borracha. Mas a unidade é viável diante do fato de que é possível vencer as eleições presidenciais deste ano, e de que esta vitória representa a possibilidade de uma real ruptura com o passado. Se a esquerda — e eu faço uma enorme força para isso —, se a real esquerda toma o poder em nosso país, com um compromisso claro de que vai manter um perfil de esquerda, de que não vai fazer nenhuma concessão às forças de direita, às classes dominantes, e, portanto, vai representar um real acesso das forças populares ao governo, eu acho que a gente dá uma enorme contribuição. Então esta coisa toda de diferença do PT, dos PCs, que para mim são os partidos de esquerda no Brasil, poderia ficar em segundo plano, se tivéssemos a clareza desta unidade suprapartidária em torno de um programa com corte claro de esquerda. Será que as grandes massas iam atrás? Eu acho que sim!

Classe: Como garantir isso já nessas eleições?

Horácio Macedo: Se tivermos a sensibilidade e a sabedoria política que o momento exige de nós, iremos perceber que o que separa hoje as forças de esquerda é algo muito menor que aquilo que separa as forças de esquerda das forças conservadoras. Um líder populista como o Brizola pode até empolgar o pensamento das grandes massas, mas não representará nenhuma ruptura com o passado. Basta ver as alianças que ele faz. Eu acho que as forças de esquerda têm uma oportunidade que nunca tivera n, de falar para as grandes massas com um discurso claro: "Nós somos pela reforma agrária real, e vamos fazê-la apanhando a terra e distribuindo. Depois a gente discute o pagamento. Nós vamos fazer o processo de educação de base. Nós vamos dar todo apoio às universidades públicas, e nem um tostão ao ensino privado. Nós vamos fazer uma justiça rápida e eficiente, com tribunais nos bairros para julgar as pequenas causas, os conflitos que existem entre as pessoas..." Estou listando aleatoriamente alguns itens, mas o que importa é fazer um programa que o povo ao vê-lo afirme: "Estes caras estão a favor da gente, eles não estão com o passado!"

Puxa vida, eu acho que isso vale a unidade da esquerda!

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Em nossas edições anteriores homenageamos escritores consagrados da literatura brasileira e mundial. Aqui desfilaram gigantes como Vinicius de Moraes, Drummond, João Ubaldo, Jack London, Guy de Maupassant, Érico Veríssimo, Eça de Queiroz, Lima Barreto, Graciliano Ramos e Mayakovski. Mas nossa proposta é publicar também novos autores de talento, poetas e contistas que transbordam em suas palavras a dor pelas angústias do povo e a paixão revolucionária. É o caso de Oswald Barroso, poeta cearense, e Maduro Filho, do distante Território de Roraima.

PERIFERIA

Oswald Barroso *

O trator arranca
o tempo da terra.
Onde havia um campo de madressilvas
jaz o chão
em carne morta
gangrena
sob a luz opaca do mercúrio.
Arrastam-se corpos moidos
sem voz ou rosto.
Logo um homem é apenas
sua mão
ou sua pá
seu lombo
seu antebraço.
Gira a polia
rápida.
Perfur
atrizes
abrem canais ligeiros
cortam veias
artérias.
Tornos
fraturam
tíbios
tornozelos
apartam velhos telhados.
Um bebê de louça é um trapo triste.
A indústria apita triunfante.
Parco salário
naco
de pera podre
caco
de pedra e aço
pedaço
de operário recompondo-se
Uma lata pode ser um lustre
uma tábua uma telha palustre.
Pouco mais que sua dor
bago
traste e malho
talvez trabalho
o trabalhador carrega.
Ajusta em torno o friso
da favela.
Peça por peça aponta o pensamento.
Mão mente e húmus
humanamente.
A moeda vòta enfurecida.
Carros amontoam-se nas fábricas
operários nas filas.
Cinco anos de suor
não pagam nossas dívidas.
Nódoas vacilam entre os andaimes.
Não há saídas
me dizem.
É triste a noite no arrabalde
embalde o sonho
aquece o coração.
Pelo vidro a luz
entra mortiça
e o frio mina do tijolo
frio.



Saudade?
A vida atropela sem volta.
O tempo embala audacioso.

Piores dias virão
me dizem.
Homens mastigarão maços de notas.
O pão mofará nos depósitos.
Hordas de assassinos assaltarão os lares.
E as mulheres curtirão os ossos
ao pé das portas fechadas.

Fora do céu não há salvação!
O pregador exempla o desemprego
ferida que assusta na periferia.
A custo a noite madrugua
e o dia amadurece:
Hoje
paramos as máquinas
e despregam-se migalhas
das mesas suntuosas.
Saimos às ruas
em busca de creches e remédios
e as metralhadoras nos esperam
em sobressalto.
Breve
desgrudaremos a dor
de nossas paredes
— folha esquecida num cesto —
e o mundo faremos saltar
de cabeça para o alto.

AONDE VAIS?

Maduro Filho **

Aonde vais?
gigante pela própria natureza
hospedeiro do desatino
retrato da incerteza
roubam-te as vestes
sugam-te o sangue verde e amarelo...
até quando?
até quando será permitido que emudeça,
teus cantos e encantos?
pois se é pálido sussurro a voz deste teu povo
triste é o langor do wapixana, macuxi, aruári
e tantas outras raças que vieram a sucumbir
aonde vais?
impávido colosso
transportado há tantas décadas às plagas
de norte americana...

rico solo, densa floresta
vai morrendo pouco e apouco
e bem pouco é o que nos resta
teu sorriso que espelhava tua grandeza
hoje só lágrimas do medo, da vergonha
e da incerteza
calvário penoso, fruto da ignorância
do descaso, do desmando e da ganância
aberração patente de quem ergue outra bandeira
triste sina do que fomos, do que somos
submundo, terceiro mundo...
aceitas sinônimas as mais pejorativas
e estás sempre parindo
parindo filhos pros outros
como se fosses filho da outra
e assim serás até que morras pequenino
pois do teu povo heróico
o brado é retardante
não ressoa e morre na garganta
como pássaro engaiolado
de tão triste já não canta
aonde vais?
gentil pátria amada
sepultar teus heróis
que morrem antes de nascer
pois no ventre desnutrido da mãe solteira
é ingloria a luta para sobreviver
e é selado o destino do embrião:
se acaso nasceres
vais ganhar teu pão
roubando e matando de arma na mão
aonde vais?
pátria amada, idolatrada
se são bastardos
os filhos deste solo do qual és mãe
aonde vais?
se o sol da liberdade já nem raios tem
e se é isso
que para os grupos dominantes e de elite
é o que convém
aonde vais?
com este triste e vergonhoso perfil
oh, gentil pátria amada
brasil!

COD
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

(*) Oswald Barroso é poeta, dramaturgo e jornalista. Autor dos livros: *Poemas do Cárcere e da Liberdade*, *Histórias Populares*, *Almanaque Poético de uma Cidade do Interior*, *Periferia* (poesia), *Romeiros* (Reportagens); e das peças: *O Reino da Luminura* ou *A Malhada* e *Humano*. Foi diretor da *Revista Cultural* com Rosenberg Cañary, do livro *Cultura Insubmissa* (1978) e do jornal *Boa Vista* (popular).

(**) Maduro Filho é autor do livro *"Aonde Vais"*, publicado em 1988 e vencedor do 1.º concurso de poesia fglada de Boa Vista.